



TEIXEIRA DUARTE



R	E	L	A	T	Ó	R	I	O
E		C	O	N	T	A	S	
2		0		0		5		



Capa:  
Edifício "Tower Plaza" / Vila Nova de Gaia

---

R E L A T Ó R I O  
E C O N T A S  

---

**2 0 0 5**

---

## ÍNDICE

<b>IDENTIFICAÇÃO DA SOCIEDADE</b>	4
<b>ÓRGÃOS SOCIAIS</b>	5
<b>ORGANIGRAMA - 2005</b>	6
<b>GRUPO TEIXEIRA DUARTE - 2005</b>	7
<b>SÍNTESSE DE INDICADORES</b>	8
<b>RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	9
<b>I. INTRODUÇÃO</b>	10
<b>II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO</b>	11
<b>III. APRECIAÇÃO GLOBAL</b>	12
<b>IV. ANÁLISE SECTORIAL</b>	17
<b>IV.1. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS</b>	17
IV.1.1. "TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A." - ANÁLISE GERAL	17
IV.1.2. MERCADO INTERNO	21
A) ENQUADRAMENTO	21
B) "TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A."	22
CENTRO DE EXPLORAÇÃO GEOTECNIA E FUNDAÇÕES	22
CENTRO DE EXPLORAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL E INDUSTRIAL	23
CENTRO DE EXPLORAÇÃO OBRAS PÚBLICAS	25
CENTRO DE EXPLORAÇÃO METALOMECÂNICA	27
CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO	27
C) PARTICIPAÇÕES E ASSOCIAÇÕES	28
BEL - ere - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.	28
E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.	29
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	30
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	30
METROLIGEIRO - Construção de Infra-Estruturas, ACE	31
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro de Superfície, ACE	31
METROPAÇO - Trabalhos de Construção da Estação do Terreiro do Paço, ACE	32
IV.1.3. MERCADO EXTERNO	32

<b>IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>	35
IV.2.1. MERCADO INTERNO	35
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	35
RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	36
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	36
SATU-OEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.	37
SCUTVIAS - Auto-Estradas da Beira Interior, S.A.	37
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	38
IV.2.2. MERCADO EXTERNO	38
GSC - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.	38
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda. (Angola)	38
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda. (Moçambique)	39
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.	39
<b>IV.3. IMOBILIÁRIA</b>	40
IV.3.1. MERCADO INTERNO	40
IV.3.2. MERCADO EXTERNO	41
<b>IV.4. HOTELARIA</b>	42
IV.3.1. MERCADO INTERNO	42
IV.3.2. MERCADO EXTERNO	42
<b>IV.5. COMÉRCIO ALIMENTAR</b>	43
<b>IV.6. COMERCIALIZAÇÃO DE VIATURAS</b>	43
IV.6.1. MERCADO INTERNO	43
IV.6.2. MERCADO EXTERNO	43
<b>IV.7. DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS</b>	44
<b>V. - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM SOCIEDADES COTADAS</b>	45
<b>VI. - FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO</b>	46
<b>VII. - CONCLUSÕES / PERSPECTIVAS PARA 2006</b>	47
<b>VIII. - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS</b>	48
<b>ANEXOS AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	49
<b>RELATÓRIO SOBRE AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO - 2005</b>	52
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	70
<b>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	95
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA</b>	96
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS</b>	98
<b>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE AS CONTAS CONSOLIDADAS</b>	149
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS</b>	150
<b>EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL DE 5 DE MAIO DE 2006</b>	152

**TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.**  
**SOCIEDADE ABERTA**

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 - 2740-265 Porto Salvo

Capital Social: € 210.000.000

N.I.P.C. 500 097 488

Matriculada na Cons. Reg. Com. de Cascais (Oeiras) sob o nº 15.544

Titular do Alvará de Construção nº 24



Documento de Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade outorgado à Teixeira Duarte em 20 de Dezembro de 2002, no âmbito da Construção Civil, Industrial e Obras Públicas, incluindo Tecnologia de Fundações.



Documento de Certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde no Trabalho outorgado à Teixeira Duarte em 23 de Fevereiro de 2006, no âmbito da Construção Civil, Industrial e Obras Públicas, incluindo Tecnologia de Fundações.

**Mesa da Assembleia Geral**

<b>Presidente</b>	Dr. JOSÉ ANTÓNIO COBRA FERREIRA
<b>Vice-Presidente</b>	Dr. JOÃO FREDERICO LINO DE CASTRO
<b>Secretário</b>	Dr. JOSÉ PEDRO COBRA FERREIRA

**Conselho de Administração**

<b>Presidente</b>	Eng.º PEDRO PEREIRA COUTINHO TEIXEIRA DUARTE
<b>Administrador Delegado</b>	Dr. PEDRO MARIA CALAINHO TEIXEIRA DUARTE
<b>Administradores</b>	Eng.º JOSÉ ALVES PEREIRA Dr. JOÃO SALVADOR DOS SANTOS MATIAS Dr. MANUEL MARIA CALAINHO DE AZEVEDO TEIXEIRA DUARTE Eng.º JOEL VAZ VIANA DE LEMOS Eng.º JORGE RICARDO DE FIGUEIREDO CATARINO Eng.º CARLOS GOMES BAPTISTA Eng.º JOÃO JOSÉ DE GOUVEIA CAPELÃO

**Fiscal Único**

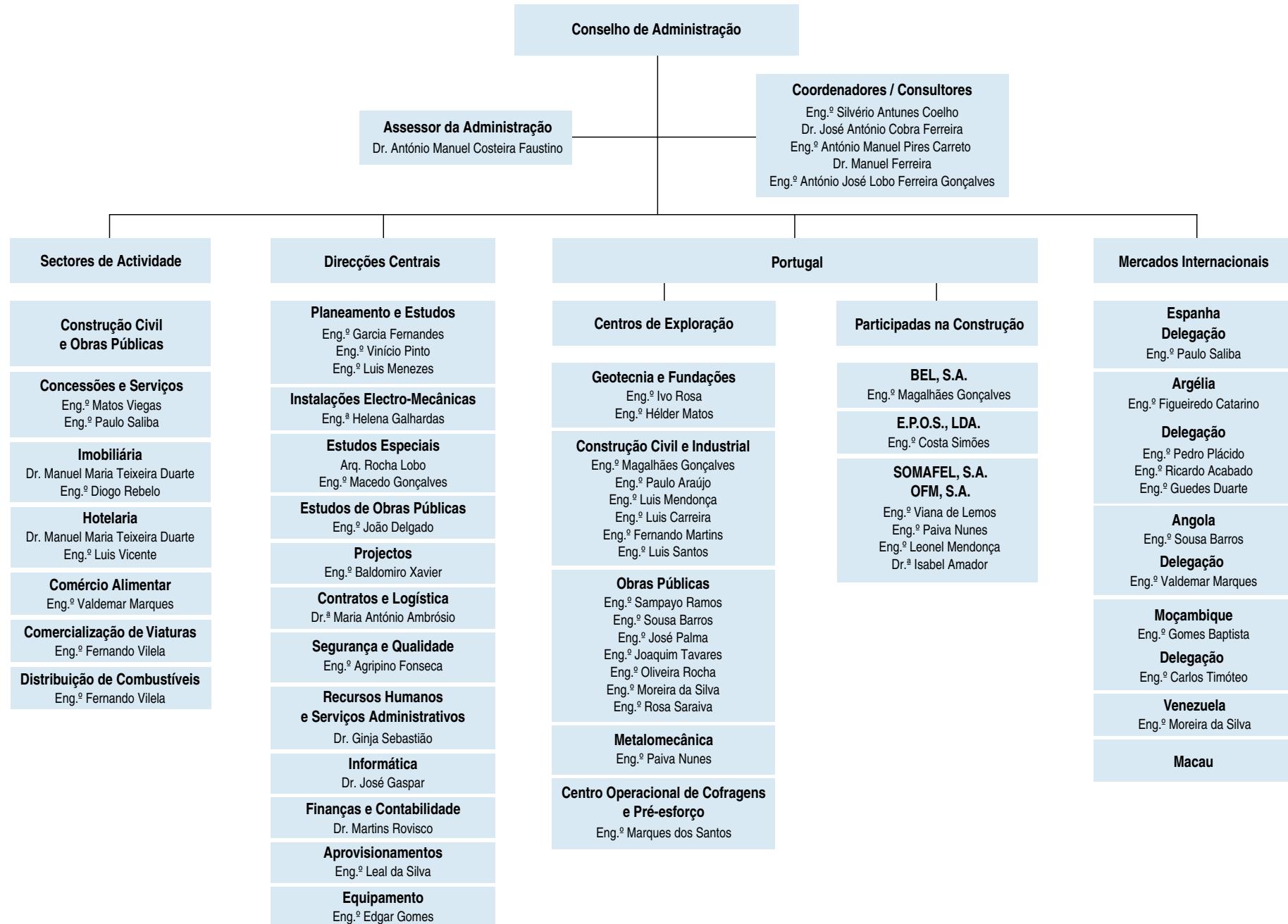
<b>Efectivo</b>	MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. ANTÓNIO FRANCISCO ESCARAMEIA MARIQUITO - ROC
<b>Suplente</b>	JÚLIO ALVES, MÁRIO BATISTA & ASSOCIADOS Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. JÚLIO LOURENÇO ALVES - ROC

**Secretário da Sociedade**

<b>Efectivo</b>	Dr. JOSÉ PEDRO COBRA FERREIRA
<b>Suplente</b>	Drª. MARIA ANTÓNIO AMBRÓSIO

**Representante para as Relações com o Mercado**

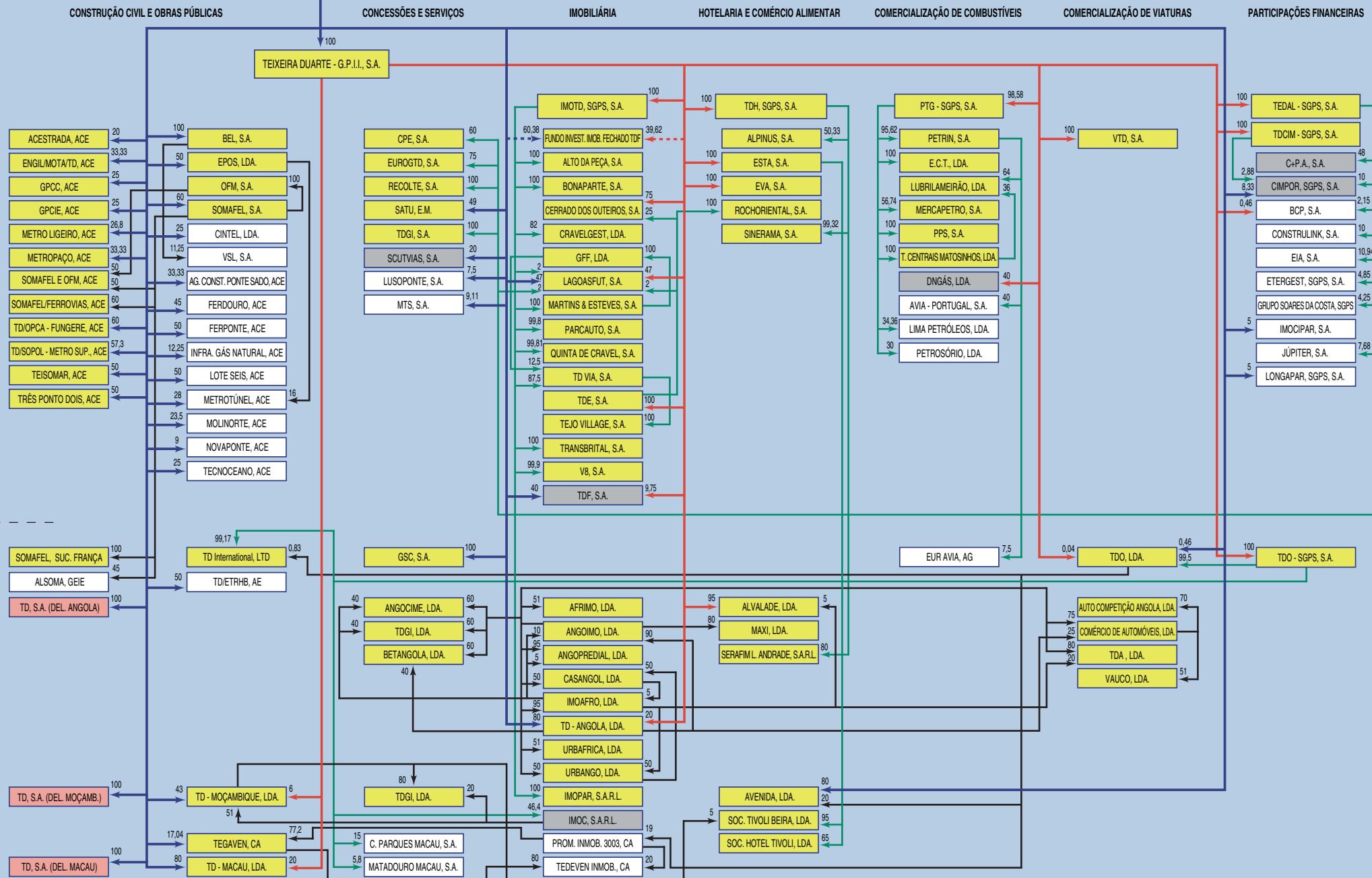
Dr. JOSÉ PEDRO COBRA FERREIRA



GRUPO TEIXEIRA DUARTE - 2005

TEIXEIRA DUART

ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.



Legenda:  EMPRESAS INTEGRADAS NAS CONTAS INDIVIDUAIS DA EMPRESA MÃE

EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

**EMPRESAS INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO POR EQUIVALENCIA PATRIMONIAL**

EMPRESAS EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

**XX** Valores em % de Capital

**Grupo Teixeira Duarte**

	2001	2002	2003	2004	2005	Crescimento 2005/2004 %
Trabalhadores	6.587	6.447	6.327	6.080	6.362	4,6%
Vendas/Prestações de Serviços	688	722	735	628	629	0,3%
Proveitos Operacionais	742	795	820	671	697	3,7%
EBITDA	88	97	111	76	91	20,6%
EBIT	48	53	80	49	60	22,7%
Imobilizações incorpóreas líquidas / Activos intangíveis + Goodwill	520	494	470	4	8	85,5%
Imobilizações corpóreas líquidas / Activos fixos tangíveis + Propriedade de Investimento	222	287	360	539	664	23,1%
Investimentos Financeiros + Títulos Negociáveis - Provisões / Investimentos em associadas + Activos disponíveis para venda + Outros investimentos	468	478	389	915	1.127	23,2%
Total do Capital Próprio	298	277	261	367	544	48,3%
Resultados Líquidos	21	21	11	61	108	76,5%

Notas:

Os valores contabilísticos estão expressos em milhões de Euros.

Os valores apresentados relativamente a 2001, 2002 e 2003 estão de acordo com o POC, enquanto os relativos a 2004 e 2005 estão de acordo com as IFRS.

Os valores da coluna "Crescimento 2005/2004 %" foram calculados tendo por base os valores sem arredondamentos.

O Total do Capital Próprio inclui os interesses minoritários.

**Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.**

	2001	2002	2003	2004	2005	Crescimento 2005/2004 %
Trabalhadores	2.050	2.050	1.900	1.756	1.684	-4,1%
Vendas/Prestações de Serviços	413	403	388	390	339	-13,1%
Proveitos Operacionais	421	420	415	367	344	-6,4%
EBITDA	42	44	45	31	21	-32,7%
EBIT	32	35	36	24	15	-38,4%
Investimentos Financeiros + Títulos Negociáveis	360	280	262	288	353	22,9%
Capital Próprio	277	255	238	251	312	24,1%
Resultados Líquidos	21	21	11	30	66	122,2%

Notas:

Os valores contabilísticos estão expressos em milhões de Euros.

Os valores apresentados estão de acordo com o POC.

Os valores da coluna "Crescimento 2005/2004 %" foram calculados tendo por base os valores sem arredondamentos.



## **Relatório de Gestão do Conselho de Administração**



## I. INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades abertas ao investimento do público, apresenta o seu relatório de gestão relativo ao exercício de 2005.

Para além de tratar sucintamente os temas mais relevantes que respeitam à actividade individual da "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." e das suas Delegações, este documento abordará também a sua consolidação enquanto líder de um Grupo Empresarial que integra participações num universo de mais 122 entidades, conforme documenta e explicita o Quadro "Grupo Teixeira Duarte – 2005" exposto nas folhas preliminares.

No desenvolvimento do texto teremos em conta que cada uma dessas unidades dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respectiva e pertinente informação, pelo que lhes faremos aqui somente algumas referências, que entendermos se justificarem para melhor configurar uma perspectiva de conjunto.

Nesse mesmo âmbito e de modo a aferir mais apropriadamente o desenvolvimento da actividade dessas mesmas entidades, faremos também alusão, sempre que se justificar, a alguns indicadores económico-financeiros individuais.

Entendemos que a mais adequada forma de expormos as matérias objecto do presente Relatório será proceder, em primeiro lugar, a uma descrição do enquadramento económico no qual foram desenvolvidas as nossas actividades, seguindo-se uma apreciação global do Grupo Empresarial, onde serão destacados os mais significativos dados num contexto consolidado.

Nos capítulos subsequentes faremos uma exposição sobre a actuação nos diversos sectores em que actuámos ao longo do ano de 2005, distinguindo em cada um deles os mercados interno e externo, com especial destaque para a área da Construção Civil e Obras Públicas que, sendo o *core business* do Grupo, corresponde também à actividade da Casa Matriz "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", a qual merecerá uma abordagem autónoma à sua actividade e aos seus principais indicadores económicos e financeiros em termos individuais.

Propomo-nos ainda fazer algumas referências a outras participações financeiras do Grupo, sublinhando em particular aquelas consideradas estratégicas e qualificadas, como as no "Banco Comercial Português, S.A." e na "CIMPOR – Cimentos de Portugal – SGPS, S.A.".

Apresentaremos depois os factos relevantes ocorridos entre a conclusão do exercício e a data da elaboração deste Relatório, a que se seguirão as nossas conclusões sobre o período de 2005 e as perspectivas para o ano agora em curso, terminando, tal como nos compete, com a formulação da proposta de aplicação de resultados.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário (elaborado nos termos do Regulamento da CMVM n.º 7/2001), bem como as informações relativas às participações sociais no capital da "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." (artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais e artigo 8.º do Regulamento da CMVM n.º 4/2004).

Finalmente, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os respectivos anexos, estas últimas elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, bem como o respectivo Relatório e Parecer do órgão de fiscalização, a Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria elaborado por auditor registado na CMVM.

## II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Cremos que todas as sociedades, nomeadamente as com a dimensão da "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." e do seu Grupo empresarial, não podem deixar de referir o enquadramento económico em que a sua actividade se desenvolve, para facultarem uma mais adequada compreensão das informações prestadas. É, pois, exclusivamente nesse prisma que julgamos importante enunciar alguns elementos sobre as contingências vividas nos principais mercados em que actuamos, com natural destaque para Portugal.

Apesar de algumas perspectivas mais optimistas para a economia nacional e das expectativas criadas nesse sentido ao longo dos primeiros meses do ano, a verdade é que, infelizmente, veio a confirmar-se que, tal como escrevemos no nosso Relatório Anual de 2004 com base em dados já nessa data disponíveis, não ocorreu qualquer melhoria no panorama económico português ao longo de 2005.

Com efeito, este ano veio a revelar uma situação económico-financeira até substancialmente mais adversa do que a verificada em 2004, registando-se um abrandamento do crescimento do PIB, tudo apontando para que o mesmo se tenha fixado num valor próximo dos 0,5%.

Outro indicador de tão difícil conjuntura é o consistente aumento do número de desempregados, cuja taxa terá atingido os 8% no final de 2005.

Tendo em conta os elementos conhecidos à data da elaboração do presente relatório, não se afigura que possamos assistir já em 2006 ao início de um novo ciclo de retoma sustentada.

Numa dinâmica completamente distinta apresentam-se os mercados de Espanha, Argélia e Angola. Com efeito, o primeiro continua a revelar aumentos de produção e de procura em diversos sectores, que têm inclusivamente permitido a implantação do Grupo de uma forma progressiva, enquanto que os outros dois reflectem situações de países em acentuado crescimento económico e com excelentes recursos naturais e condições de progresso social.

Em Espanha verificou-se um crescimento do PIB na ordem dos 3,4% tendo a taxa de desemprego, durante largos anos muito elevada, assinalado 8,7%, sendo considerada uma das economias europeias mais dinâmicas e onde uma das principais tópicas tem sido o investimento público e privado na área da Construção Civil e Obras Públicas.

A Argélia alcançou um novo período de estabilidade que permite maximizar as receitas provenientes da sua principal fonte de riqueza, os hidrocarbonetos, aplicando-os no desenvolvimento e progresso do país, permitindo-se disponibilizar meios financeiros para a implementação de um ambicioso Plano Quinquenal de investimentos em infra-estruturas no valor de 55.000.000.000 USD, para cuja concretização tem demonstrado abertura e vontade em recorrer a entidades estrangeiras, capazes de integrarem o enorme processo de reforço da capacidade produtiva que tem vindo a ser conduzido nos últimos anos.

Em Angola, o quadro económico global tem demonstrado importantes melhorias, sendo de assinalar a inflação a 18,5% como o valor mais baixo dos últimos anos, a estabilização cambial do Kwanza e a respectiva valorização de 3,5% ao ano face ao Dólar, bem como um acréscimo do PIB real de cerca de 13,8%, embora com um peso ainda muito significativo do sector petrolífero, especialmente favorecido pelo elevado preço do barril de crude.

Tal panorama, associado à estabilidade da sociedade angolana e à consolidação do sector financeiro, tem-se afigurado propício ao investimento público e a uma maior e mais segura participação da iniciativa privada.

Moçambique registou um crescimento do PIB na ordem dos 7,7%, tendo a inflação aumentado para valores próximos dos 11%, enquanto que o Metical teve uma desvalorização em relação ao Dólar na ordem dos 7,9%.

Na Venezuela, inversamente, o ano de 2005 foi, mais uma vez, caracterizado por grande instabilidade, de que resultou um fraco envolvimento do Estado em Obras Públicas e um reduzido dinamismo do sector privado, por insuficientes garantias quanto a potenciais investimentos.

Para mais, continua a manter-se o regime do controlo de câmbios, que provoca insegurança para iniciativas tendentes à recuperação da actividade.

Num contexto completamente diferente em todos os aspectos, Macau prossegue num novo período de espectacular desenvolvimento, não isento de problemas mas com ritmos de crescimento impressionantes. Continuamos a deter participações em concessionárias de grande potencial e, beneficiando dos excelentes contactos de que dispomos, atentos quanto às oportunidades de novos negócios.

### III. APRECIAÇÃO GLOBAL

Como toda e qualquer estrutura que se pretende devidamente organizada, criámos e aperfeiçoámos as nossas regras de funcionamento e mantemos, sucessivamente adoptados mas imutáveis na sua essência, os rigorosos princípios orientadores que têm definido a nossa actuação ao longo de mais de 70 anos.

De acordo com os actuais preceitos legais e regulamentares que nos são aplicáveis, explicitaremos desenvolvidamente tais aspectos no Relatório sobre o Governo da Sociedade anexo a este documento.

Contudo e a propósito desta visão global da postura que caracteriza a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." e o seu Grupo, entendemos como apropriado destacar desde já algumas dessas linhas de conduta.

*"A filosofia que preside à nossa actuação passa, no essencial, por considerar o Director de Obra como o empresário que tem autoridade e a inerente responsabilidade de realizar conforme os compromissos que a empresa assumiu e lhe foram transmitidos em todos os seus sectores."* (In Relatório Anual de Gestão de 2000).

Esta constante relação entre autonomia e responsabilidade, que se estende a todos os quadros do Grupo, impõe, de forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos que consideramos extremamente satisfatórios.

Temos sentido e comprovado que a fidelidade à nossa forma de estar e de agir tem recebido um retorno muito gratificante, não só como unidade produtiva, mas também enquanto pólo de formação e de realização, pessoal e colectiva, de um universo de pessoas que atinge perto de 6.400 trabalhadores.

A inevitabilidade do impacto da nossa forma de actuar na vida de todo esse conjunto de indivíduos e de todas as muitas mais entidades com que, directa e indirectamente, lidamos, leva-nos a ter plena consciência da responsabilidade social que nos é inerente.

Aceitamos pela positiva a importância desse desafio, defrontando-o com o crescimento e a diversificação em que prosseguimos empenhados, na certeza de pugnarmos pelos amplos e sãos princípios da boa-fé, do rigor, do profissionalismo e da qualidade que queremos, sem qualquer presunção, contagiantes a todos com que nos orgulhamos de assim proceder.

Foi assentes nesses pilares de actuação que, do ponto de vista empresarial, nunca abdicámos do nosso rumo de reforçar a capacidade e a dimensão da "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", o que nos conduziu a alcançar a primeira linha entre as entidades nacionais do sector da Construção Civil e Obras Públicas.

Essa posição cimeira resultou também, não temos dúvidas, da nossa constante preocupação em atingir bons resultados mas sempre em simultâneo com o acréscimo e valorização dos activos da Empresa e do Grupo que em torno da mesma se foi multiplicando, permitindo-nos afirmar perante a história feita que assentámos o nosso crescimento e contribuímos colectivamente para um

desenvolvimento sustentável, conceito recentemente tão apregoado e enaltecido pelas instituições públicas e pelas entidades do universo produtivo em que nos integramos.

A capacidade dessa forma conseguida, permitiu-nos que a vontade de continuar a crescer e o entendimento estratégico que fazemos quanto às necessidades da economia nacional nos conduzisse, gradualmente mas já desde há décadas, à diversificação de sectores de actividade e a múltiplos processos de internacionalização, bem como a importantes investimentos em participações financeiras estratégicas.

Com efeito, temos querido e conseguido fazer sentir e chegar a nossa política de raiz e os princípios básicos que a interiorizam às equipas que conduzem essas operações em ligação com o Conselho de Administração da Casa Mãe e que formam todos quantos nelas colaboram.

As intervenções em sectores de actividade tão variados como a Construção, as Concessões e Serviços, a Imobiliária, a Hotelaria, o Comércio Alimentar, a Comercialização de Viaturas e a Distribuição de Combustíveis e em mercados tão diferentes como Espanha, Argélia, Angola, Moçambique, Venezuela e Macau, são bem elucidativos da disponibilidade e da versatilidade dos colaboradores formados na Casa Matriz.

Na verdade, em resultado da enorme dedicação e empenho de todos os que têm vindo a aderir a essas orientações, por vezes com sacrifícios pessoais e familiares, hoje os efeitos positivos de tais iniciativas tornaram-se bem mais evidentes e, aliás, nada surpreendentes se atentarmos aos pacientes e ponderados processos de investimentos que fomos concebendo.

Apoiado na justeza do rumo prosseguido, que uma vez mais fica bem evidenciado pelo desempenho no exercício em apreço, continuamos a reafirmar as nossas responsabilidades como Casa de Engenharia Nacional com firme vontade e reconhecida capacidade para participar nos empreendimentos que indubitavelmente se afiguram essenciais ao progresso de Portugal e ao bem estar das populações.

Apesar das dificuldades da economia nacional e, em particular, do sector da Construção Civil e Obras Públicas, que penalizaram fortemente a nossa actuação nessa área, não temos dúvidas que estamos disponíveis e esperançados em poder vir a integrar quaisquer novos projectos que permitam dotar o País de instrumentos de desenvolvimento e de sobrevivência a longo prazo, bem como simultaneamente, que potenciem uma actividade que é, como universalmente se reconhece, um factor de enorme indução no aumento do emprego e com imediatos reflexos na actividade económica, tanto a montante como a jusante.

Tecidas estas considerações genéricas sobre o desenvolvimento da actividade em 2005, apresentamos agora as referências e indicadores financeiros consolidados mais significativos e que, em cumprimento das actuais disposições legais, se encontram expressos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), comparáveis com o período homólogo, porque também reexpressos de acordo com os mencionados normativos.

Os resultados líquidos consolidados atribuíveis a detentores de capital alcançaram os 108 milhões de Euros, reflectindo um crescimento de 77% em relação a 2004.

Os resultados financeiros seguiram a mesma tendência, tendo registado um aumento de 42% relativamente ao exercício anterior, devido sobretudo a diferenças cambiais positivas decorrentes da valorização do Dólar norte americano.

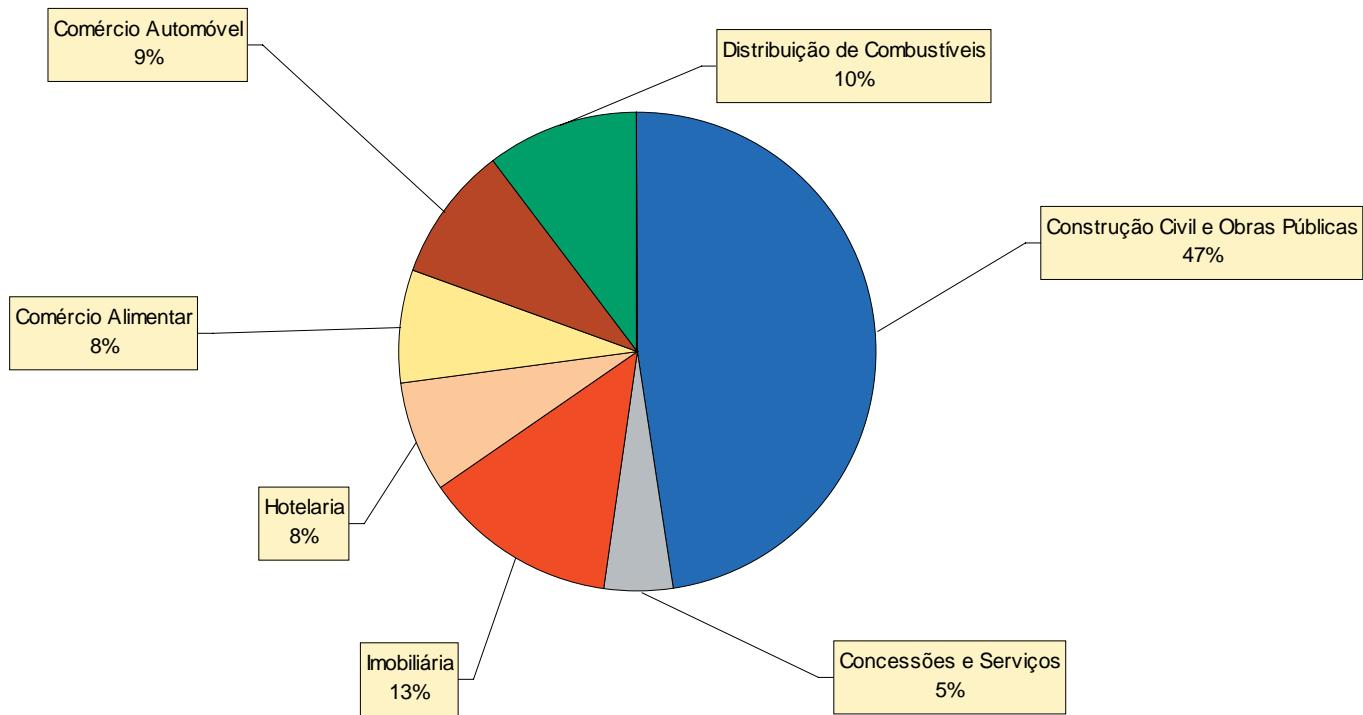
O EBITDA subiu 21% em relação ao ano passado e alcançou 91 milhões de Euros.

### Proveitos Operacionais por sectores de actividade e mercados geográficos

Sector de Actividade	Mercado Interno			Mercado Externo			Total		
	2005	2004	Var (%)	2005	2004	Var (%)	2005	2004	Var (%)
Construção Civil e Obras Públicas	269.336	371.595	-27,5%	61.450	38.797	58,4%	330.786	410.392	-19,4%
Concessões e Serviços	9.178	6.896	40,9%	22.446	11.759	90,9%	32.164	18.655	72,4%
Imobiliária	81.914	31.292	161,8%	9.047	3.661	147,1%	90.961	34.953	160,2%
Hotelaria	9.877	5.925	66,7%	42.876	38.118	12,5%	52.753	44.043	19,8%
Comércio Alimentar	-	-	-	54.573	43.834	24,5%	54.573	43.834	24,5%
Comércio Automóvel	6.992	7.685	-9,0%	56.517	38.761	45,8%	63.509	46.446	36,7%
Distribuição de Combustíveis	71.782	70.227	2,2%	-	-	-	71.782	70.227	2,2%
Participações Financeiras	9	2.927	-99,7%	-	-	-	9	2.927	-99,7%
Total dos Sectores:	<b>449.628</b>	<b>496.547</b>	<b>-9,4%</b>	<b>246.909</b>	<b>174.930</b>	<b>41,1%</b>	<b>696.537</b>	<b>671.477</b>	<b>3,7%</b>

Os proveitos operacionais consolidados foram superiores a 696 milhões de Euros, revelando um incremento de 4% em relação aos verificados no ano passado. Esta variação positiva deve-se à expansão do mercado externo, que compensou a descida verificada no âmbito interno, fruto da actual conjuntura económica depressiva e da crise reforçada no sector da construção.

Assim, os contributos para os proveitos operacionais consolidados de cada um dos sectores de actividade foram os seguintes:



Os comentários relativos ao desenvolvimento das actividades nas diversas áreas de actuação do Grupo acima identificadas e que justificam os números indicados e as respectivas variações serão expostos *infra* nos capítulos dedicados à análise sectorial (IV.) e às participações qualificadas em sociedades cotadas (V.).

O endividamento do Grupo continua a ser objecto de cuidado controlo e integrado na estratégia global definida, tendo tido um acréscimo de 157 milhões de Euros no exercício de 2005 para permitir o continuado investimento no sector imobiliário, nomeadamente nos empreendimentos de "Lagoas Park" e "Gaia Nova", bem como nas participações financeiras estratégicas, com destaque para o aumento da posição accionista na "CIMPOR – Cimentos de Portugal – SGPS, S.A." para 21,21% e para a aquisição de 48% na participada "C+P.A. – Cimento e Produtos Associados, S.A." que, entre outras intervenções, é titular de uma participação de destaque no "Banco Comercial Português, S.A.".

A propósito do rigor atribuído a este tema, devemos referir que no valor global do acréscimo do nível de endividamento estão incluídos 36 milhões de Euros relativos a alteração de perímetro de consolidação.

Na sequência do quanto referimos acima, registamos as subidas em 21% do valor total do activo e em 48% do valor dos capitais próprios, relativamente a 31 de Dezembro de 2004.

No que se refere ao perímetro de consolidação, assinalamos a saída de três entidades e a entrada de onze, onde destacamos a constituição de uma sociedade gestora de participações sociais denominada "TDCIM – SGPS, S.A.", vocacionada para a detenção de posições sociais na área dos cimentos.

Embora cientes das dificuldades de conjuntura a que estivemos sujeitos e que, aliás, já havíamos assinalado nas previsões que fomos adiantando ao longo do ano 2005, consideramos de relevante significado o facto de a maioria dos indicadores *supra* referidos terem registado subidas em relação a 2004.

Avaliamos, pois, muito positivamente o desempenho e não prescindimos de realçar que conseguimos gerar e distribuir riqueza, sem nunca abdicar o respeito de todos os nossos compromissos, tendo cumprido pontual e integralmente as obrigações de qualquer tipo, sejam fiscais, legais, contratuais ou sociais, com especial destaque para o facto de em 2005 a actividade ter proporcionado, em Portugal, uma receita pública global de 88,5 milhões de Euros, dos quais 66 de impostos e 22,5 para a segurança social.

Assim, concluímos que se revelou correcta a postura anunciada de actuante e vigilante contenção de custos, bem como de racionalização dos recursos e a melhoria da produtividade, conforme fora preconizado nas perspectivas anunciadas no nosso último relatório anual.

Para o sucesso do Grupo nos vários sectores de actividade, importa ainda salientar o contributo das Direcções Centrais, melhor identificadas no organograma junto no início deste Relatório, onde se reproduz a estrutura organizativa do Grupo Teixeira Duarte.

Nos recursos humanos prosseguimos, com êxito, um esforço de minimização da inactividade, a par de uma política consistente de formação profissional e de sensibilização para a segurança dos trabalhadores, proporcionando-lhes a qualificação imprescindível aos novos desafios que a sociedade portuguesa enfrenta.

Não abdicámos de ser rigorosos na adequação do número de trabalhadores à actividade desenvolvida nos diversos sectores e mercados, sendo que, no exercício em apreço, se verificou um aumento daquele quantitativo, contrariamente à tendência decrescente dos últimos anos.

Motivámos as várias empresas que integram o nosso universo a encetarem processos de certificação na Segurança, Qualidade e Ambiente, sempre que tal se revelou apropriado à sua actuação e não gerador de sobrecustos desnecessários.

Reforçou-se o desenvolvimento da organização dos serviços partilhados nas áreas da contabilidade, das finanças e dos recursos humanos, que prosseguiram o esforço de maior eficácia e produtividade nas tarefas que lhes têm sido cometidas, ao mesmo tempo que passaram a abranger mais empresas, novos sectores e novos mercados em que está envolvido o Grupo Teixeira Duarte.

Também para este efeito e em paralelo, a Direcção Central de Informática encabeçou a introdução, a partir de 1 de Julho, do *software*

aplicacional SAP, como uma mais eficaz ferramenta de trabalho, nomeadamente promovendo a formação dos colaboradores com vista a optimizar a sua utilização e minimizar os impactos negativos próprios de uma alteração tão abrangente.

Atenta a obrigatoriedade de aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRC) a partir de 1 de Janeiro de 2005, concluímos, com êxito e dentro dos prazos previstos, a reexpressão das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao anterior exercício de 2004, tendo divulgado ao mercado, através de comunicado de "facto relevante" em 30 de Maio de 2005, os respectivos impactos, que se vieram a revelar genérica e significativamente favoráveis.

Pela mesma via a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." informou o seu propósito de continuar a preparar e apresentar as demonstrações financeiras individuais de acordo com o normativo contabilístico nacional em vigor.

Cumpre-nos ainda destacar que se realizou no dia 29 de Abril de 2005 a Assembleia Geral Anual dos accionistas da "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", a qual, registando a expressiva participação de mais de 80% dos titulares da totalidade do capital, veio a aprovar, por unanimidade, todas as propostas a ela submetidas, nomeadamente as subscritas pelo Conselho de Administração, bem como a eleição de cinco novos Administradores para melhor adequar tal colectivo à vastidão, complexidade, diversidade e dispersão dos negócios do Grupo Teixeira Duarte.

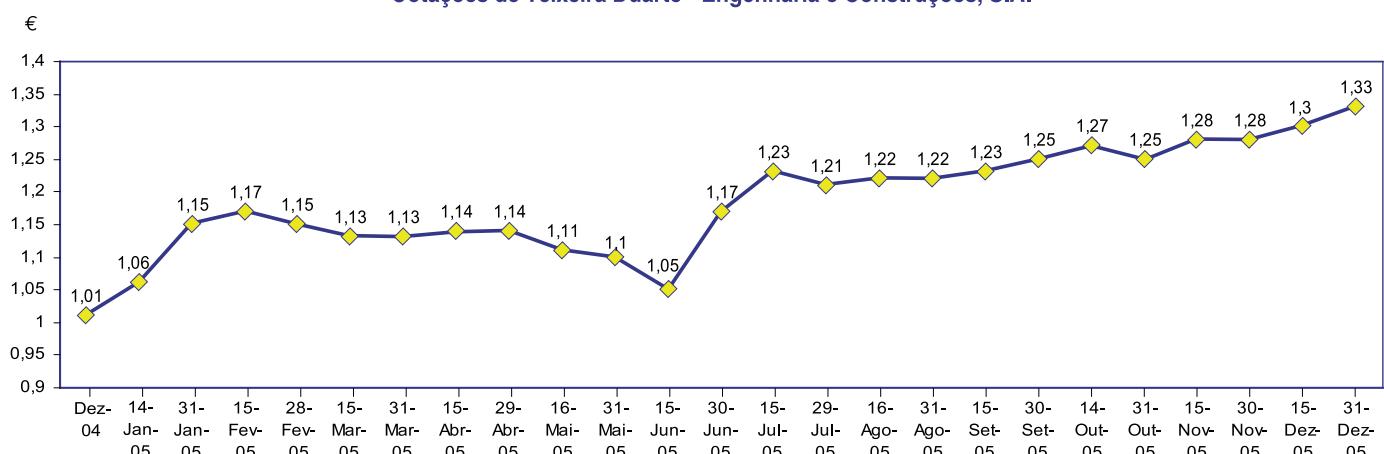
Embora tenha nessa mesma Assembleia Geral sido manifestado ao Senhor Eng.<sup>º</sup> António José Lobo Ferreira Gonçalves um especial voto de louvor e de reconhecimento pela forma competente e dedicada como, durante largos anos, prestou relevantes serviços à "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." e ao seu Grupo Empresarial, em funções de grande exigência e responsabilidade que sempre desempenhou com excepcional rigor, nomeadamente durante os 14 anos em que exerceu o cargo de Administrador, ao qual renunciara por motivos de reforma, cumpre-nos aqui reforçar essas referências e registar com satisfação a sua disponibilidade para continuar a prestar um valioso contributo à Empresa e ao seu Grupo, como Coordenador/Consultor.

A este propósito destacamos o valor que nos proporciona poder manter nessa actividade complementar diversos colaboradores que, atentas as suas capacidades técnicas e as vastíssimas experiências profissionais de que dispõem em distintas áreas de actuação, prestam precioso apoio nomeadamente nas vertentes da formação, aconselhamento e informação.

Na sequência da deliberação de aplicação de resultados, foram cumpridas na íntegra as subsequentes formalidades e distribuídos os dividendos aos accionistas, mediante pagamentos efectuados a partir de 27 de Maio de 2005, tudo conforme comunicados oportunamente divulgados ao mercado.

Os títulos da "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." registaram uma valorização de 31,7%, subindo de 1,01€ em 31 de Dezembro de 2004 para 1,33€ no final de 2005, tendência em que tem vindo a prosseguir, atingindo nesta data a cotação de 1,72€.

#### Cotações de Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.



## **IV. - ANÁLISE SECTORIAL**

Neste capítulo analisaremos a actuação do Grupo nos diferentes sectores de actividade, fazendo referência aos respectivos indicadores numa perspectiva não consolidada, por forma a permitir uma melhor percepção dos níveis atingidos em cada um deles e procedendo ao relato do correspondente desempenho.

### **IV.1. - CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS**

No exercício de 2005 os proveitos operacionais das empresas do Grupo que actuam no sector da Construção Civil e Obras Públicas atingiram o valor global de 500.389 milhares de Euros, tendo os resultados operacionais alcançado 17.739 milhares de Euros.

A circunstância de ser este o sector representativo do *core-business* do Grupo e da actividade desenvolvida pela Casa Matriz, que apoia e/ou lidera, com actuações concertadas, a actividade das suas participadas e dos agrupamentos e consórcios, impõe, não só por isso mas também por imperativos regulamentares, que façamos o enquadramento da actividade e uma análise geral do desempenho da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, seguida dos descritivos das actuações nos mercados interno e externo, especificando, no primeiro, a actuação por empresas e agrupamentos e, no segundo, por países.

#### **IV.1.1. - “TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.” - ANÁLISE GERAL**

Os proveitos operacionais da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” foram de 343.988 milhares de Euros, tendo os resultados operacionais alcançado 14.947 milhares de Euros, o que, tendo em conta todas as adversidades que o ano proporcionou e que se foram agravando à medida que este se aproximava do seu termo, consideramos como bastante razoáveis.

A Empresa está estruturada em bases sólidas, com diferentes centros de exploração autónomos e direcções centrais – melhor identificados no organograma junto no início deste documento – que interagem e criam mecanismos de compensação levando à racionalização e optimização de recursos, potenciando uma crescente melhoria dos índices de produtividade e ao aproveitamento da função comercial nesta conjuntura tão exigente.

Através das diversas Direcções Centrais da área de Orçamentos, Estudos e Projectos, estivemos presentes nos principais concursos públicos e privados, tendo como saldo final um aumento do valor das obras contratadas, apesar da redução do quantitativo global das propostas apresentadas.

Reagindo às dificuldades do mercado interno, em crise desde 2002, bem como à quebra sistemática quer do montante e do número de concursos lançados, quer do nível de preços praticados, estendemos a nossa actuação a outros mercados definidos como estratégicos (Espanha e Argélia) e ampliamos a nossa presença em Angola e Moçambique.

O esforço conjunto dos diferentes sectores da Empresa, desde o técnico-comercial ao da produção, conduziu à apresentação de 698 propostas no valor global de 2.799 milhões de Euros, das quais 77 foram em associação e atingiram os 1.063 milhões de Euros.

É de referir a nossa presença nos grandes concursos, como os dos Hospitais de Cascais (lançado em 2004) e de Braga, o da Reabilitação do Túnel do Rossio, o da Nova Ponte sobre o Rio Limpopo, em Moçambique, bem como outros de elevado montante, na Argélia, onde destacamos a realização do projecto “Adduction du Couloir Mostaganem – Arzew – Oran”, as “Ouvrages de Dérivation et Transfert el Harrach” e a “2me Rocade Autoroutière D’Alger Sur 65km”.

O total de obras contratadas atingiu 413 milhões de Euros (valor muito superior ao verificado em 2004), conduzindo à abertura de 213 estaleiros.

Dessa forma e graças ao somatório de tantos esforços, a nossa carteira de encomendas alcançará em 2006 o montante de 850 milhões de Euros.

Cumpre-nos, contudo, ressalvar que o referido crescimento resulta não só do nosso bom desempenho neste exercício, mas também do facto de em 2004 termos sido afectados pela inesperada transferência para o ano seguinte de diversas e significativas decisões de adjudicação.

Realçamos que o persistente adiamento do desfecho desses processos, que tem caracterizado estes últimos quatro anos de crise do sector, penaliza fortemente todos quantos ficam deles dependentes, em particular as empresas da área da construção e obras públicas que, nesse âmbito, realizam avultados investimentos em concursos de concepção construção.

Tal conjuntura levou a que reagíssemos internamente com a prossecução do redimensionamento das estruturas de alguns Centros de Exploração, libertando recursos para outras actividades, designadamente as que decorrem da estratégia de alargamento da internacionalização e de diversificação, quer da Empresa quer do Grupo em que ela se insere.

Ainda assim a já sentida e notória escassez de obras teve inevitáveis reflexos negativos na criação de novos postos de trabalho e na ocupação da mão de obra contratada, pelo que foram imputadas à inactividade 136.122 horas.

Mantivemos também uma postura tendente à renovação de efectivos, consubstanciada em 30 situações de passagem à reforma, 11 rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo e à contratação de 30 novos quadros superiores e de 10 intermédios.

A taxa de absentismo, mercê de uma política de incentivos há muito prosseguida, fixou-se em 2,94%, sendo a mais favorável das conhecidas no mercado.

Propiciámos 24.458 horas de formação profissional interna e 7.581 horas de formação externa, tendo estado envolvidos nesta última 271 colaboradores com diferentes níveis de qualificação e percorrendo as diversas áreas da Empresa.

Em 31 de Dezembro, o número de trabalhadores da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” era o seguinte, comparado com o do ano anterior:

	Em 31/12/2005	Em 31/12/2004	Variação
Quadros Superiores	326	304	7,2%
Enquadramento	316	331	-4,5%
Pessoal Especializado	998	985	1,3%
Outros	71	71	0%
<b>TOTAL</b>	<b>1711</b>	<b>1691</b>	<b>1,2%</b>

De entre os quadros superiores, 249, ou seja 76,38%, são Engenheiros. E, de entre estes, 153, isto é 61,45%, entraram na Empresa como estagiários recém-licenciados.

Esta atitude quanto aos Engenheiros é uma das principais e estruturantes políticas de gestão da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, que lhe confere um cunho próprio e uma identidade muito marcante e determinada. Somos, efectivamente e desde a fundação, uma Casa de Engenharia, que forma os seus jovens técnicos dentro dos mais rigorosos princípios da ética e deontologia profissionais e a quem incute o salutar princípio de pensar nas coisas, reflectir sobre as questões que lhes são postas, usar o raciocínio lógico para chegar a soluções. Incentivamo-los para que sejam bons observadores do meio que os envolve, dos seus elementos e das suas criaturas – das quais a humana é a mais perfeita e complexa –, aprendendo com os equilíbrios naturais e respeitando-os, retirando permanentemente deles ensinamentos que, criteriosamente utilizados, são preciosos auxiliares na busca de resoluções para os problemas da actividade profissional.

De resto, os Engenheiros são não só profissionais preparados para resolver problemas mas, principalmente e antes de tudo, preocupados e dedicados a evitar que os problemas surjam. E aqui, como sempre, a natureza é uma mestra sábia e insubstituível, devendo o Engenheiro ter a humildade e a intuição para recolher dela todas as lições que pródiga e constantemente lhe proporciona.

A "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", por si própria e através dos seus accionistas, dos seus administradores e dos seus trabalhadores, sempre assumiu um papel activo no domínio dos direitos sociais e, mais nuclearmente, no bem estar dos seus colaboradores e respectivas famílias, sendo precisamente através dessa comunhão de esforços e de objectivos comuns que melhor se prosseguem os desideratos da realização da justiça social e da promoção do bem estar, por forma a que todos possa abranger.

Na esteira destes princípios, o Conselho de Administração entendeu que seria adequado focalizar, através de uma posição institucionalizada, a estruturada actuação e o genuíno empenho que a Empresa vem colocando na concretização de uma política de responsabilidade social traduzida em actos e acções determinadas, com significado quer no plano interno da sua organização quer no plano externo, representado pela Comunidade onde se insere.

Assim e sem prejuízo de outras iniciativas que ocorrem e enformam uma responsabilidade social assumida, em 2005 promoveu acções sociais de referência, tanto no plano interno como no externo.

No primeiro, foi concedida uma prestação única de natureza económica às famílias dos trabalhadores do quadro permanente da Empresa que tenham três ou mais filhos com idade até ao 25 anos e desde que estes se encontrem em situação de dependência económica. A nível externo, foi apoiado um conjunto de entidades que prosseguem fins de solidariedade social, determinadas sob proposta de colaboradores da Empresa que pessoalmente também tivessem aderido a esses objectivos.

Ainda a este propósito, destacamos o facto de o desempenho em 2005 ter permitido uma entrega de 2.713 milhares de Euros para o seguro constituído com o objectivo de facultar aos seus colaboradores benefícios de reforma.

Integrada no processo de Gestão da Qualidade, foi realizada, com êxito, a auditoria ao Sistema que permitiu a sua re-certificação no âmbito da norma que o tutela. Tal está já assimilado pela Empresa, sendo de salientar o persistente esforço realizado para que o Sistema não se transfigurasse num mero processo burocrático virtual, no qual um determinado pelouro se limitaria a produzir um conjunto de documentos para satisfação de terceiros. A Empresa sempre pretendeu que os sistemas de gestão fossem dependentes da contribuição e participação de todos, como ferramenta útil à melhoria da sua actividade.

Outro objectivo que cumprimos e que assume grande significado por consubstanciar os valores, o espírito e a cultura da Empresa, foi o da certificação do Sistema de Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho. Neste domínio, continuamos a ampliar a estrutura de recursos humanos a ele dedicados, para responder eficazmente às novas exigências com que nos deparamos.

No mesmo âmbito, salientamos e saudamos que o legislador mantenha o aumento progressivo das exigências relacionadas com a Segurança e Saúde no Trabalho, embora o modo como se vem concretizando esse novo propósito não seja, em nosso entender, o mais eficaz e objectivo. Em vez de se incidir no rigor operacional dos aspectos de segurança na execução dos processos operativos, tende-se a privilegiar a complexidade e pormenorização da documentação com tais temas relacionados. É uma tendência generalizada que se constata quer em fase de concurso, quer durante a execução da obra. Avança-se e exige-se a produção quantitativa documental, ao invés de dar total primazia à sua qualidade, operacionalidade e mais valia para os diversos intervenientes. Aliás, todos sabemos que documentos demasiados extensos e minuciosos, são os de difícil manuseamento, consulta, leitura e percepção.

Na prática, os "intervenientes" vão-se "defendendo" cada vez mais, definindo metodologias e conteúdos documentais sucessivamente mais complicados e acrescidos, com sistemas de controlo operativo baseados numa panóplia de textos onde se acumulam miríades de detalhes, como se por aí se conseguisse garantir um cumprimento muito estrito mas meramente formal da legislação em causa.

Corre-se o risco de perder de vista o objectivo primeiro que presidiu à criação e implementação dos sistemas de segurança e dos documentos associados – onde o plano de segurança surge como o mais representativo –, ou seja, o de constituírem instrumentos reais para controlo da segurança no trabalho, em vez de serem absorvidos por rebuscados conceitos de virtual prevenção.

A formação na área da segurança no trabalho continuará a merecer o empenho da Empresa, pelo que será mantida a actual política de promoção de cursos diversificados, com o objectivo de ser sempre melhorada e alargada a sua área temática e os seus destinatários. Foi realizado um seminário para formação pedagógica de formadores com a participação de colaboradores oriundos de diversos serviços e de algumas das empresas associadas, que habitualmente contribuem ou podem vir a ser solicitados a participar nas acções internas, permitindo melhorar as suas habilitações para tal função. Foram também definidos determinados objectivos para 2006, salientando-se desde já a promoção de um curso de formação de Técnicos Superiores de Segurança e Higiene do Trabalho, específico para a Empresa. Não se pretende apenas a criação de profissionais para o exercício daquelas tarefas, mas habilitar pessoal técnico associado à produção, com novas valências e competências, para que possam, cumulativamente às demais funções que já desempenham, assumir novas responsabilidades, cada vez mais exigidas pelos donos de obra. Também a actualização da formação do pessoal já habilitado em socorismo e o alargamento desta iniciativa no sentido de repormos e ampliarmos a nossa carteira de pessoal com formação nesta área, é outra das iniciativas traçadas.

No final do ano foi promovido um processo de consulta generalizada a todos os trabalhadores da Empresa relativamente às suas condições de trabalho, permitindo a recolha de informações úteis para o desenvolvimento e melhoria da aplicabilidade do nosso Sistema de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho.

Outro aspecto onde é fundamental insistir, consiste na disciplina e no rigor de cumprir e de fazer cumprir, a todos os níveis, as regras de segurança. Assim, no seguimento de medida adoptada no ano transacto quanto às condições de atribuição do “prémio de assiduidade e segurança”, e do estabelecimento do princípio da “tolerância zero” neste domínio, idêntica atenção passou a ser prestada no controlo de alcoolemia que, baseado num regulamento interno devidamente registado na autoridade competente, é sempre efectuado com espírito pedagógico e associado às diversas acções de informação realizadas.

Neste exercício investimos cerca de 9,1 milhões de Euros em Equipamento, sendo que aproximadamente 60% desse montante se destinou a Angola.

Assinalamos, ainda, a aquisição de equipamentos para o Sector de Geotecnica e Fundações no valor de cerca de 2 milhões de Euros.

A taxa de ocupação do Equipamento subiu para os 54%, em resultado do seu redimensionamento e relocalização, optimizando a sua aptidão e tornando-o melhor adaptado à actividade desenvolvida nos vários mercados, o que conduziu à remessa de diversos equipamentos para Angola.

Em relação ao Laboratório de Betões, a actividade centrou-se principalmente na continuação dos estudos já iniciados anteriormente sobre as argamassas de reparação, bem como na investigação relacionada com betão pobre para estacas secantes.

Tal como anunciado acima, os demais desenvolvimentos da actividade da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” e em particular os descritivos das empreitadas executadas, serão expostos nos pontos seguintes do presente Relatório.

#### IV.1.2. - MERCADO INTERNO

Procederemos a uma análise global das condições do mercado da Construção Civil e Obras Públicas em Portugal durante o ano de 2005, seguindo-se, depois, o descritivo da produção da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, descriminando os seus diversos Centros de Exploração autónomos, com alusões às principais obras de cada um.

Posteriormente aludiremos à actividade produtiva das principais sociedades participadas que actuam neste sector da Construção Civil e Obras Públicas, bem como a alguns Agrupamentos mais significativos, salientando informações económico-financeiras individuais de cada uma dessas Entidades do Grupo sempre que tal se justifique.

##### A) ENQUADRAMENTO

O mercado da construção registou de novo uma significativa retracção, bem evidenciada pela manifesta degradação dos indicadores de evolução da actividade, onde destacamos, pela sua maior sensibilidade social, o aumento da taxa de desemprego.

Outro dado relevante foi o do consumo de cimento, que voltou a ser inferior em 3,3% ao verificado no exercício transacto que, por sua vez, já tinha sido também de forte redução.

As estatísticas quanto à evolução negativa dos níveis de licenciamento municipal e de conclusão de edifícios confirmam também a contracção da iniciativa do sector privado, constrangida por uma manifesta prudência e expectativa.

Por outro lado, a acentuada queda do investimento público, com as inerentes consequências num mercado já debilitado, ficou também patente se atendermos a que o valor dos concursos de obras públicas lançados em 2005 foi 19% inferior ao registado em 2004.

Perante tal conjuntura, tornou-se inevitável que a actividade da construção sofresse uma nova quebra de produção, superior a 5% em relação ao ano de 2004, que já por si fora muito desfavorável.

Outra manifestação das más condições em que sobrevive o mercado constitui o agravamento das práticas de aviltamento de preços que, como desde sempre, repudiamos e combatemos, tendo o indicador “Valor de Licitação / Base de Licitação” aumentado a tendência depressiva que já vinha registando desde 2002.

Aproveitando a fragilidade das regras de acesso ao sector e a inoperância quanto ao repúdio de admissão de propostas com valores anormalmente baixos, é cada vez maior o número de empresas que se apresentam a concurso de obras para as quais não têm qualificações, com preços anómalos, o que traz consequências não só a nível imediato, na redução da qualidade e no incumprimento de prazos, mas também na diminuição, em progressão geométrica, das estimativas das bases pelas quais as obras são lançadas.

Verificamos, pois, com preocupação, a constante oferta de preços abaixo dos custos de produção, com repercussões nefastas tanto para clientes como para áreas a montante da Construção Civil e Obras Públicas, levando à corrosão da capacidade industrial do sector, provocando grandes dificuldades a empresas que antes desempenharam um papel importante no mercado, actuando dentro das suas especialidades, as quais agora são forçadas a esgotarem-se ainda mais em esforços para concorrer fora das suas competências.

**B) "TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A."****- CENTRO DE EXPLORAÇÃO GEOTECNIA E FUNDAÇÕES**

Este Centro sempre teve a consciência – e, com ela, a responsabilidade – de se saber na génese da Empresa, pelo que jamais prescindiu do prestígio que o mercado lhe reconhece e ao qual corresponde com uma excelente preparação, em estudos científicos de elevada qualidade, em pioneirismo de tecnologias, em equipamento próprio de vanguarda e em recursos humanos altamente especializados.

Com esse renome e tais meios, presta ainda um relevante contributo no apoio às obras de outros Centros, constituindo uma mais-valia no estudo das soluções mais apropriadas, nomeadamente em concursos de concepção/construção.

Ao longo do exercício, o seu volume de trabalhos manteve-se estável, apesar da acrescida concorrência resultante da criação de diversas outras pequenas sociedades que se reclamam de “especializadas” e, por outro lado, de também as demais grandes construtoras terem sentido a necessidade de se apresentarem com departamentos geotécnicos.

No entanto, não só não viu afectado o seu estatuto de liderança técnica numa área de grande exigência, como até conseguiu manter o seu equipamento com uma elevada taxa de ocupação, dadas as solicitações que recebe, particularmente em obras cuja complexidade lhe permite demonstrar as suas vastíssimas capacidades e a sua incomparável experiência.

Nas obras de estabilização de taludes e de contenção periférica concluímos as cortinas de:

Novas Instalações da Rádio Televisão Portuguesa – fase II, em Lisboa;

Edifícios “Soicifide” na Av. da República, “Colmeia VII” na Expo e “Edifício Sede” da APDP, todos em Lisboa;

Empreendimento “Parque Rio – Parcela 5.03”, em Loures, para a “DICODULIMAR – Sociedade Internacional de Construções, S.A.”;

SCUT Norte Litoral, para a “Ferrovial Agroman, S.A.”;

Edifício “Novandar”, em Aveiro;

Aeroporto das Lajes, nos Açores.

Iniciámos os trabalhos de “Escavação e Contenção Periférica do Empreendimento Villa Park”, na Amadora, bem como a “Cortina de Parede Moldada e as Fundações do Edifício” na Rua do Arnado, em Coimbra, esta última para a “Sociedade de Construções Custódio Antunes, S.A.”.

Encetámos ainda as obras de “Tratamento e Estabilização das Encostas” entre Outão e Portinho da Arrábida, para a “EP – Estradas de Portugal, E.P.E.”.

Executámos as fundações por estacas de Ø 1,20m e Ø 1,50m dos Viadutos da A10 – Auto Estrada de Bucelas – Carregado, para a “BRISA – Auto-Estradas de Portugal, S.A.”, bem como as cortinas de estacas do IC3 – nó da Boavista, em Coimbra, para a “EP – Estradas de Portugal, E.P.E.”. Na Auto Estrada A8/A17, realizámos as estacas de Ø 1.00 e Ø 1.80m do Viaduto da Carreira e iniciámos as estacas de Ø 1,50m e Ø 2,00m para a Ponte do Liz, ambas para a “BRISAL – Auto-Estradas do Litoral, S.A.”. Participámos ainda na execução das estacas da Estação de Saldanha – Linha Vermelha – do Metropolitano de Lisboa.

Na área de reconhecimento geotécnico, concluímos os trabalhos de sondagens para o “Estudo Urbanístico Alcântara”, em Lisboa, para além das campanhas de prospecção geotécnica do “Aquário do Funchal”, para a “Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento da Madeira S.A.”, bem como do “Túnel do Rossio”, para a “Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.”.

Na reabilitação de estruturas, concluímos as obras de “Reparação do Caneiro de Alcântara”, junto à Av. Calouste Gulbenkian, para a Câmara Municipal de Lisboa, as “Injecções de Consolidação e Reforço dos Encontros da Ponte de Penacova” e a “Reparação da Ponte da Asseca”, ambas para a “EP - Estradas de Portugal, E.P.E.”, bem como o “Reforço das Fundações, 2<sup>a</sup> Fase, da Ponte de Sernada do Vouga”, para a “Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.”.

Acompanhando a evolução das novas tecnologias, executámos os trabalhos de “Jet Mix” + Microestacas na “Requalificação do Parque Atlântico”, para o Polis de Vila do Conde.

#### **- CENTRO DE EXPLORAÇÃO CONSTRUÇÃO CIVIL E INDUSTRIAL**

Em linha com o decréscimo de actividade verificado no mercado nacional e em conformidade com a nossa política de preferência da qualidade em detrimento da quantidade, a produção executada por este Centro de Exploração revelou-se inferior à do ano transacto e manifestamente abaixo das capacidades da Empresa nesta área de actuação.

Sentimos também os efeitos negativos de inesperadas decisões, ou omissões, que conduziram ao não arranque ou paragem de obras relativamente às quais alimentávamos sustentadas expectativas e mobilizámos meios técnicos e financeiros adequados ao seu estudo, preparação e concretização.

Neste contexto assinalamos, atenta a sua dimensão e mediatização, a situação da obra da Nova Sede da Polícia Judiciária, em Caxias, da qual resultam prejuízos evidentes, ainda que por todos seguramente indesejáveis.

De facto, independentemente da opinião sobre o conjunto de circunstâncias variadas que estiveram na origem da suspensão dos trabalhos e de quaisquer considerações sobre o seu mérito da mesmas, a verdade é que, na nossa qualidade de empreiteiro, não deixámos de cumprir rigorosamente as obrigações a que estávamos adstritos e aguardamos a decisão do dono de obra, que respeitaremos, sem prejuízo de deverem ser assegurados os direitos que nos assistem e de estarmos disponíveis para colaborar com as opções que o Estado entenda prosseguir.

O Centro de Exploração da Construção Civil e Industrial actua para múltiplos clientes de diferentes sectores de actividade, não só na construção de edificações novas mas também na realização, individualmente ou em consórcio com a nossa participada “BEL, S.A.”, de importantes e complexas obras de reabilitação e de remodelação, destacando, entre estas últimas, pela sua complexidade técnica, as seguintes:

Conclusão dos trabalhos:

- na Torre de Palma, em Monforte, para o IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico;
- na Torre de Belém, em Lisboa, para o IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico;
- na Casa do Lanternim, em Mértola, para o Instituto da Conservação da Natureza;
- de Consolidação e Reabilitação das Muralhas do Forte de São Sebastião, para a Câmara Municipal de Castro Marim;
- na Muralha da Covilhã, para a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais;
- na recuperação dos Torreões no Jardim da Sereia, para a Câmara Municipal de Coimbra;
- na Torre do Capitão, para a Direcção Regional da Cultura da Madeira;
- na Reabilitação da Chaminé do Alcoitão, para a Santa Casa da Misericórdia;
- na Real Fábrica de Lanifícios e Colégio de S. Sebastião, que passaram a proporcionar as magníficas instalações da Câmara Municipal de Portalegre;
- na recuperação do Mercado de Portalegre, para a Câmara Municipal.

Continuação dos trabalhos:

- da grande intervenção de recuperação na Praça da República, em Câmara de Lobos, na Madeira, para a “Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A.”.

Início dos trabalhos de:

- Remodelação / Reabilitação da Estação Ferroviária do Rossio, incluindo a Praça e edifícios adjacentes, para a "INVESFER – Promoção e Comercialização de Terrenos e Edifícios, S.A.";
- Remodelação da Casa Museu Armando Cortes Rodrigues, em Ponta Delgada, para a Direcção Regional da Cultura dos Açores.

Para além destas, assinalamos ainda as seguintes obras desenvolvidas:

Na área de Comércio e Serviços:

Conclusão dos trabalhos:

- das novas instalações para o Consulado de Angola, em Lisboa;
- da estrutura de um edifício para a "SOICIFIDE – Sociedade de Construções Torre, Lda.", na Av. da República, em Lisboa.

Continuação dos trabalhos:

- nos edifícios do Instituto de Soldadura e Qualidade, no "Tagus Park", em Oeiras;
- no "Tower Plaza", primeira torre do "Gaia Nova", em Vila Nova de Gaia, para empresa do Grupo Teixeira Duarte;
- de um novo edifício de escritórios no "Lagoas Park", em Oeiras, igualmente para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

Início dos trabalhos:

- de construção dos novos Estúdios de Cinema e Televisão e dos Serviços Administrativos da RTP, em Lisboa, para o "BPN Imofundos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.";
- de construção de um edifício de habitação e comércio, em Ponta Delgada, para a "SOPM – Empreendimentos Imobiliários, Lda.;"
- de remodelação/ampliação da Caixa de Crédito Agrícola, em Ponta Delgada.

Na área da Saúde:

Conclusão dos trabalhos:

- no Centro de Saúde e Segurança Social do Caniçal, na Madeira, para a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes;

Início dos trabalhos:

- de renovação do Hospital de S. João, no Porto.

Na área do Ensino e Ciência:

Conclusão dos trabalhos:

- de remodelação/ampliação da Escola Dr. Horácio Bento Gouveia, no Funchal, para Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes;
- do Bloco D do Instituto Superior Técnico, no "Tagus Park", em Oeiras.

Continuação dos trabalhos:

- de remodelação/ampliação da Escola Roberto Ivens, em Ponta Delgada, para Secretaria Regional da Educação e Cultura;
- de realização, em regime de Concepção/Construção, do Fluvíario de Mora, para a Câmara Municipal de Mora, que prevemos terminar em meados de 2006.

Na área do Desporto, Cultura e Recreio:

Conclusão dos trabalhos:

- do campo de jogos para o Instituto Superior Técnico, no "Tagus Park", em Oeiras;
- da piscina de Albufeira, em regime de Concepção/Construção, para a respectiva Câmara Municipal;
- da Biblioteca de Gondomar, para a Câmara Municipal, em prazo curtíssimo;
- do complexo desportivo "Lagoasfut", sítio no "Lagoas Park", em Oeiras, para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

Início dos trabalhos:

- para a construção do Pavilhão Polidesportivo da Escola Francisco Franco, no Funchal, para a Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes;
- de remodelação de um edifício destinado ao Museu do Oriente, em Lisboa, para Fundação Oriente;
- do Health Club, no Lagoas Park, em Oeiras, para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

### Na área dos Transportes e Comunicações:

Conclusão dos trabalhos:

- dos acessos rodoviários e túnel ao Parque de Estacionamento e Edifício de Apoio ao Hospital Cruz de Carvalho, no Funchal, para Secretaria Regional do Equipamento Social e Transportes;
- dos parques de estacionamento subterrâneos da Pontinha, em Faro, bem como do Hospital Cruz de Carvalho, no Funchal, ambos para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

Continuação dos trabalhos:

- de execução das torres do “Sistema de Controlo de Tráfego Marítimos (VTS)” para o Instituto Portuário dos Transportes Marítimos.

Início dos trabalhos:

- no aeroporto das Lajes, na Ilha Terceira, para a Direcção Regional de Transportes Aéreos e Marítimos;
- no aeroporto João Paulo II, na Ilha de S. Miguel, para a “ANA – Aeroportos de Portugal, S.A.”.

### Na área Industrial:

Conclusão dos trabalhos:

- de ampliação da fábrica da “SACOPOR – Sociedade de Embalagem e Sacos de Papel, S.A.” (Grupo Cimpor), em Alenquer;
- do Parque do Carvão, para a “CIMPOR – Industria de Cimentos, S.A.”, em Alhandra.

Continuação dos trabalhos:

- do parque de produto acabado na SIDERURGIA NACIONAL – Fábrica do Seixal (SN Longos), no Seixal;
- do parque de armazéns e escritórios do “Lezíria Park”, no Forte da Casa, para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

### Na área Hoteleira:

Conclusão dos trabalhos:

- do Hotel Aviz, em Lisboa, para a “REGISTUR – Actividades Hoteleiras, S.A.”;
- do Aparthotel “Stella Maris”, nas Açoteias, no Algarve, para “FERIATUR – Empreendimentos Turísticos Internacionais, S.A.”;

Início dos trabalhos:

- da construção do “Lagoas Park Hotel”, em Oeiras, para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

### Para clientes da área de habitação:

Conclusão dos trabalhos:

- do edifício da Av. Luís Bívar, em Lisboa, para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

Continuação dos trabalhos:

- do edifício correspondente ao Lote 14 da Urbanização “Gaia Nova”, em Vila Nova de Gaia, também para empresa do Grupo Teixeira Duarte;
- de novos edifícios no “Fórum Oeiras”, em Oeiras, ainda para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

Início dos trabalhos:

- a construção dos primeiros edifícios do empreendimento “Villa Park”, na Amadora, igualmente para empresa do Grupo Teixeira Duarte.

### - CENTRO DE EXPLORAÇÃO OBRAS PÚBLICAS

Conforme havíamos previsto e deixámos expresso no relatório do ano passado, a produção deste Centro de Exploração voltou a diminuir, ficando muito aquém da sua capacidade, essencialmente como consequência inevitável do ambiente económico fortemente adverso e das grandes restrições dos investimentos públicos, com as inerentes quebras de encomendas, que atingiram no ano em apreço o seu nível mais baixo.

Com efeito, devido ao excesso de oferta instalado no mercado e também à ineficácia dos mecanismos de adjudicação de grandes empreitadas, regista-se uma retracção de grandes repercussões, igualmente extensíveis ao desenvolvimento do País.

Um caso paradigmático é o da construção da Barragem de Odelouca, concurso de Julho de 2005, no qual a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", em consórcio, se classificou em primeiro lugar, mas que ainda aguarda que lhe seja feita a adjudicação e o consequente contrato. Estamos a referir-nos a um empreendimento de vital importância para as populações, pois trata-se da captação e armazenagem de água, bem precioso e sem o qual ninguém pode viver.

Noutra área de actividade, foi feita a recepção provisória do Lote 3.2 - Quintans/Ovar, da Renovação da Linha do Norte, para a "Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.". Quanto a essa obra apresentámos ao cliente exposição onde se apuraram os encargos resultantes dos enormes desfasamentos entre as datas de realização dos trabalhos e o seu processamento e contabilização, originados por procedimentos de natureza administrativa muito morosos, pelo que prevemos concluir com brevidade as negociações e emitir a facturação daí decorrente.

Entretanto, foi concluída com sucesso a construção da Conduta Elevatória de Castelo de Bode/Asseiceira, para a "EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.".

Na Região Autónoma da Madeira, completaram-se as empreitadas que transitaram do ano anterior, com a entrada em funcionamento da Estação de Tratamento de Águas Residuais de Porto Santo e do sistema de segurança do Túnel Faial/Santana, bem como de ampliação da Central Dessalinizadora de Porto Santo.

Nessa Região Autónoma apenas prevemos o lançamento de novas grandes empreitadas a partir de 2006, ainda que no ano de 2005 se tenha verificado um acréscimo de actividade no sector da captação e condução de águas por parte do "IGA – Investimentos e Gestão de Água, S.A.", estando a nossa Empresa bem posicionada para intervir em diversas empreitadas, nomeadamente na da reabilitação do Sistema de Levada dos Tornos.

Avançámos com a construção da estrutura do Hospital dos Lusíadas, para a "Hospitais Privados de Portugal, S.A." (do Grupo CGD), nosso parceiro nos concursos de grandes Hospitais Públicos. Este contrato deve ficar concluído no primeiro semestre de 2006 e iremos negociar a execução dos acabamentos, para o que contamos com a nossa experiência neste tipo de obras.

Terminámos a construção de três Estações de Tratamento de Água para a "Águas do Zêzere e Côa, S.A.", antevendo-se a conclusão durante 2006 de uma outra para as "Águas do Centro, S.A.". Ainda dentro do capítulo do ambiente, decorrem as obras do emissário do Levira para a "SIMRIA – Saneamento Integrado dos Municípios da Ria, S.A." e de requalificação ambiental e saneamento básico para as "Águas de Coimbra, S.A.".

Para a "EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas de Alqueva, S.A.", temos em curso importantes trabalhos que integram os Projectos do Alqueva, o Túnel do Loureiro/Alvito e a Barragem do Pisão.

Prosseguiram os trabalhos de construção dos viadutos Lotes B e C da A10, para a "BRISA – Auto-Estradas de Portugal, S.A.", que foram entregues já em 2006, com antecipação do prazo contratual. O Viaduto de Vale Flores, realizado segundo um projecto variante por nós proposto, na linha dos conceitos inovadores de engenharia já assumidos em situações anteriores, decorre a bom ritmo, preconizando-se a sua conclusão no primeiro semestre de 2006, também com antecipação do prazo.

No decurso do ano foram-nos adjudicadas duas obras de excepcional importância, quer pela sua natureza técnica quer pela complexa envolvente de ordem ambiental e social que as caracterizam. Uma delas consiste na estabilização da Encosta da Serra da Arrábida, para a "EP – Estradas de Portugal, E.P.E.", que, pela sua localização e condicionamentos de ordem geológica, implica uma gestão e planeamento em conformidade com a constante preocupação do desenvolvimento sustentável, nomeadamente na sua vertente de preservação ambiental.

A outra reporta-se à reabilitação e reforço do Túnel do Rossio, para a “Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P.”, obra com impacto no dia-a-dia de milhares de utilizadores, que põe à prova e exige à nossa Empresa as suas múltiplas valências no sentido de dar resposta aos intrincados desafios que são colocados ao promotor, ao projectista, ao supervisor, aos assessores e aos executores, pelos diferentes imponderáveis encontrados numa zona de particular sensibilidade.

Para a “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” tal implica, por um lado, uma actuação compassada pelas cautelas recomendadas por cada uma das entidades que acompanha o projecto face ao progressivo conhecimento das situações e, por outro, um fortíssimo reforço de meios por forma a, sem prejuízo da prioridade dada à segurança, cumprir todos os compromissos, desse modo minimizando as perturbações na vida dos utentes. Uma vez mais evidenciamos, também neste desafio, a grande preocupação da Empresa pela responsabilidade social, assumindo ambas as faces deste esforço na convicção de que o mesmo virá a ser oportunamente reconhecido e justamente avaliado.

#### **- CENTRO DE EXPLORAÇÃO METALOMECÂNICA**

Atenta a especialidade da sua área de actuação, a Metalomecânica colabora regularmente com outros Centros de Exploração da Empresa, destacando-se, em relação ao ano em análise, a montagem dos Viadutos de S. Sebastião da Auto-Estrada A10, através de avanço incremental, bem como a Concepção/Construção de Equipamento Hidromecânico para o Túnel do Loureiro, trabalho que ainda se encontra em curso.

Directamente para clientes externos, realçamos a conclusão dos trabalhos na Ponte de Penacova, para a “EP – Estradas de Portugal, E.P.E.” e a execução da Passagem Superior Rodoviária sobre a Linha do Norte, em Alfarelos, para a mesma entidade.

A “EDP – Electricidade de Portugal, S.A.” adjudicou-nos a Reabilitação das Comportas Duplas de Vagão do Descarregador de Cheias, na Barragem de Belver, bem como a substituição das Comportas Ensecadeiras das Turbinas, na Barragem da Caniçada.

Ainda neste exercício, concluímos a Reabilitação e Reforço dos Viadutos de Alcântara, para a Câmara Municipal de Lisboa.

#### **- CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO**

Mesmo perante uma conjuntura adversa, confirmaram-se as expectativas anunciadas no Relatório de Gestão de 2004, tendo-se conseguido aumentar em cerca de 20% os níveis de produção deste Centro de Exploração relativamente ao ano anterior.

Embora também maioritariamente vocacionado para intervenções parcelares no âmbito das suas especialidades em obras dirigidas por outros Centros de Exploração da Empresa, procedemos à realização autónoma, entre outros, dos seguintes trabalhos:

Para a “Brisa - Auto-Estradas de Portugal, S.A.”, realizámos os viadutos da A10, em Arruda dos Vinhos e temos em fase de conclusão o viaduto de Vale Flores, no Carregado.

Para a “EP - Estradas de Portugal, E.P.E.”, executámos, quer com cimbres e cofragens quer ainda com pré-esforço, as Passagens Superiores no IC3 - Nô da Boavista, em Coimbra.

Para empresa do Grupo Teixeira Duarte, completámos mais um Posto de Abastecimento AVIA, em Oeiras.

Em colaboração com outros Centros de Exploração da Empresa, o Centro Operacional de Cofragens e Pré-Esforço participou em múltiplas trabalhos, dos quais destacamos os seguintes:

- Estação de Tratamento de Águas de Santa Luzia, na Pampilhosa da Serra, para “Águas do Centro, S.A.”;
- Edificação de um parque de armazéns e escritórios denominado “Lezíria Park”, no Forte da Casa;
- Edifícios do Largo da República, em Câmara de Lobos, na Madeira;
- Escola Básica Dr. Horácio B. Gouveia, na Madeira;
- Parque de Estacionamento do Hospital Cruz de Carvalho, no Funchal, Madeira;
- Edifícios dos Lotes 3 e 4 do “Lagoas Park”;
- Instituto Superior Técnico, no “Tagus Park”, em Oeiras;
- Reabilitação e remodelação da Real Fábrica de Lanifícios e Colégio de S. Sebastião, em Portalegre;
- Recuperação do Mercado de Portalegre;
- Viadutos metálicos do Nó de Alcântara, em Lisboa.

Realçamos ainda as intervenções, pontuais e bem sucedidas, deste Centro de Exploração na consolidação e reforço da boca do Túnel do Rossio e na reparação das arribas do Forte de Sto. António da Barra, em S. João do Estoril.

## C) PARTICIPAÇÕES E ASSOCIAÇÕES

Neste capítulo, reportado a algumas das empresas autónomas, faremos únicamente breves considerações e referências a certos eventos que justificam destaque, na medida em que cada uma delas tem os seus próprios Órgãos de Gestão e elabora os competentes relatórios de actividade.

A BEL - ere - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A. é uma sociedade desde há muito detida a 100% pela “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, .S.A”, particularmente vocacionada para o sector específico da reabilitação, tendo como as duas principais áreas de actuação a reabilitação de estruturas de betão (nela se incluindo a inspecção, diagnóstico e reforço de estruturas, como, entre outras, barragens ou pontes, por exemplo a da Arrábida) e a conservação e restauro de património arquitectónico (como, por exemplo a Sé de Coimbra).

No ano de 2005, a BEL registou, em termos individuais, proveitos operacionais de 7.484 milhares de Euros e resultados operacionais de 628 milhares de Euros o que, associado aos demais indicadores do seu desempenho, nos permite uma apreciação francamente positiva quanto ao exercício passado, que consideramos não só reflectir o reforço de uma Empresa sólida, operativa e eficaz, mas também encorajador para um futuro que cremos de crescimento do mercado, embora nele se antevejam também as adversidades próprias da presente conjuntura.

Na Reabilitação e Reforço de Estruturas de Betão é de salientar a conclusão dos trabalhos de “Beneficiação e Reforço da Ponte da Calharda” para a “Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P”, a “Reconstrução da Ponte Romana de Negrelos”, para a Câmara Municipal de Santo Tirso e o “Atirantamento e Consolidação da Ponte da Ribeira do Alcobre”, para a “EP – Estradas de Portugal, E.P.E.”.

No âmbito das reparações marítimas, assinalamos a continuação da “Reparação e Reabilitação das Estruturas dos Cais de Acostagem e de Edifícios no Porto de Sines”, para a Administração do Porto de Sines.

Executámos ainda a “Reabilitação da Chaminé do Centro de Reabilitação do Alcoitão” através de cofragem trepante, para a Santa Casa da Misericórdia, continuando com intervenções de reabilitação na Fábrica de Cimento da “CIMPOR – Industria de Cimento, S.A.”, em Souselas.

Ainda dentro desta área nuclear de actuação da BEL, a actividade das Inspecções e Diagnóstico de Estruturas traduziu-se nomeadamente em intervenções significativas na “Chaminé da Central Térmica do Barreiro”, para a “CPPE – Companhia Portuguesa

de Produção de Electricidade, S.A." e nos "Reservatórios de Água na Charneca", para a "EPAL – Empresa Pública das Águas Livres, S.A.", que foram bem demonstrativas da nossa capacidade técnica e científica, pois implicaram um conhecimento profundo das diversas patologias e consequentes terapêuticas.

Na área da Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, executámos diversas empreitadas, algumas delas em parceria com a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", sendo de salientar para o IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico, a conclusão das intervenções na "Torre de Belém", na "Torre de Menagem do Castelo de Mértola" e no "Centro Interpretativo da Ruína Romana da Torre de Palma", em Monforte, bem como o início dos trabalhos na "Capela de São João das Donas" da Igreja de Santa Cruz, em Coimbra e na "Ponte da Boutaca", na Batalha. Para a Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, concluímos a recuperação e consolidação das Muralhas da Covilhã e iniciámos a intervenção na "Cúpula do Museu de Arte Antiga, em Lisboa". Para as Câmaras Municipais de Coimbra, Castro Marim e Sernancelhe, efectuámos, respectivamente, intervenções no "Restauro dos Torreões, Pórtico, Cascata e o Campo da Pela, do Jardim de Santa Cruz", na "Consolidação e Reabilitação das Muralhas do Forte de São Sebastião" e na "Reabilitação e Conservação da Igreja do Mosteiro da Ribeira".

Na área da Reparação e Remodelação de Edifícios, continuámos a desenvolver importantes trabalhos nas áreas Industriais da SIDERURGIA NACIONAL – Fábrica do Seixal e concluímos as obras nas instalações da "TABAQUEIRA, S.A.", em Albarraque.

Temos também prosseguido com sucesso a investigação e desenvolvimento em novos materiais e tecnologias, tendo-se já obtido os relatórios finais dos ensaios efectuados no Laboratório Nacional de Engenharia Civil sobre as argamassas de reparação de betão.

Apesar da conjuntura económica deveras desfavorável, temos como objectivos para 2006 alcançar níveis de produção e margens semelhantes aos do exercício de 2005, continuar os processos de Investigação e Desenvolvimento sobre novos materiais e novas tecnologias, bem como implementar a procura de novos mercados, assumindo também o propósito de concluir a certificação em Segurança e Ambiente, estabelecendo um sistema de gestão integrado que inclui igualmente a Qualidade.

A **E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.** é uma sociedade detida a 50% pela "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." e dedicada especialmente a obras subterrâneas.

No ano de 2005, esta empresa registou, em termos individuais, proveitos operacionais de 25.419 milhares de Euros e resultados operacionais de 755 milhares de Euros.

Na área da obra mineira, destacamos os trabalhos realizados em Neves Corvo, onde foram escavados três quilómetros de galerias, complementados por outros trabalhos subterrâneos.

No âmbito da obra hidráulica, salientamos a contratação do Túnel do Loureiro – Alvito, em consórcio com "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", obra que envolve a construção de 10 km de túnel e onde, até ao fim do ano de 2005, foram já abertos dois quilómetros.

Na obra ferroviária e, mais uma vez, em consórcio com "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", referimos a contratação da empreitada de reabilitação do Túnel do Rossio, projecto de grande complexidade técnica e apertado prazo de execução, que teve início em Agosto de 2005.

A actividade da Empresa no campo dos túneis rodoviários ficou este ano limitada à realização de alguns trabalhos de acabamento nos que integram a Via Expresso Faial/Santana, na Região Autónoma da Madeira.

Culminando um processo iniciado em 2003, a E.P.O.S. obteve em Janeiro de 2005 a certificação do seu Sistema de Gestão Integrado de Segurança, Qualidade e Ambiente.

A **SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.** é uma sociedade detida a 60% pela “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” e particularmente vocacionada para trabalhos ferroviários.

No ano de 2005, esta empresa registou, em termos individuais, proveitos operacionais de 34.409 milhares de Euros e resultados operacionais de 283 milhares de Euros.

Das obras em curso em Portugal, destacam-se:

Para a “Rede Ferroviária Nacional – REFER, E.P”, via férrea e catenária no subtroço Azambuja/Vale de Santarém, na Linha do Norte; reabilitação de via férrea do Km 105 ao Km 108, na Linha do Sul; alteração da Zona Neutra de Oliveirinha na Linha da Beira Alta e alteração de Catenária do tipo LP3 para LP4 entre Fogueteiro e Penalva, na Linha do Sul.

No âmbito da conservação e manutenção, desenvolvemos a conservação de via férrea na Linha da Beira Alta e em troços isolados da rede nacional.

Realizámos manutenção preventiva e correctiva da catenária na zona Sul, reabilitação dos postes de catenária na zona centro e substituição de isoladores na Linha de Sines.

Nos metros ligeiros, executámos, em consórcio, trabalhos de via no Metro do Porto e de via e catenária no Metro Sul do Tejo.

Neste exercício a Empresa obteve também a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental, a acrescentar à anteriormente já conseguida na área da Qualidade.

A **OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.** é uma sociedade detida a 100% pela referida SOMAFEL, S.A. e especializada em obras ferroviárias e marítimas.

No ano de 2005, esta empresa registou, em termos individuais, proveitos operacionais de 17.116 milhares de Euros e resultados operacionais de 622 milhares de Euros.

No sector das obras marítimas/fluviais, salientamos as seguintes:

- Empreitada de Construção das Obras Marítimas do Sector de Pesca do Porto da Praia, na Ilha Graciosa, para a “APTG - Administração dos Portos da Terceira e Graciosa, S.A.”;
- Reparação da Estrada Marginal da Praia, na Ilha Graciosa, para a SRAM - Secretaria Regional do Ambiente e do Mar;
- Protecção Costeira da Vila das Lajes do Pico, para a “APTGO - Administração dos Portos do Triângulo e do Grupo Ocidental, S.A.”;
- Empreitada de Protecção Costeira da Caso do Fio, Prainha - Ilha do Pico, para a SRAM - Secretaria Regional do Ambiente e do Mar;
- melhoramentos do porto velho de Santa Cruz na Ilha das Flores;
- construção civil para a ponte pedonal rotativa na Rocha Conde d’Óbidos, em Lisboa;
- reparação e execução de “Duques D’Alba”, em Almada, para a “TAGOL - Companhia de Oleaginosas do Tejo, S.A.”;
- dragagem de manutenção e limpeza de fundos no porto de pesca de Matosinhos;
- trabalhos no porto de pesca da Afurada e reperfilamento da faixa marginal, em Vila Nova de Gaia;
- desassoreamento e limpeza da albufeira e de câmara de carga no Rio Alba, reconstrução de dois esporões na praia de Mira e execução do sistema de protecção anti-algas, em Sines, para a “CPPE - Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.”;

No sector ferroviário/obras públicas, referimos:

- na Estação de Porto-Campanhã, a conclusão da Construção do Interface Poente e os acabamentos do Terminal das Linhas do Minho e Douro e da Nova Passagem Inferior de Peões;
- no Aeroporto Francisco Sá Carneiro, a remodelação da vala pluvial do lado nascente da pista;
- o reforço de um muro suporte ao km 46 + 260 da linha do Douro;
- trabalhos de construção civil, no âmbito da Manutenção da Linha da Beira Alta;
- a estabilização de taludes, na mesma linha;
- trabalhos de drenagem na Rua de Bonjóia, para a Metro do Porto, S.A.;
- substituição de duas passagens inferiores de peões, na linha de Cascais;
- selagem de via betonada no troço Azurara/Póvoa do Metro do Porto;
- início dos trabalhos de inserção urbana do metro do Porto, no troço Senhora da Hora/Custóias, no Concelho de Matosinhos;
- arranque dos trabalhos de construção civil da Passagem Superior Rodoviária sobre a Linha do Norte, em Alfarelos.

A Empresa obteve a certificação do seu Sistema de Gestão Ambiental, a acrescentar à anteriormente conseguida na área da Qualidade.

O **METROLIGEIRO – Construção de Infra-Estruturas, ACE** é um agrupamento complementar de empresas ao qual foi adjudicada a construção das infra-estruturas de longa duração da rede do Metropolitano da margem Sul do Tejo e no qual a “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” tem uma participação de 26,8%.

Tal como receávamos, a obra que este agrupamento tem a seu cargo foi interrompida, acarretando prejuízos irreversíveis, estando já esgotado o prazo de realização da empreitada sem que fosse possível ultrapassar os múltiplos obstáculos que têm vindo a ser levantados à sua concretização.

Fica-nos a consciência de tudo ter cumprido escrupulosamente na medida exacta em que vieram a ser disponibilizadas condições de trabalho. Se mais não foi feito, essa lamentável situação resulta da não consignação devida de todos os terrenos necessários para a totalidade dos trabalhos. Não podemos senão reiterar o nosso inconformismo pelos custos resultantes de tais omissões, enquanto continuamos a repudiar as tentativas de envolvimento do agrupamento em responsabilidades que não lhe cabem.

O **TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - METRO DE SUPERFÍCIE, ACE** é um agrupamento complementar de empresas liderado pela “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, que nele detém 57,3%, criado com o objectivo de realizar um conjunto de obras para o referido METROLIGEIRO.

Condicionado embora pelas vicissitudes já mencionadas, que afectam o normal desempenho do outro Agrupamento, enquanto entidade contratante, foram concluídas frentes importantes como o Parque de Materiais e Oficinas, os Viadutos sobre a A2 e da Boa Esperança, também toda a requalificação urbana no Concelho do Seixal, do Laranjeiro ao Parque da Paz, bem como do Pragal à vizinhança da Universidade, no concelho de Almada, dado que envolveu uma zona onde pudemos dispor dos terrenos.

O **METROPAÇO - Trabalhos de Construção da Estação do Terreiro do Paço, ACE** é um agrupamento complementar de empresas liderado pela “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”, que nele detém 33,33%.

O Agrupamento prosseguiu com os trabalhos de construção dos acessos nascente e poente à estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, os quais se encontram já em fase de conclusão, prevendo-se a antecipação do prazo contratado.

No decurso de 2005, o Metropolitano de Lisboa adjudicou ao METROPAÇO, após concurso público, a empreitada de acabamentos Baixa Tensão e AVAC, actualmente a decorrer em bom ritmo, prevendo-se que seja terminada em meados de 2006.

#### IV.1.3. - MERCADO EXTERNO

Neste capítulo faremos algumas referências sobre as nossas mais significativas actuações em mercados externos, levadas a cabo tanto pela “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” como pelas suas participadas que actuam no sector da Construção Civil e Obras Públicas.

Quanto aos países em que intervemos são desde logo salientadas as primeiras empreitadas em Espanha e na Argélia, para além de mantermos as nossas actividades desde há muito desenvolvidas em Angola, Moçambique e Venezuela.

Complementarmente, aludiremos a algumas obras em curso noutros mercados onde é menor a implantação do Grupo.

##### - ESPANHA

Em Espanha, destacaram-se as actuações do Centro de Exploração da Geotecnia e Fundações da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” que, a partir do primeiro trimestre do ano, ali passou a participar num conjunto muito significativo de obras da especialidade, nomeadamente:

- Ampliação do Porto de Mar - Algeciras - Estacas de Ø 1.00m;
- Fundações de um edifício em Utebo - Zaragoza - Estacas de Ø 1.20m;
- Talude na AP7 - Barcelona - Cortina de estacas de Ø 1.20m e ancoragens;
- Rebaixamento da M30 - Madrid - Cortinas de estacas, paredes moldadas de 0.8m e Jet Grouting;
- Parque de estacionamento - Córdoba - Parede moldada de 0.8m;
- Fundações para um viaduto - Barcelona - Estacas de Ø 1.20m;
- Fundações para uma Passagem Superior - Zaragoza - Estacas Ø 1.20m;
- Aeroporto de Sevilha - Estacas de Ø 1.00m;
- Fundações para um viaduto - Jerez de la Frontera - Estacas de Ø 1.50 e de Ø 1.80m;
- Contenção periférica de um edifício multiusos - Zaragoza - Parede moldada de 0.8m e ancoragens;
- Fundações para a “Puente del Tercer Milénio” - Zaragoza - Estacas Ø 1.20m e de Ø 1.50m;
- Ampliação do Porto de Mahon, em Palma Menorca - Estacas de Ø 1.20 e de Ø 1.50m, utilizando a tecnologia de “Fly Drill”, em mais um exemplo do permanente acompanhamento que procuramos dar a soluções tecnicamente mais evoluídas.

Também o Centro de Exploração da Construção Civil e Industrial se lançou neste mercado apoiando a nossa participada local “GSC – Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.” no desenvolvimento da sua actividade, em particular na construção de um parque de estacionamento subterrâneo com 720 lugares e requalificação urbana da Avenida de Europa em San Sebastián de los Reyes (Madrid), obra com um valor previsto de 12.000 milhares de Euros.

Para a E.P.O.S., Lda., as obras hidráulicas executadas neste mercado representaram uma parcela importante do respectivo volume de negócios, devendo referir-se a execução dos túneis de carga e a chaminé de equilíbrio dos aproveitamentos hidroeléctricos de Arroibar, de Anillo e de Avia.

Também através dessa participada, mas agora na área mineira, salientamos a conclusão de uma rampa de acesso com a extensão de 2,8 km e a construção de um poço com 300 metros de profundidade, na Mina de Aguablanca.

#### - ARGÉLIA

O ano de 2005 fica assinalado pela assinatura do primeiro contrato na Argélia. Foi o corolário lógico de um adequado estudo do mercado e de cuidada preparação para implantação das nossas capacidades neste País, após ao longo de dois anos terem sido elaboradas dezenas de estudos e propostas em valor que ultrapassou os dois mil milhões de Euros e formadas múltiplas parcerias com empresas estatais e privadas locais.

Relevamos o interesse demonstrado pelo Estado português no incremento das relações bilaterais, em particular com vista ao desenvolvimento de actividades e intercâmbios económicos. Com efeito, em 2005, a Argélia foi visitada por duas missões governamentais ao mais alto nível, nas quais a nossa empresa foi representada.

A tal propósito, reputamos como fundamental o apoio eficaz que o Governo deve e tem dispensado às empresas que pretendem alargar a sua actuação a novos países, mediante projectos bem concebidos e convenientemente estudados.

Já no decorrer do ano de 2006, concretizaram-se novas adjudicações em obras para as quais estamos a mobilizar outras importantes casas da engenharia nacional.

Foi também instalado o escritório em Argel e estão em fase adiantada os processos de formação de várias empresas de direito argelino, com e sem parceiros locais.

Entrámos já na fase de produção, com montagem de estaleiro em Mostaganem, para servir uma obra no valor de € 150.000.000, desenvolvida em parceria com a empresa argelina “Spa GROUPE ETRHB – HADDAD” e integrada no Projecto MAO – Abastecimento de Água a Mostaganem, Arzew e Oran. Este projecto é um dos maiores lançados no Norte de África para satisfazer a crescente necessidade das populações em água, uma das prioridades do ambicioso programa de obras públicas que tem o alto patrocínio da Presidência da República Argelina.

Trata-se de uma conduta em betão, com diâmetro médio de 2.000 mm numa extensão de 90 km, para além de dois reservatórios com capacidade para 300.000 m<sup>3</sup>.

Atenta a intensidade com que temos actuado e ao elevado volume de propostas estudadas, temos boas expectativas de obter mais adjudicações e contratos, pelo que este mercado se configura como um dos mais promissores a curto prazo para a implantação das nossas actividades, nomeadamente em parceria com empresas argelinas.

Outro exemplo dessa nossa forte presença no País é o facto de as nossas participadas SOMAFEL e OFM estarem igualmente a analisar e a apresentar diversas propostas nas áreas das suas especialidades.

## - ANGOLA

Durante o ano, terminámos para a nossa associada MAXI as novas instalações do “cash” do Lobito, também duas agências para o “Banco Comercial Português, S.A.” e ainda os trabalhos de fundações especiais para os edifícios Torre Elysée, Alameda Van-Dunem e ESCOM.

Prosseguimos com diversos outros estaleiros, dos quais destacamos o da ESSA (empresa do universo SONANGOL) no Cacuaco, bem como o da Cooperativa Cajueiro no Soyo, tendo-nos aí sido também encomendadas as respectivas infra-estruturas.

Em termos de novas adjudicações, demos início a várias obras que transitam para este ano, entre as quais assinalamos, para as nossas associadas, o “Pólo Automóvel” e a nova central de distribuição da MAXI em Luanda Sul, além de dois edifícios, também em Luanda. Para os nossos clientes externos, referimos a contratação pela empresa de seguros “AAA” de um edifício de habitação, a 1<sup>a</sup> fase do edifício da ESCOM, o Centro de Convenções da ESSA e a empreitada de acabamentos e instalações especiais da Torre Elysée, para a Sociedade Participação Financeira Angolana.

Por outro lado, regista-se como positivo a reabertura de uma linha de crédito Portuguesa, embora o seu valor se tenha rapidamente esgotado, face à sua reduzida dimensão perante o interesse e o número de projectos que nela se pretendiam inserir, sendo desejável o seu reforço a curto prazo.

Contudo, continuamos a considerar como factor essencial para permitir às empresas portuguesas o acesso aos grandes projectos de reconstrução que se estão iniciando, o incremento das afinidades culturais entre os povos português e angolano, vertente na qual o nosso País apresenta vantagens singulares face aos demais concorrentes.

## - MOÇAMBIQUE

O mercado da construção revelou um abrandamento generalizado, embora tenham ocorrido alguns novos concursos cujos resultados ainda aguardamos.

Ainda assim, foi apreciável o nosso desempenho neste mercado, onde destacamos as seguintes actuações:

- Conclusão da construção do Instituto de Deficientes Visuais na cidade da Beira;
- Remodelação das instalações da empresa Home Center, fases 1 e 2;
- Execução da base de balança para virar vagões e de uma nova linha de expedição para a Cimentos de Moçambique;
- Edificação do Complexo Pedagógico da Universidade Eduardo Mondlane;
- Conclusão da primeira e também da segunda fase de três Escolas Secundárias (Zimpeto, Inhambane e Vilankulos), para o Ministério da Educação;
- Reabilitação do 1º e 2º Pisos do edifício sede do Ministério da Educação;
- Início da reabilitação do edifício “A” das Torres Vermelhas, pertencente ao Banco de Moçambique;
- Começo dos trabalhos nas Escolas Primárias de Inhambane, para o Ministério da Educação;
- Arranque da obra relativa à ponte sobre o rio Limpopo para a ANE (Administração Nacional de Estradas).

## - VENEZUELA

O fraco investimento do Estado em obras públicas e a reduzida iniciativa do sector privado, por insuficientes garantias institucionais, levou a que o sector da construção estivesse quase estagnado quanto a concursos, não tendo a nossa participada TEGAVEN conseguido novas obras.

Como consequência, a actividade daquela empresa no ano de 2005 foi centrada na continuação dos trabalhos de Ampliação do Aeroporto Internacional de Maquetia - Fase II, bem como em mais uma pequena obra na mesma infra-estrutura.

Quanto às perspectivas para o ano de 2006, embora sem grandes optimismos, esperamos alguma reactivação do mercado, competindo-nos concentrar esforços na busca de oportunidades de negócio que permitam à TEGAVEN manter a sua autonomia económica, o que, na actual conjuntura, será o principal objectivo desta associada.

## - OUTROS MERCADOS

Em França, a SOMAFEL tem em curso duas obras de catenária: remodelação/adaptação na região Paris-Este no quadro do projecto TGV – zona de Vanes-sur-Narme, bem como trabalhos para reactivação das instalações fixas de tracção eléctrica em corrente monofásica – zona de Chelles, Paris.

A mesma participada esta a executar, em Marrocos e em regime de consórcio, uma obra de duplicação e rectificação de via férrea, num comprimento total de 100 quilómetros, entre Meknès et Fés, tendo também iniciado outro projecto de duplicação de via entre Nouaceur e Jorf Lasfar, com 108 quilómetros.

## IV.2. - CONCESSÕES E SERVIÇOS

A actuação do Grupo Teixeira Duarte neste sector engloba um vasto conjunto de empresas que somaram um total de 38.845 milhares de Euros de proveitos operacionais e 954 milhares de Euros de resultados operacionais.

### IV.2.1. - MERCADO INTERNO

Face à diversidade dos negócios nesta área, analisaremos sumariamente as principais actuações de cada uma das empresas integradas, tecendo também só breves referências a alguns eventos que justifiquem destaque, na medida em que cada uma dessas sociedades, conforme já referido, tem os seus próprios Órgãos de Gestão e elabora os competentes relatórios de actividade.

A **CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.** é uma sociedade detida a 60% pelo Grupo Teixeira Duarte e dedicada à gestão e exploração de parques ou zonas de estacionamento.

No ano de 2005, esta empresa registou, em termos individuais, proveitos operacionais de 3.524 milhares de Euros e resultados operacionais negativos pelo montante de 1.199 milhares de Euros.

A 31 de Dezembro de 2005 a CPE explorava 14 parques de estacionamento com capacidade global de 5.945 lugares e 3 Zonas de Estacionamento de Duração Limitada que somavam 1.299 lugares, perfazendo um total de 7.244 estacionamentos sob gestão, o que representa um incremento de 49% em relação aos que dispunha no final de 2004 e correspondeu a um investimento no exercício de 18.738 milhares de Euros.

Também a CPE se encontra na fase final do processo de Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade.

A **RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.** é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, vocacionada para a industria e prestação de serviços relacionados com o mercado de resíduos e de diversas actividades de manutenção de espaços urbanos.

No ano de 2005, alcançou, em termos individuais, proveitos operacionais de 2.770 milhares de Euros e resultados operacionais de 69 milhares de Euros.

Durante o exercício, a RECOLTE consolidou as relações com os Municípios onde já vinha prestando serviços, obtendo um aumento de contratos em novas vertentes das actividades, nomeadamente quanto às limpezas urbanas, viárias e de praias, fruto das competências e do empenho de uma equipa qualificada, que tem vindo a ser criada desde a reconfiguração da sociedade em 2004.

Em 2005 foi dado início a um novo sector de actuação - Jardinagem Ecológica e Zonas Verdes, no qual já foi conseguido considerável número de contratos.

Quanto à sua actividade principal, a RECOLTE apresentou-se a concurso em diversos Concelhos, aguardando adjudicações relevantes no primeiro semestre de 2006.

A gestão criteriosa levada a cabo durante o exercício passado permitiu, para além do aumento de facturação para cerca do dobro da registada em 2004 e, consequentemente, uma maior notoriedade no Sector, também o equilíbrio em termos de resultados operacionais.

A **TDGI - Tecnologia e Gestão de Imóveis, S.A.** é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte e centra a sua área de actuação na gestão técnica de imóveis.

No ano de 2005, registou, em termos individuais, proveitos operacionais de 4.731 milhares de Euros e resultados operacionais de 739 milhares de Euros.

Apesar da dificuldade advinente da retracção económica verificada em 2005, foi possível manter a tendência de crescimento da actividade. Tal como no ano anterior mas de forma mais acentuada, reforçámos os serviços na área da Engenharia, permitindo uma melhor aproximação aos clientes, de onde resultou, em conjunto com a diversificação dos serviços prestados no âmbito da gestão integrada, a melhoria obtida nos resultados.

Ao mesmo tempo que sublinhamos o facto de quase 95% dos contratos terem sido renovados, o que reflecte o apreço pelo nosso trabalho e pela qualidade do serviço que prestamos, destacamos que conseguimos também novos contratos importantes, como foram os celebrados com a Câmara Municipal do Cartaxo para gestão e manutenção do novo Cine-Teatro, com a Câmara Municipal de Albufeira para as Piscinas Municipais, com a Pricewaterhousecoopers, com o Montepio Geral, e com a "L.P.I. – Gestão de Condomínios & Patrimónios Imobiliários, S.A.", enquanto na Região Autónoma da Madeira reforçámos a nossa presença com a gestão e manutenção de todas as piscinas e pavilhões desportivos dependentes do Instituto do Desporto, consolidando assim a nossa competência na vertente da gestão de equipamentos desportivos e culturais.

Iniciámos no final do ano o processo de certificação em Segurança e Ambiente e ampliamos os meios humanos e técnicos na área da análise e diagnóstico de instalações, por forma a nos posicionarmos no grupo restrito das empresas do sector que dispõem de elevada capacidade técnica.

A **SATU-OEIRAS - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.** é uma empresa municipal em que a "Teixeira Duarte – Engenharia a Construções, S.A." detém 49% e uma intervenção directa na respectiva gestão.

Por enquanto, mantém-se unicamente em operação a 1ª das várias fases previstas para o seu percurso que, mesmo demonstrando desde já constituir um equipamento de grande prestígio e promissor futuro, sempre foi reconhecida como insuficiente para só por si assegurar o retorno do investimento.

No ano de 2005, registou, em termos individuais, proveitos operacionais de 172 milhares de Euros e resultados operacionais negativos pelo montante de 1.886 milhares de Euros.

Com efeito, até ao final do exercício, foram transportados 247.030 passageiros, número que fica aquém do considerado como necessário para rentabilizar a operação. Como tal, foi mesmo decidida a redução do valor de alguns tipos de bilhetes, por forma a estimular a procura.

Confirmou-se, pois, a necessidade de se prosseguir com a prevista expansão da rede, que só então revelará o potencial do sistema e a sua efectiva maximização como estrutura de grande valia para o Concelho e para os utentes, só que concebida para funcionar com uma maior amplitude.

Ainda assim, registamos que o projecto tem sido alvo de uma apreciação muito positiva quanto à sua qualidade e inovação, susceptível de ser aplicado em locais e circunstâncias muito diversas.

Demonstrativo do reconhecimento do Sistema SATU-OEIRAS, como um dos mais modernos transportes urbanos de passageiros a nível internacional, foi o facto de a reunião anual do "Comité Europeu de Normalização de Instalações por Cabo para Transporte de Pessoas CEN/TC 242", se ter realizado no "Lagoas Park", em Oeiras, permitindo visitas à rede por inúmeras personalidades portuguesas e estrangeiras, que exprimiram opiniões muito favoráveis.

As perspectivas para 2006 passam pelo incremento, racionalização e divulgação da actividade em exploração, bem como pelo arranque das obras da segunda fase, imprescindível para a viabilidade do projecto.

A **SCUTVIAS - Auto-Estradas da Beira Interior, S.A.** é uma sociedade em que a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." detém 20% e na qual mantemos intervenção directa na gestão. A empresa tem como objecto a exploração, em regime de concessão, da Auto-Estrada da Beira Interior (A23).

Neste exercício, a empresa atingiu, em termos individuais, proveitos operacionais de 126.333 milhares de Euros e resultados operacionais de 72.123 milhares de Euros.

O ano de 2005 foi o primeiro em que se pôde operar em regime "de cruzeiro" e, também, aquele em que foi possível começar a amortizar as infra-estruturas.

No mesmo exercício, a facturação passou a ser efectuada pelo sistema de bandas, considerando o tráfego real.

Com a construção das três restantes unidades de restauração, ficaram completas todas as cinco áreas de serviço integradas naquela Auto-Estrada.

Antecipando o previsto no modelo financeiro, a Concessionária viu-se obrigada a iniciar uma grande reparação no troço Castelo Branco/Soalheira, que recebera do concedente.

A partir do primeiro semestre a taxa de crescimento homólogo do tráfego sofreu uma quebra significativa. Efectivamente, o aumento no ano foi de 3,5%, quando o previsto no modelo inicial era de 6,5%, o que implicou uma quebra de 17% em relação ao tráfego programado e se reflectiu numa diminuição de receitas da ordem dos 4%.

Todavia esta quebra não afectou os resultados previstos, o que se ficou a dever a uma criteriosa gestão dos custos.

A continuar a actual conjuntura económica, é de prever para 2006 um nível de tráfego semelhante ao do ano findo.

Também em 2006, dar-se-á início à amortização do financiamento bancário.

Perante o anunciado propósito de alienação de 20% do capital social da SCUTVIAS, S.A. por uma outra accionista estrangeira, manifestámos o nosso interesse na eventual aquisição dessa participação, aguardando ainda a evolução do processo.

A **LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.** é uma sociedade na qual a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." detém 7,5% e se dedica à gestão da concessão das pontes para a Travessia do Tejo, na região de Lisboa.

A empresa registou pela primeira vez, no conjunto das duas Pontes concessionadas, uma redução global de tráfego de 0,8%, comparativamente com o ano anterior. Nesse aspecto, o comportamento das duas travessias foi distinto, dada a quebra verificada na Ponte Vasco da Gama, para o que muito contribuiu a significativa subida do preço dos combustíveis ao longo do ano, a abertura ao tráfego na Auto-Estrada A13 e a extensão do comboio até Setúbal.

Por outro lado, o controlo de custos efectuado no exercício e a redução do número de incumprimentos pelos utentes, permite prever um resultado líquido de impostos de cerca de 8,5 milhões de Euros.

#### IV.2.2. MERCADO EXTERNO

A **GSC - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.** é uma sociedade de direito espanhol, detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, que se dedica à industria e à prestação de serviços relacionados com o mercado de resíduos e diversas actuações no âmbito da manutenção de espaços urbanos, tendo capacidades e alvará para o exercício da actividade de construção.

No ano de 2005 registou, em termos individuais, proveitos operacionais de 14.328 milhares de Euros e resultados operacionais de 966 milhares de Euros.

Durante o período em análise concretizaram-se muitas das expectativas que tínhamos formulado, nomeadamente:

- O aumento da facturação em 35,5% e melhoria dos resultados operacionais em 1.361 milhares de Euros;
- A entrada no mercado de Construção Civil, com a adjudicação da construção, venda e exploração de um parque de estacionamento subterrâneo com 720 lugares e requalificação urbana da Avenida de Europa em San Sebastián de los Reyes (Madrid), obra com um valor previsto de 12.000 milhares de Euros;
- A continuação da reorganização interna da Empresa, designadamente com o reforço da estrutura central de pessoal da sede e a criação de um Departamento de Construção que consolide a presença nesse sector.

Em resumo, consideramos o exercício de 2005 como positivo e continuamos com fundadas perspectivas de nos próximos anos poder reforçar todos os indicadores da Sociedade.

A **TDGI - Tecnologia e Gestão de Imóveis, Lda. (Angola)** é também detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte e criada para actuar em Angola, onde se dedica, tal como a sua homónima portuguesa, à gestão técnica de imóveis, com boas perspectivas de crescimento no mercado.

No ano de 2005, alcançou, em termos individuais, proveitos operacionais de 1.895 milhares de Euros e resultados operacionais de 209 milhares de Euros.

A **TDGI - Tecnologia e Gestão de Imóveis, Lda. (Moçambique)** é igualmente detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, constitui uma réplica neste país das similares que referimos quanto a Portugal e Angola, numa área que julgamos terá bons desenvolvimentos.

No ano de 2005, conseguiu, em termos individuais, proveitos operacionais de 724 milhares de Euros e resultados operacionais de 30 milhares de Euros.

Esta empresa continua a fazer a manutenção do Centro Comercial Polana, na cidade de Maputo e tem vindo a colaborar com diversas outras entidades locais do Grupo, nomeadamente actuando nos empreendimentos IMOPAR Centro Comercial, Miramar, Hotel Avenida e Hotel Tivoli Beira.

Perspectivam-se novos contratos para o exterior do universo Teixeira Duarte, havendo já consultas e negociações para a gestão e manutenção de vários empreendimentos.

A **CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.** é uma sociedade em que o Grupo Teixeira Duarte detém uma participação de 15% do capital social, tendo por objecto a exploração de parques de estacionamento na Região Administrativa Especial de Macau.

Mesmo após ter renegociado o seu estatuto, prescindindo de uma exclusividade que era já só teórica em contrapartida de melhor consolidação das suas concessões, a empresa continua a manter uma posição dominante na actividade de exploração de parques públicos de estacionamento automóvel. Desenvolve ainda, como actividades acessórias, a construção civil, o imobiliário e a cedência de espaços para publicidade nas suas instalações.

A sociedade, que comemorou em 2005 o 20º aniversário da sua constituição, prossegue num crescimento progressivo e em desenvolvimento consistente, com melhorias no volume de negócios e nos resultados operacionais.

Neste exercício e em resultado de um concurso público lançado pelo Governo da Região, voltou a ser-lhe concedida a exploração de Parquímetros na via pública, que já detivera por largos anos durante o regime anterior. Encontram-se em utilização 1.750 lugares, mas estão em curso a instalação de ainda mais outros, dada a grande potencialidade de crescimento desta modalidade de parqueamento.

No final do ano, o estacionamento público automóvel em auto-silos era constituído por 7.375 lugares, repartidos por nove parques, localizados em zonas de elevada procura na cidade de Macau.

Todo o estacionamento automóvel registou um significativo acréscimo durante o ano, com tendência para continuar a aumentar, num período em que se verifica um desenvolvimento económico exuberante e um reforço assinalável no turismo, nomeadamente através da multiplicação de casinos e de investimentos em novos hotéis.

## IV.3. - IMOBILIÁRIA

A actuação do Grupo Teixeira Duarte neste sector engloba um vasto conjunto de empresas e ainda o “Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF”, que somaram um total de 134.251 milhares de Euros de proveitos operacionais e 27.727 milhares de Euros de resultados operacionais.

### IV.3.1. - MERCADO INTERNO

O mercado imobiliário português manteve em 2005 o mesmo clima pessimista dos anos anteriores, confirmando mais um período de redução da actividade.

O segmento residencial permaneceu pouco activo, quer pelo clima de recessão que inevitavelmente retira confiança aos potenciais compradores, quer pelo facto de cada vez mais as aquisições estarem dependentes da prévia venda da habitação anterior.

No âmbito dos escritórios, apesar de algum excesso de oferta, verificou-se um ligeiro alívio na pressão de redução do valor das rendas, com o mercado a manter níveis de absorção bastante razoáveis.

Durante o exercício investimos 62.400 milhares de Euros, reservando para o parque de escritórios “Lagoas Park” 26.400 milhares de Euros, o que representa 42% do indicado montante global.

Neste empreendimento prosseguimos a construção do Edifício 5, espaço de escritórios com cerca de 16.000 m<sup>2</sup> de área de construção acima do solo, tendo também dado sequência ao esforço de consolidação definitiva das restantes infra-estruturas de apoio, continuando a construir o “Centro de Congressos”, o “Lagoas Park Hotel” e o centro desportivo “Lagoasfut” e dando início à edificação do “Health Club”.

Em Vila Nova de Gaia mantivemos o desenvolvimento de dois empreendimentos de grande porte: o “Gaia Nova”, destinado a habitação, comércio e serviços, e a “Quinta de Cravel”, predominantemente residencial.

No primeiro deles promovemos o início da construção de um edifício pertencente a um dos blocos habitacionais (Lote V8 - 14) e prosseguimos com a construção do “Tower Plaza”, primeira das duas torres que integram a área de serviços do “Gaia Nova”, com 17 pisos e 12.000 m<sup>2</sup> de área de construção acima do solo afirmando-se como uma intervenção de grande qualidade e como espaço de referência no norte do país, quer pela arquitectura moderna, quer pela valia técnica e funcional das suas áreas.

Merecendo destaque neste exercício, registamos ainda:

- Início das obras de infra-estruturas do empreendimento de habitação, comércio e serviços “Villa Park”, na Amadora, para o qual se prevê a área de construção de 26.400 m<sup>2</sup> acima do solo;
- Começo da realização de mais dois edifícios destinados a habitação no “Fórum Oeiras”;
- Arranque da construção da primeira fase do “Lezíria Park”, empreendimento de logística, comércio e serviços sito na Póvoa de Santa Iria, em Vila Franca de Xira, com a área de construção de 16.000 m<sup>2</sup> acima do solo;
- Obtenção do alvará de loteamento e início das respectivas obras de infra-estruturas do empreendimento composto por moradias denominado “Villas de São Francisco”, localizado no concelho de Loures e com a área de 11.500 m<sup>2</sup> de construção acima do solo;
- Alienação da sociedade “São Luís do Maranhão, S.A.”, proprietária da Quinta da Penha, em Faro, terreno para o qual se encontrava prevista a realização de um empreendimento com 180.000 m<sup>2</sup> de área de construção.

- Obtenção de proveitos, a título de rendas, no montante global de 19.910 milhares Euros, dos quais 12.305 milhares de Euros reportados ao "Lagoas Park".

No que concerne aos três Fundos de Investimento Imobiliário geridos pela "TDF – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.", o valor líquido global do património sob gestão atingia 553.418 milhares de Euros no final do exercício. Deste total, 463.372 milhares de Euros pertenciam a dois Fundos Imobiliários de distribuição de rendimentos em que as unidades de participação se encontram dispersas pelo público.

Por outro lado, o "Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF", detido por empresas do Grupo Teixeira Duarte e com um património no valor de 90.046 milhares de Euros, é um Fundo de capitalização especialmente dedicado à promoção imobiliária e que no exercício de 2005 alienou imóveis no montante de 25.452 milhares de Euros, realizando uma mais-valia global de 7.080 milhares de Euros, que permitiu a distribuição de rendimentos no valor de 8.400 milhares de Euros.

#### **IV.3.2. - MERCADO EXTERNO**

##### **- ESPANHA**

Atento o carácter promissor do mercado imobiliário em Espanha e as sinergias com outras actividades já desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte no país, destacámos equipas para analisarem e estudarem diversas oportunidades de negócio nesse sector.

##### **- ANGOLA**

Em Angola, a procura de instalações, quer para habitação quer para escritórios, regista um aumento exponencial, sem que a oferta consiga satisfazer minimamente essa carência, pelo que a nossa qualificada carteira de imóveis se encontra totalmente colocada.

Em tal conjuntura, promovemos o início da construção de um novo edifício para escritórios, em Luanda, cuja conclusão prevemos para finais do próximo ano, bem como de um outro prédio para habitação, também na mesma capital, onde ainda adquirimos um terreno e encetámos negociações para um outro, em Luanda Sul.

Prosseguimos também o estudo e o desenvolvimento de novos projectos, tendo em vista futuros empreendimentos imobiliários.

##### **- MOÇAMBIQUE**

Em Moçambique, o "Polana Shopping Center" continua a ser a referência em termos de centros comerciais na cidade de Maputo, estando já todas as lojas ocupadas. A conjuntura favorável do mercado tem permitido exercer, na gestão do centro, uma forte pressão sobre as cobranças e seleccionar criteriosamente os nossos clientes.

Registamos, ainda, a alienação ao Estado Moçambicano do "Edifício Vladimir Lenine", em Maputo.

##### **- VENEZUELA**

No exercício, mantivemos arrendados os apartamentos ainda destinados a venda no edifício sito na "La Castellana", em Caracas, o que nos tem permitido aguardar uma retoma mais positiva do mercado.

## IV.4. - HOTELARIA

A actuação do Grupo Teixeira Duarte neste sector engloba um amplo conjunto de empresas que somaram um total de 45.270 milhares de Euros de proveitos operacionais e de 7.662 milhares de Euros de resultados operacionais.

### IV.4.1. - MERCADO INTERNO

Em 2005, o turismo do Algarve continuou a ressentir-se da grande instabilidade económica nacional e internacional, motivada por uma recessão a nível mundial, a que se veio a aliar a conjugação de outros factores, como sejam o aumento do preço do petróleo, a valorização do Euro e o crescimento da oferta externa com o aparecimento de novos destinos operados por valores muito aliciantes.

Apesar da conjuntura desfavorável, verificou-se um acréscimo de 1,5% no movimento total de passageiros no Aeroporto de Faro e as taxas de ocupação das unidades hoteleiras registaram um aumento de 4% relativamente ao ano de 2004, tendo as vendas subido em média 3,3%.

Os Hotéis do Grupo registaram um aumento dos proveitos em cerca de 61% relativamente ao exercício anterior, devido sobretudo à entrada da sociedade "ALPINUS" no perímetro de consolidação do Grupo.

As taxas de ocupação cresceram 6,8% acima do verificado na região para este sector.

No área da restauração prosseguimos com a gestão de um restaurante em "Lagoas Park", com melhoria substancial dos resultados.

### IV.4.2. - MERCADO EXTERNO

#### - ANGOLA

Os hotéis "Trópico" e "Alvalade" registaram ao longo do ano uma excelente taxa de ocupação, tendo prosseguido o nosso esforço de formação e aperfeiçoamento do pessoal.

As pastelarias, a fábrica de confeitoraria e o restaurante "Pinto's" continuam em desenvolvimento, merecendo uma preferência crescente por parte dos clientes. De assinalar, na esplanada "Pinto's", o início de um serviço de refeições rápidas no período de almoço que, com as dificuldades de tráfego existentes em Luanda, vem ao encontro das necessidades de muitos colaboradores das empresas instaladas na zona.

#### - MOÇAMBIQUE

O "Hotel Avenida" tem vindo a posicionar-se como uma unidade de "5 estrelas" líder do respectivo mercado na cidade de Maputo, pelo que, embora no exercício se tenha mantido a respectiva taxa de ocupação, são já sensíveis os sinais da tendência para o seu acréscimo.

O "Hotel Tivoli Beira" aumentou a sua taxa de ocupação em 10%, assumindo-se, cada vez mais, como a referência da hotelaria na cidade da Beira.

O "Hotel Tivoli Maputo" teve neste período um desempenho ligeiramente abaixo daquilo que era previsto, embora no último trimestre revelasse indícios de melhorias a curto prazo.

## IV.5. - COMÉRCIO ALIMENTAR

A actuação do Grupo Teixeira Duarte neste sector é realizada pela sociedade de direito angolano “MAXI – Comércio Geral, Importação e Exportação, Lda.”, da qual o Grupo Teixeira Duarte detém 80% do capital e que alcançou um total de 58.339 milhares de Euros de proveitos operacionais e de 1.553 milhares de Euros de resultados operacionais.

Centrando a sua actividade no “Cash and Carry”, essa participada tem vindo a consolidar a sua presença no mercado, contribuindo para uma estabilidade crescente da oferta de produtos a preços cada vez mais concorrenrais, propiciando igualmente o desenvolvimento da rede de retalhistas, indispensável ao eficaz abastecimento das populações.

Com essa finalidade, abrimos no último trimestre do ano um novo “cash and carry” na cidade do Lobito e mais uma outra unidade em Luanda, na zona portuária da Boavista. Em 2006 pretendemos, concluir as obras para um estabelecimento na Gabela e dar início às do de Malange.

Durante o último trimestre de 2005, avançámos igualmente com as instalações da nossa central de distribuição em Luanda Sul, com a qual contamos para apoiar o plano de expansão comercial da MAXI, levando-a a um cada vez maior número de províncias.

## IV.6. - COMERCIALIZAÇÃO DE VIATURAS

A actuação do Grupo Teixeira Duarte neste sector engloba um conjunto de empresas que somaram um total de 99.238 milhares de Euros de proveitos operacionais e de 9.044 milhares de Euros de resultados operacionais.

### IV.6.1. - MERCADO INTERNO

Infelizmente, não se verificaram alterações significativas na conjuntura muito desfavorável, a retoma económica do país não se efectivou, manteve-se a elevada carga fiscal sobre as viaturas novas e aumentou o preço dos combustíveis, tudo formando um somatório de factores extremamente negativos que, associados à reduzida expressão da nossa actividade em Portugal, conduz a resultados insatisfatórios.

Assim, as vendas mantiveram-se sem melhoria efectiva e a assistência após-venda continuou condicionada pelo fraco poder de compra existente. O impacto dos novos modelos lançados durante o ano pela representada *Mitsubishi Motors* ficaram aquém das expectativas, prejudicados por todas as referidas condicionantes e pela proliferação de modelos concorrentes num mercado de generalizada baixa procura.

Como positivo, teremos de referir que as medidas tomadas para ajustamento às condições exigidas pelos melhores padrões do mercado, em particular a assistência após-venda à Mercedes Benz e a centralização de toda a “colisão” em Alfragide, têm estado a evoluir muito favoravelmente, permitindo atenuar a crise e antever um ano de 2006 mais equilibrado.

### IV.6.2. - MERCADO EXTERNO

#### - ANGOLA

Não se verificaram as aguardadas alterações ao quadro legislativo que molda a actividade do sector automóvel no País. Embora tenha ocorrido um crescimento nas vendas de viaturas novas pelos concessionários oficiais em cerca de 19%, tal acréscimo foi igualmente acompanhado pelo reforço de importações paralelas de novos e usados, mantendo-se a relação de 6,5% a 7% entre o número de viaturas novas vendidas pelos concessionários oficiais e as restantes trazidas para o mercado por outros circuitos.

Destacando o desempenho da nossa participada VAUCO, que representa a *CHEVROLET* em Angola, registamos o facto de termos conseguido alcançar excelente e crescente receptividade junto dos clientes para aquela marca, o que tem conduzido a um significativo aumento da quota de mercado.

A nossa associada CAL experimenta como dificuldade acrescida ao seu desempenho a proveniência da zona Euro da marca *PEUGEOT*, muito embora tenham aumentado ligeiramente as vendas. Já a AUTO COMPETIÇÃO tem visto a marca *HONDA*, por si comercializada, obter junto do público uma preferência crescente, tendo inclusivamente aumentado a sua quota de mercado.

A sociedade TDA, com a *NISSAN*, continua com a posição de destaque no nosso sector de comercialização de viaturas, ocupando de novo o segundo lugar de marca mais vendida no “ranking” geral.

A actividade oficial e de venda de peças registou igualmente uma procura crescente ao longo de 2005.

Para aumentar a nossa capacidade de servir os clientes, demos início em finais do ano às novas instalações do “Pólo Automóvel”, em Luanda Sul, onde localizaremos novos “show-rooms”, novas oficinas das marcas, novo armazém central de peças e centro de *formação-auto* para os nossos trabalhadores.

De assinalar ainda a contratação, a partir de 2006, da representação da *RENAULT*, que será assegurada pela TDA que já comercializava a *NISSAN*, marcas que, aliás, se encontram já associadas na maioria dos mercados internacionais.

#### **IV.7. - DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS**

A actuação do Grupo Teixeira Duarte neste sector engloba um conjunto de empresas que operam apenas no mercado nacional e que em 2005 somaram um total de 132.421 milhares de Euros de proveitos operacionais e 30 milhares de Euros de resultados operacionais.

Durante este exercício manteve-se a tendência em alta das cotações internacionais dos produtos petrolíferos, atingindo um aumento de 33% nas gasolinas e de 42% no gasóleo, por comparação das médias anuais de 2004 e 2005.

Sem a aguardada retoma económica do país, mantiveram-se muitos constrangimentos do mercado e uma forte competitividade comercial, em particular através do segmento das grandes superfícies e dos maiores distribuidores.

Continuámos ao longo deste período a política de contenção de custos, que havíamos implementado, procedemos a ajustamentos nas áreas logísticas e operacionais, desenvolvemos sinergias no Grupo e, com parceiros desta área de actividade, consolidámos a importação directa de produtos, conseguindo uma concessão de tancagem em Porto Brandão, renegociando contratos de fornecimento para obter melhores condições comerciais.

Por outro lado, lançámos produtos diferenciados para acompanhar a concorrência e desenvolvemos uma atitude de elevado rigor na concessão de crédito.

Abrimos um novo posto em Almodôvar com “Contrato de Fornecimento” e construímos, de raiz, o posto de Cacilhas - Oeiras, que apenas iniciou a sua actividade no princípio de 2006, por atrasos no processo de licenciamento.

Prosseguimos o desenvolvimento com vista à construção das instalações de Tancagem no porto de Aveiro, que nos permitirá a importação por via marítima de combustíveis líquidos e de GPL, bem como os respectivos armazenamentos, sendo de assinalar, neste processo, as aprovações do respectivo estudo de impacto ambiental pelo Ministério do Ambiente e do projecto base pela Direcção Geral de Energia.

Encaramos o ano de 2006 com apreensão mas com a confiança de ter preparado as medidas possíveis e adequadas.

## V. - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM SOCIEDADES COTADAS

### V.1. - CIMPOR - Cimentos de Portugal - SGPS, S.A.

O Grupo aumentou a percentagem de capital detido na "CIMPOR – Cimentos de Portugal – SGPS, S.A." de 20,05% para 21,21%, sendo de assinalar a este propósito que a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", a título individual, reduziu a sua participação qualificada abaixo dos 10%, enquanto que a sociedade constituída durante o exercício especificamente para este efeito, denominada TDCIM – SGPS, S.A., aumentou sucessivamente a sua carteira e atingiu também ela uma participação qualificada de 2,88%.

O valor contabilístico, expresso em IFRS, da identificada participação global a 31 de Dezembro de 2005 era de 787.462 milhares de Euros, o que, comparando com o valor da participação do Grupo no fim de 2004 (685.377 milhares de Euros), regista um aumento de 102.085 milhares de Euros.

Atendendo ao valor de mercado das acções nas mesmas datas, respectivamente 662.802 milhares de Euros e 586.086 milhares de Euros, verificamos que o aumento foi de 76.616 milhares de Euros.

As participações em causa contribuíram, directamente, para os proveitos consolidados com 56.464 milhares de Euros e tiveram um impacto positivo de 39.146 milhares de Euros nos capitais próprios.

### V.2. - BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

A 31 de Dezembro de 2005 o Grupo detinha um total de 85.000.000 de acções do "Banco Comercial Português, S.A.", correspondentes a 2,61% do respectivo capital social.

De acordo com as IFRS, esta participação é classificada como "activo disponível para venda", pelo que a mesma é contabilisticamente valorizada de acordo com a respectiva cotação e as correspondentes variações registadas em capitais próprios na rubrica "reservas de justo valor".

No exercício em apreço, a participação em causa contribuiu, directamente, para os proveitos consolidados com 10.934 milhares de Euros e teve um impacto positivo de 27.561 milhares de Euros nos capitais próprios.

### V.3. - GRUPO SOARES DA COSTA, SGPS, S.A.

Em conformidade com os propósitos sucessivamente anunciados nos últimos relatórios periódicos, prosseguimos o nosso objectivo de alienação em relação a esta participação, concretizando a venda de mais 1.770.000 acções, tendo reduzido no final do exercício a nossa participação no respectivo capital social para a percentagem de 4,25%.

## VI. - FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

Em Janeiro de 2006 e através da sociedade nossa participada “TEDAL – SGPS, S.A.”, celebrámos um contrato de opção de compra de 4% do capital social da sociedade “C+P.A. – Cimento e Produtos Associados, S.A.”, da qual a mesma entidade já era detentora de 48%.

Por essa forma passaram a ser imputáveis ao Grupo Teixeira Duarte as 67.930.841 acções do “Banco Comercial Português, S.A.” de que essa sociedade é titular, correspondentes a 1,89% do respectivo capital social.

Por esta via e mesmo após o aumento de capital social do “Banco Comercial Português, S.A.” efectuado na sequência do vencimento dos valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis “Capital BCP 2005”, às empresas do Grupo Teixeira Duarte passaram a ser imputáveis 152.930.841 acções, correspondentes a 4,26% do capital social daquela instituição.

Assim, concretizou-se novo incremento da participação do Grupo no “Banco Comercial Português, S.A.”, realizado através de investimentos efectuados no decurso do exercício de 2005.

Alienámos, mediante diversas operações de bolsa, o remanescente das acções que ainda detínhamos no “Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.”, deixando, a partir de 7 de Abril, de ter qualquer participação no capital dessa sociedade.

A propósito do quanto referimos antes relativamente ao desenvolvimento da actividade do Grupo em Espanha, damos aqui nota que, durante o mês de Março de 2006, foi constituída a Sucursal de “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” naquele país.

No que respeita à nossa actuação na Argélia, assinalamos a constituição de uma sociedade de direito argelino denominada “Teixeira Duarte (Algerie), S.P.A.”, bem como a adjudicação de novas obras naquele país, num valor superior a 150.000 milhares de Euros.

Em 27 de Março de 2006 no âmbito do protocolo celebrado entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola, foi pelo Governo Angolano validado o montante de 106.256.505,67 Dólares do total da dívida à “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.”.

## VII. - CONCLUSÕES / PERSPECTIVAS PARA 2006

Podemos concluir, em síntese e fazendo um balanço de todos os sectores e áreas de actividade onde operámos, que embora defrontando grandes dificuldades, o ano de 2005 permitiu reforçar a posição da Empresa Matriz e do seu Grupo, com um volume de negócios em linha com as nossas perspectivas e com resultados líquidos que superaram em muito os objectivos inicialmente traçados.

Tudo isto a par da consolidação da imagem de marca de uma casa de Engenharia, que coloca os temas de segurança e da qualidade na primeira linha das suas preocupações e que dedica às questões ambientais e sociais uma atenção redobrada e permanente, em constante articulação com todos os agentes que com ela interagem.

Infelizmente temos de repetir a nossa sensibilidade, já anunciada no ano anterior, de que também para 2006 não se vislumbram melhorias no sector da construção civil e obras públicas no nosso País, pelo que, sem prejuízo de mantermos a postura de particular cautela e vigilância quanto à contenção de custos, focalizaremos os nossos esforços de participação prudente nos principais concursos de empreitadas nacionais e prosseguiremos o crescimento através da expansão das nossas actividades em mercados externos, especialmente no espanhol, argelino e angolano, considerados prioritários para o nosso Grupo Empresarial.

Procuraremos também o desenvolvimento da nossa actuação nos outros sectores de actividade, atribuindo igualmente, sempre que possível, prioridade ao impulso naqueles mercados externos.

Assim sendo, apontamos como objectivos para 2006 atingir proveitos operacionais de 700 milhões de Euros para o Grupo e de 420 milhões de Euros para a Casa Matriz, enquanto que, em relação aos resultados líquidos consolidados, pensamos poder atingir os 80 milhões de Euros.

## VIII. - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Continuamos a privilegiar o reforço dos capitais próprios da sociedade, embora também mantendo os propósitos de assegurar uma continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos accionistas e um complemento de remuneração aos trabalhadores.

Com esses pressupostos, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos individuais da “Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.” apurados no exercício de 2005, no montante de 66.356.706,44 Euros, tenham a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal	3.400.000,00 Euros
Para reforço das reservas livres	52.456.706,44 Euros
Para dividendos aos accionistas	6.300.000,00 Euros
Para distribuição pelos trabalhadores	4.200.000,00 Euros

Lagoas Park, 10 de Abril de 2006

O Conselho de Administração,

*Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte*

*Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte*

*Eng.º José Alves Pereira*

*Dr. João Salvador dos Santos Matias*

*Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte*

*Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos*

*Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino*

*Eng.º Carlos Gomes Baptista*

*Eng.º João José de Gouveia Capelão*

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidos, directa e indirectamente, por titulares dos órgãos de Administração e de Fiscalização, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o ano de 2005, especificando, o montante, data do facto e contrapartida paga ou recebida:

**I - Número de acções detidas pelos Membros do Órgão de Administração a 31 de Dezembro de 2004**

Nome	Sociedade	Nº de Acções em 31.12.2004
Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	9.165.652
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	42.000
José Alves Pereira	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	1.850.000

**II - Operações com acções detidas, directa e indirectamente, pelos Membros do Órgão de Administração durante o ano de 2005**

Nome	Sociedade	Operação	Data	Nº de Acções	Preço por Acção
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	Aquisição	15-Nov-05	700.000	1,18 €
José Alves Pereira	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	Transmissão	29-Jun-05	500.000	1,15 €
		Transmissão	29-Jun-05	500.000	1,17 €
		Transmissão	30-Jun-05	750.000	1,17 €

**III - Número de acções detidas, directa e indirectamente, pelos Membros do Órgão de Administração a 31 de Dezembro de 2005**

Nome	Sociedade	Nº de Acções em 31.12.2005
Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	9.165.652
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	742.000
José Alves Pereira	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	100.000
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte *	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	5.432.262
Joel Vaz Viana de Lemos *	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	500.112
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino *	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	170.670
Carlos Gomes Baptista *	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	40.634
João José de Gouveia Capelão *	Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.	10.387

\* - Administradores eleitos em Assembleia Geral Anual de 29 de Abril de 2005

**IV - Número de acções detidas pelo Órgão de Fiscalização**

Nos termos e para os efeitos do mesmo normativo acima referido, mais se informa que o Órgão de Fiscalização da Sociedade não detém quaisquer acções da mesma, nem de qualquer outra entidade que com ela esteja em relação de domínio ou de grupo.

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelas normas em vigor, nomeadamente o n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." apresenta, de seguida, a lista dos accionistas que, na data do encerramento do exercício social e segundo os registos da Sociedade e as informações prestadas, são titulares de, pelo menos, um décimo do capital social:

Sociedade	Nº de Acções em 31.12.2005	% Capital
TDG - Sociedade Gestora de Participações Sociais S.A.	161.000.000	38,33%
TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	42.979.765	10,23%

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente ao previsto na alínea e), do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento CMVM n.º 4/2004, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de Dezembro de 2005, com indicação do número de acções detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários e com base nos registos da Sociedade e nas informações prestadas:

1. A "TEIXEIRA DUARTE - SGPS, S.A." era imputável, nos termos do disposto no Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários e em conformidade com entendimento da CMVM – do qual se discorda quanto à matéria constante da alínea e) *infra* –, a participação qualificada de 232.291.429 acções, correspondente a **55,31% dos direitos de voto**, por força de:
  - a. 42.979.765 acções por ela detidas directamente, correspondentes a **10,23% do capital social e dos direitos de voto**;
  - b. 161.000.000 acções detidas pela Sociedade sua participada "TDG - SGPS, S.A.", correspondentes a **38,33% do capital social e dos direitos de voto**;
  - c. 9.165.652 acções detidas pelo Presidente do Conselho de Administração da sociedade TEIXEIRA DUARTE – SGPS, S.A., **Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte**, correspondentes a **2,18% do capital e dos direitos de voto**;
  - d. 9.661.134 acções detidas pelos restantes membros do Conselho de Administração de TEIXEIRA DUARTE – SGPS, S.A., correspondentes a 2,30% dos direitos de voto (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada);
  - e. 9.484.878 acções detidas pelos membros do Conselho de Administração de TDG – SGPS, S.A. que não sejam membros do Conselho de Administração da sociedade indicada na alínea d) anterior, correspondentes a 2,26% dos direitos de voto (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada), imputação esta feita em conformidade com entendimento da CMVM do qual se discorda.
2. **Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português** era titular de uma participação qualificada de 41.999.716 acções, correspondente a **9,99% do capital e dos direitos de voto**.
3. A **FUNDAÇÃO JOSÉ BERARDO** era imputada, nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, uma participação qualificada de 23.836.168 acções, detidas directamente pela sociedade sua participada **METALGEST - Sociedade de Gestão - S.G.P.S., S.A.**, correspondente a **5,68% do capital e dos direitos de voto**.
4. A **Millenniumbcp FORTIS - Grupo Segurador - SGPS, S.A.** era imputada, nos termos do disposto no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, uma participação qualificada de 11.411.772 acções, correspondente a **2,72% do capital e dos direitos de voto**, por força de:
  - a. 11.245.992 acções detidas pela sociedade sua participada **Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.**, correspondentes a uma participação qualificada de **2,68% do capital e dos direitos de voto**;
  - b. 165.780 acções detidas pela sociedade sua participada **Occidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.**, correspondentes a uma participação de 0,04% do capital e dos direitos de voto.

**Nota 1** – Para os devidos efeitos esclarecemos que a informação aqui divulgada no ponto 3. *supra* tem por base o último comunicado oficial recebido até dia 31 de Dezembro de 2005 pela identificada **METALGEST – Sociedade de Gestão – S.G.P.S., S.A.**.

**Nota 2** – De acordo com os comunicados recebidos da **FUNDAÇÃO BERARDO** já no decurso do ano de 2006 e oportunamente divulgados ao mercado pela "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", àquela entidade passaram a ser imputáveis, com referência a 13 de Março de 2006, 49.429.676 acções correspondente a 11,77% do capital social e respectivos direitos de voto.

**Nota 3** – Segundo informação recebida de "Millenniumbcp FORTIS – Grupo Segurador – SGPS, S.A." em 20 de Abril de 2005 e divulgada ao mercado pela "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." por comunicado do dia 22 do mesmo mês, os direitos de voto referidos no ponto 4. *supra* são imputados, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários à sociedade de direito Holandês Fortis Insurance International, N.V., que é detida a 100% pela Fortis Insurance, N.V., que, por sua vez, é detida a 75% pela Fortis Utrecht, que é detida a 50% pela Fortis N.V. e 50% pela Fortis S.A./N.V..

**Nota 4** – De acordo com o comunicado recebido de "Millenniumbcp FORTIS – Grupo Segurador – SGPS, S.A." já no decurso do ano de 2006 e oportunamente divulgado ao mercado pela "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A.", àquela entidade passaram a ser imputáveis, com referência a 4 de Janeiro de 2006, 6.411.772 correspondente a 1,53% do capital social e respectivos direitos de voto.



## Relatório sobre as Práticas do Governo Societário



## 1. - INTRODUÇÃO

Cumprindo as disposições normativas, designadamente o Regulamento nº 7/2001 da CMVM, com as alterações introduzidas pelos seus Regulamentos n.º 11/2003 e n.º 10/2005, elaboramos o Relatório sobre as práticas de Governo Societário relativas ao exercício de 2005 e preenchemos todos os requisitos do modelo anexo ao referido Regulamento, sendo que, sempre que oportuno e aplicável, faremos os nossos comentários e as nossas reflexões sobre os procedimentos que seguimos.

## 2. - ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA SOCIEDADE E DO GRUPO

O Conselho de Administração de “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”, mediante uma coordenação geral de políticas, orienta e supervisiona os negócios da Empresa e lidera o Grupo Teixeira Duarte o qual integra as suas três Delegações e um total de 122 participadas, nos termos expostos no quadro “Grupo Teixeira Duarte - 2005” junto ao Relatório de Gestão, sendo que cada uma delas tem os seus próprios órgãos de gestão, ao abrigo das respectivas disposições legais e estatutárias.

Os centros de decisão são distribuídos e hierarquizados de acordo com as competências identificadas no Organograma também junto ao Relatório de Gestão, onde se identificam igualmente as assessorias da Administração e os coordenadores / consultores que, atentas as suas valias técnicas e a vasta experiência profissional em distintas áreas de actuação, colaboram nomeadamente nas vertentes da formação, aconselhamento e informação.

A Empresa assegura uma fiscalização e auditoria financeira, contando para tal com a colaboração estrita do seu Fiscal Único, “MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC”, Auditor Externo registado na CMVM sob o n.º 2.235, que é responsável pela Certificação Legal de Contas da Sociedade e actua nos termos e com as atribuições definidas na lei. Para além disso, são solicitados diversos trabalhos específicos, levados a cabo por outras entidades avalizadas para desempenhar essas funções, como sucede com “DELOITTE”, que presta serviços de consultoria.

Em conformidade e com as atribuições previstas no Artigo 11.º dos Estatutos, existe uma Comissão de Remunerações, composta pelas seguintes pessoas:

Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte

(também Presidente do Conselho de Administração da Sociedade)

Eng.º Manuel Pereira Coutinho Teixeira Duarte

Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Foi devidamente nomeado e registado junto da CMVM o Representante para as Relações com o Mercado, que desempenha as funções inerentes ao respectivo cargo sob a tutela do membro do Conselho de Administração que com ele integra o Gabinete de Apoio ao Investidor.

Não existem actualmente quaisquer Comissões específicas, nomeadamente a Comissão Executiva, nos termos concretos em que é definida pelos Estatutos da Sociedade, designadamente no seu artigo 20º.

## 3. - ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do contrato social, o Conselho de Administração é composto por um número ímpar de membros, tendo inicialmente sido

eleito em 9 de Maio de 2003 por um período de quatro anos, com um elenco de cinco elementos que, presentemente e na sequência de duas renúncias, por motivos de reforma, apresentadas em Outubro de 2004 e Abril de 2005, respectivamente, pelo Dr. Manuel Ferreira e pelo Eng. António José Lobo Ferreira Gonçalves, aos cargos de Administrador que desempenhavam, veio a ser remodelado, conforme deliberação unânime da Assembleia Geral Anual realizada em 29 de Abril de 2005, tendo passado, desde então, a ser composto por nove elementos, para melhor adequarem tal colectivo à vastidão, complexidade, diversidade e dispersão dos negócios do Grupo liderado pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Assim e desde o mencionado dia 29 de Abril de 2005, passou a ser a seguinte a composição do Conselho de Administração:

Presidente	Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte
Administrador Delegado	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Eng.º José Alves Pereira Dr. João Salvador dos Santos Matias Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos Eng.º Jorge Ricardo Figueiredo Catarino Eng.º Carlos Gomes Baptista Eng.º João José de Gouveia Capelão

Nos termos e para os efeitos das disposições legais e regulamentares aplicáveis, apresentamos de seguida alguns elementos relativos a cada um dos membros do Conselho de Administração:

Presidente do Conselho de Administração - Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte

- Casado, residente na Rua Dr. José Joaquim de Almeida, nº 5, em Oeiras, Licenciado em Engenharia Civil.
- Designado a primeira vez para o cargo em 1987, logo aquando da transformação da sociedade para a forma de anónima, terminando o mandato em curso em 2006.
- Em 31 de Dezembro de 2005 desempenhava ainda os seguintes cargos sociais:

- Em sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

Presidente do Conselho de Administração de Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

- Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Presidente do Conselho de Administração de Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

- Nos últimos cinco anos a sua actividade profissional centrou-se no exercício das funções de Presidente do Conselho de Administração de “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”, tendo também desempenhado diversos outros cargos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, e fora do mesmo, o seguinte:

Presidente do Conselho de Administração de Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

- Em 31 de Dezembro de 2005 era titular de 9.165.652 acções representativas do capital social da “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”

#### Administrador Delegado - Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

- Casado, residente na Rua Ilha do Pico, nº 16, em Paço de Arcos, Licenciado em Gestão.
- Designado a primeira vez para o cargo em 1987, logo aquando da transformação da sociedade para a forma de anónima, terminando o mandato em curso em 2006.
- Em 31 de Dezembro de 2005 desempenhava ainda os seguintes cargos sociais:

- Em sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

Administrador de TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.

- Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Presidente do Conselho de Administração de PASIM - Sociedade Imobiliária, S.A.

Administrador de CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Membro do Conselho Superior de Banco Comercial Português, S.A.

Gerente de HIPUS - Sociedade Hípica e Turística da Bela Vista, Lda.

- Nos últimos cinco anos a sua actividade profissional centrou-se no exercício das funções de Administrador Delegado da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., tendo também desempenhado diversos outros cargos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, para além dos seguintes fora do mesmo:

Presidente do Conselho de Administração de PASIM - Sociedade Imobiliária, S.A.

Administrador de CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Administrador de TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de GRATAC - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de TDG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de TDP - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Gerente de F+P - Imobiliária, Lda.

Gerente de HIPUS - Sociedade Hípica e Turística da Bela Vista, Lda.

Membro do Conselho Superior de Banco Comercial Português, S.A.

Membro do Conselho Geral de EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2005 era titular, directa e indirectamente, de 742.000 acções representativas do capital social da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

#### Administrador - Engº José Alves Pereira

- Casado, residente na Rua Cidade de Benguela, Lote 258, 1º Esq., em Lisboa, Licenciado em Engenharia Civil.
- Designado a primeira vez para o cargo em 1995, terminando o mandato em curso em 2006.
- Em 31 de Dezembro de 2005 não desempenhava quaisquer outros cargos sociais.
- Nos últimos cinco anos a sua actividade profissional cingiu-se exclusivamente ao cargo de Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."
- Em 31 de Dezembro de 2005 era titular de 100.000 acções representativas do capital social da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

#### Administrador - Dr. João Salvador dos Santos Matias

- Casado, residente na Praça Fernandes de Sá, nº 18, no Funchalinho, Trafaria, Licenciado em Gestão.
- Designado a primeira vez para o cargo em 2004, terminando o mandato em curso em 2006.
- Em 31 de Dezembro de 2005 desempenhava ainda os seguintes cargos sociais, todos eles no âmbito do Grupo Teixeira Duarte:

Administrador de ALTO DA PEÇA - Imobiliária, S.A.

Administrador de BEL - ere - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.

Gerente de ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.

Gerente de ANGOCIME - Cimentos de Angola, Lda.

Gerente de ANGOÍMO - Empreendimentos e Construções, Lda.

Gerente de BETANGOLA - Betões e Pré-fabricados de Angola, Lda.

Administrador de BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.

Gerente de CASANGOL - Gestão Imobiliária, Lda.

Gerente de COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.

Administrador de CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.

Gerente de E.C.T. - Empresa de Comércio de Tabacos, Lda.

Administrador de ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.

Administrador de EUROGTD - Sistemas de Informação, S.A.

Administrador de EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.

Gerente de IMOAFRO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.

Presidente do Conselho de Administração de IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.

Vogal do Conselho Fiscal de IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.R.L.

Administrador de IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de LAGOAS HOTEL, S.A.

Administrador de LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.

Administrador de MARTINS & ESTEVES, S.A.

Administrador de PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.

Administrador de PTG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.

Administrador de ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.

Administrador de SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.

Administrador de TDCIM - S.G.P.S.,S.A.

Administrador de TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Gerente de TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.

Administrador de TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.

Administrador de TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A..

Gerente de TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.

Administrador de TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.

Administrador de TEJO VILLAGE - Promoção Imobiliária, S.A.

Administrador de TRANSBRITAL - Transportes e Britas Pio Monteiro & Filhos, S.A.

Gerente de URBANGO - Gestão Imobiliária, Lda.

Administrador de VTD - Veículos Automóveis, S.A.

- Nos últimos cinco anos a sua actividade profissional centrou-se no exercício das funções de Director de Serviços da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", tendo também desempenhado diversos outros cargos sociais no âmbito do Grupo Teixeira Duarte e fora do Grupo, o seguinte:

Administrador de CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.

Em 31 de Dezembro de 2005 não era titular de acções representativas do capital social da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

Administrador - Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

- Casado, residente na Rua Prof. Moisés Amzalak, nº 16 - 7º D, em Lisboa, Licenciado em Direito.
- Designado a primeira vez para o cargo em 2005, terminando o mandato em curso em 2006.
- Em 31 de Dezembro de 2005 desempenhava ainda os seguintes cargos sociais:

- Em sociedades do Grupo Teixeira Duarte:

Administrador de ALPINUS - Sociedade Hoteleira, S.A.

Gerente de CRAVELGEST - Gestão Imobiliária, Lda.

Presidente do Conselho de Administração de IMOTD - SGPS, S.A.

Administrador de LAGOAS HOTEL, S.A.

Administrador de LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.

Administrador de MARTINS & ESTEVES, S.A.

Administrador de QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.

Administrador de ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.

Administrador de TDCIM - S.G.P.S., S.A.

Presidente do Conselho de Administração de TDH - SGPS, S.A.

Administrador de TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de TEJO VILLAGE - Promoção Imobiliária, S.A.

Administrador de V8 - Gestão Imobiliária, S.A.

- Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Administrador de TDG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de GRATAC - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.

Secretário da Mesa da Assembleia Geral de HAB - Cooperativa de Construção e Habitação, C.R.L.

. Nos últimos cinco anos a sua actividade profissional centrou-se no exercício das funções de Administrador de TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A., tendo também desempenhado diversos outros cargos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, para além dos seguintes fora do mesmo:

Administrador de TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de TDG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de GRATAC - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Administrador de ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.

Secretário da Mesa da Assembleia Geral de HAB - Cooperativa de Construção e Habitação, CRL

. Em 31 de Dezembro de 2005 era titular de 5.432.262 acções representativas do capital social da “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”

#### Administrador - Eng.<sup>º</sup> Joel Vaz Viana de Lemos

. Casado, residente na Avenida do Colégio Militar, nº 26, 1º Esq., em Lisboa, Licenciado em Engenharia Civil.

. Designado a primeira vez para o cargo em 2005, terminando o mandato em curso em 2006.

. Em 31 de Dezembro de 2005 desempenhava ainda os seguintes cargos sociais, todos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte:

Gerente de E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, LDA.

Presidente do Conselho de Administração de OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.

Administrador de SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.

. Nos últimos cinco anos a sua actividade profissional centrou-se no exercício das funções de Director de Centro de Exploração da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., tendo também desempenhado diversos outros cargos sociais no âmbito do Grupo Teixeira Duarte.

. Em 31 de Dezembro de 2005 era titular de 500.112 acções representativas do capital social da “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”

Administrador - Eng.<sup>º</sup> Jorge Ricardo Figueiredo Catarino:

- Casado, residente na Rua Vinte e Cinco, nº 85, em Espinho, Licenciado em Engenharia Civil.
- Designado a primeira vez para o cargo em 2005, terminando o mandato em curso em 2006.
- Em 31 de Dezembro de 2005 não desempenhava quaisquer outros cargos sociais.
- Nos últimos cinco anos a sua actividade profissional centrou-se no exercício das funções de Director de Centro de Exploração da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., tendo também desempenhado diversos outros cargos sociais no âmbito do Grupo Teixeira Duarte.
- Em 31 de Dezembro de 2005 era titular de 170.670 acções representativas do capital social da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

Administrador - Eng.<sup>º</sup> Carlos Gomes Baptista

- Casado, residente na Rua João de Freitas Branco, nº 36, 5<sup>º</sup> Esq., em Lisboa, Bacharel em Engenharia.
- Designado a primeira vez para o cargo em 2005, terminando o mandato em curso em 2006.
- Em 31 de Dezembro de 2005 não desempenhava quaisquer outros cargos sociais.
- Nos últimos cinco anos a sua actividade profissional centrou-se no exercício das funções de Director de Centro de Exploração da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., tendo também desempenhado diversos outros cargos sociais no âmbito do Grupo Teixeira Duarte.
- Em 31 de Dezembro de 2005 era titular de 40.634 acções representativas do capital social da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

Administrador - Eng.<sup>º</sup> João José de Gouveia Capelão

- Casado, residente na Rua Sousa Lopes, Lote PQ-AP 123, em Lisboa, Licenciado em Engenharia Civil.
- Designado a primeira vez para o cargo em 2005, terminando o mandato em curso em 2006.

Em 31 de Dezembro de 2005 não desempenhava quaisquer outros cargos sociais.

- Nos últimos cinco anos a sua actividade profissional centrou-se no exercício das funções de Director de Serviços da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A..
- Em 31 de Dezembro de 2005 era titular de 10.387 acções representativas do capital social da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."
- Não existe Comissão Executiva, nos exactos termos em que é definida pelos Estatutos da Sociedade, designadamente o seu artigo 20º. Mas todos os seus elementos exercem funções de carácter executivo, com intervenção directa e diária na gestão corrente dos negócios e actividades da Empresa, com excepção do seu Presidente, Eng.<sup>º</sup> Pedro Teixeira Duarte, que se situa numa linha de coordenação, aconselhamento e supervisão.

Embora consideremos suficiente a existência de um único Administrador não executivo, cumpre-nos informar que, nos termos definidos pela actual redacção do Regulamento nº 7/2001 da CMVM, na versão alterada pelo Regulamento da CMVM n.º 10/2005, o mesmo não é considerado independente, por força do disposto no artigo 1º, nº 2 a) daquele diploma.

Na sequência do já aludido alargamento e alteração da composição do Conselho de Administração, foi estabelecido que, sem afectar os princípios da colegialidade deste Órgão e do permanente contacto entre todos os seus membros, se procedesse à distribuição de pelouros pelos Administradores executivos nos termos seguintes:

- O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte, que continua a desempenhar as funções de Administrador Delegado conforme deliberação da Assembleia Geral de 9 de Maio de 2003, é especialmente encarregue de supervisionar as actividades desenvolvidas pelo Grupo em Angola, bem como no sector das Concessões e Serviços.
- Os Senhores Eng. José Alves Pereira e Eng. João José Gouveia Capelão estão especialmente encarregues de supervisionar as actividades desenvolvidas pela “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”, nas seguintes áreas:
  - a) Planeamento e Estudos;
  - b) Instalações Electromecânicas;
  - c) Estudos Especiais;
  - d) Estudos de Obras Públicas;
  - e) Projectos;
  - f) Contratos e Logística.
- O Senhor Dr. João Salvador dos Santos Matias está especialmente encarregue de supervisionar as actividades desenvolvidas por todo o Grupo nas áreas de informática, finanças e contabilidade e, no mercado interno, nos sectores da Comercialização de Viaturas e Distribuição de Combustíveis, bem como o desenvolvimento das Participações Financeiras.
- O Senhor Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte está especialmente encarregue de supervisionar as actividades desenvolvidas pelo Grupo no mercado interno nos sectores da Imobiliária e Hotelaria, bem como as matérias relativas às relações com o mercado.
- O Senhor Eng. Joel Vaz Viana de Lemos está especialmente encarregue de:
  - a) supervisionar as sociedades participadas “E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.”, “SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.” e “OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.”;
  - b) supervisionar as actividades desenvolvidas por todo o Grupo nas áreas Segurança e Qualidade, Recursos Humanos e Serviços Administrativos, bem como na de Aprovisionamentos;
  - c) supervisionar as actividades desenvolvidas pela “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” relativas ao Centro de Exploração de Geotecnica e Fundações.
- O Senhor Eng. Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino está especialmente encarregue de:
  - a) supervisionar as actividades desenvolvidas pelo Grupo na Venezuela e na Argélia;
  - b) supervisionar as actividades desenvolvidas pela “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” relativas aos Centros de Exploração de Obras Públicas, Metalomecânica e de Cofragens e Pré-esforço (COC), bem como à Direcção de Equipamento.

- O Senhor Eng. Carlos Gomes Baptista está especialmente encarregue de:
  - a) supervisionar a sociedade participada “BEL - ere - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.”;
  - b) supervisionar as actividades desenvolvidas pelo Grupo em Moçambique;
  - c) supervisionar as actividades desenvolvidas pela “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” relativas ao Centro de Exploração de Construção Civil e Industrial.

O Conselho de Administração, com o apoio do Secretário da Sociedade, reúne-se em plenário pelo menos uma vez por mês, tendo no exercício realizado um total de 25 reuniões. Nelas participa regularmente o Fiscal Único, que desta forma se mantém informado sobre as questões de maior impacto para a Sociedade e para as empresas que integram o seu Grupo. Além disso, os membros com funções executivas têm contactos e encontros sectoriais frequentes, reúnem-se em conjunto semanalmente, acompanhados do assessor da Administração, comunicando de imediato com o seu Presidente no caso de surgirem assuntos relevantes.

#### **4. - POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

Autonomizamos o presente capítulo dentro deste relatório com vista a enunciar a política de remunerações dos órgãos sociais, submetendo-a a apreciação da Assembleia Geral Anual de accionistas no âmbito da discussão e votação do relatório de gestão, dando cumprimento à recomendação n.º 8-A da CMVM sobre o Governo das Sociedades Cotadas.

No exercício de 2005, as remunerações, em sentido amplo, auferidas pelo colectivo dos titulares do Conselho de Administração foram de 1.747.653 Euros, conforme adiante se identifica no quadro seguinte:

	Fixa	Variável	Totais
<b>Administrador não Executivo</b>	€133.140,00	€144.218,00	<b>€277.358,00</b>
<b>Administradores Executivos</b>	€869.261,00	€601.034,00	<b>€1.470.295,00</b>
<b>Totais</b>	<b>€1.002.401,00</b>	<b>€745.252,00</b>	<b>€1.747.653,00</b>

As remunerações variáveis nada têm a ver com a evolução das cotações das acções da Sociedade, dependendo sim dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais. As remunerações respeitam à globalidade das funções exercidas pelos membros do Conselho quer na sociedade, quer em quaisquer outras entidades de todo o Grupo.

A acrescer às obrigações inerentes ao exercício da própria função, a remuneração dos Administradores cumpre também complementarmente com o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações que os ligam com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como a actividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objectivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da Empresa. Desta forma dá-se conta também que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela mencionada Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos indicados.

Desse modo, a política de remunerações é a da fixação, em concreto, pela Comissão de Remunerações dos quantitativos exactos, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em acta e cujo conteúdo é então comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficam definidos.

Assim, não existem quaisquer outros benefícios, mesmo que não pecuniários, para além dos fixados por aquela Comissão, nomeadamente atribuições de acções ou direitos de adquirir opções sobre acções e / ou qualquer outro sistema de incentivos com acções.

Os administradores da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. não recebem qualquer remuneração, seja a que título for, paga por sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

A mesma Comissão de Remunerações fixa todos os quantitativo pagos, a qualquer título, a quaisquer ex-administradores reformados.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

#### *ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO*

*UM - Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:*

*a) Terem mais de dez anos de exercício do cargo;*

*b) Terem, ainda que com menos duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Empresa.*

*DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efectivos.*

*TRÊS - Sempre que o beneficiário dessa pensão receba proventos de qualquer outra reforma, ser-lhe-á apenas atribuído o valor complementar necessário para atingir o montante apurado nos termos do número anterior.*

*QUATRO - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, quando for convocada para tal fim, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões.*

*CINCO - Para todos os efeitos do disposto neste artigo, serão sempre considerados os tempos de serviço prestado à Empresa ou de exercício do cargo de Gerente, durante a sua existência jurídica sob a anterior forma de sociedade por quotas.*

No decurso do exercício agora findo, ao nível do Grupo Teixeira Duarte, foram pagos, a título de honorários, à identificada "MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS, SROC", a quantia global de 240.305,00 Euros, respeitante aos únicos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria.

Todos os restantes membros dos demais órgãos sociais não auferem quaisquer remunerações pelo exercício dos respectivos cargos.

### **5. - REGRAS SOCIETÁRIAS**

Não existem formalmente consagrados códigos de conduta da sociedade ou outros regulamentos internos. Supostamente, a existência de tais normativos seria um factor determinante no cumprimento, pelos órgãos da sociedade, das boas regras de conduta e do respeito escrupuloso das suas obrigações éticas, profissionais e empresariais. A realidade tem demonstrado que não é bem assim.

A garantia para que essas regras sejam respeitadas tem de vir da cultura da Empresa, do seu sentimento mais profundo, interpretado pelos seus principais responsáveis e dirigentes. Não pode ser algo que se cumpra porque está escrito num código, mas sim que esteja gravado no mais íntimo da sua consciência individual e colectiva.

Tal como referimos e adiante explicaremos no n.º 12. - Declaração de Cumprimento, na sociedade não existem comissões de controlo interno.

Com efeito, os procedimentos internos que praticamos caracterizam-se por promover a autonomia dos nossos quadros na direcção e acompanhamento dos assuntos, associada sempre com a correspondente responsabilidade, conforme, aliás, múltiplas vezes e com vários exemplos concretos tem sido por nós referido ao longo dos nossos Relatórios.

Esta constante relação entre autonomia e responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos que consideramos extremamente satisfatórios.

Aliás, muito antes mesmo de se terem tornado indicações normativas, a implementação de procedimentos internos que, na sua globalidade, integrem um sistema de controlo de riscos, já constituíam pilares sólidos do funcionamento desta Casa.

Neste âmbito, incentivamos os colaboradores a comunicarem, pelos meios que julgarem convenientes, às respectivas hierarquias quaisquer irregularidades detectadas, abrindo os correspondentes processos ou inquéritos, com recurso a pessoas não envolvidas nessas situações, sempre que tal se revela adequado ao correcto apuramento dos factos e de responsabilidades inerentes à prática dos mesmos, salvaguardando também a necessária confidencialidade da comunicação quando solicitada pelo declarante ou assim ajuizado como conveniente pelo receptor, sem prejuízo de não alinharmos por práticas prossecutórias destituídas de valor para a organização.

Não existem quaisquer regras societárias que constituam medidas susceptíveis de interferir no êxito de eventuais ofertas públicas de aquisição, nomeadamente direitos especiais de algum accionista, limites ao exercício dos direitos de voto estabelecidos nos estatutos ou restrições à transmissibilidade de acções, do mesmo modo que o Conselho de Administração desconhece que existam quaisquer acordos parassociais, sobre estas ou quaisquer outras matérias.

## 6. - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO - SÍTIO NA INTERNET

Sempre enquadrada por uma filosofia de sobriedade, rigor, honestidade e ausência de sensacionalismo, a Sociedade dá público conhecimento, de uma forma completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, nos prazos e pelos meios de divulgação estabelecidos, não só de todos os factos legalmente definidos como passíveis de comunicação, nomeadamente os integráveis no conceito de "factos relevantes" definido no artigo 248.º do Código dos Valores Mobiliários, como também de toda a informação financeira nos termos que as regras vigentes determinam, quer individual, quer consolidada.

Para além do adiante referido Gabinete de Apoio ao Investidor, todos os accionistas têm à sua disposição, nos termos e prazos legais, o relatório de gestão, as contas e os demais elementos de informação preparatória que lhes permitem participar, devidamente habilitados, nos trabalhos das Assembleias Gerais da Sociedade.

No cumprimento do estabelecido no Regulamento da CMVM nº 7/2001, com a redacção constante das alterações introduzidas e publicadas no Diário República - II Série, de 2 de Dezembro de 2003, tornámos acessível, desde 1 de Abril de 2004, um sítio próprio na internet, com o domínio [www.teixeiraduarte.pt](http://www.teixeiraduarte.pt), contendo a informação definida nesse Regulamento.

## 7. - GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com vista a assegurar o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os accionistas, bem como para prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona actualmente sob a tutela do Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, Administrador com esse pelouro, integrando também o Dr. José Pedro Cobra Ferreira, representante para as relações com o mercado.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais directivas aplicáveis, é prestada por este Gabinete, podendo os acessos ao mesmo serem feitos através dos seguintes meios de comunicação:

Morada: Edifício dois, "Lagoas Park", 2740-265, Porto Salvo, Oeiras

Telef.: + 351 21 791 23 00

Fax.: + 351 21 794 11 32

e-mail: representantemercado@tduarte.pt

## 8. - EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

As acções representativas do capital social têm o valor nominal de 0,50 Euros e actualmente são todas escriturais.

Assim, ao abrigo das disposições legais e estatutárias, têm direito a voto os accionistas que, até quinze dias de calendário antes da data marcada para as reuniões de Assembleia Geral, disponham de, pelo menos, duas mil acções inscritas em contas de valores mobiliários escriturais através de intermediário financeiro, devendo tal facto ser certificado mediante carta dessa instituição que identifique as acções em causa e o seu possuidor e que seja recebida na Sociedade dentro do mesmo prazo acima indicado.

A cada grupo de duas mil acções, nas condições supra referidas, corresponde um voto.

No entanto, os accionistas que não possuírem o número mínimo de acções necessário para conferir voto, poderão agrupar-se por forma a completarem tal número, devendo então fazer-se representar por um só deles na Assembleia Geral.

No caso de contitularidade das acções, só um dos contitulares, com poderes de representação dos demais, poderá participar nas reuniões da Assembleia Geral.

Os accionistas pessoas singulares, com direito a voto, apenas poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia por outro accionista também com direito a voto ou pelas demais pessoas a quem a lei atribuir tal faculdade.

Os incapazes e os accionistas pessoas colectivas, com direito a voto, serão representados pelas pessoas a quem legalmente couber tal poder.

Todas as representações antes indicadas terão de ser comunicadas ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral por carta, com as assinaturas a que houver lugar reconhecidas notarialmente ou autenticadas pela Sociedade, entregue na sede social até cinco dias úteis antes da data designada para a respectiva reunião da Assembleia.

Não dispondo os Estatutos da Sociedade qualquer norma limitativa do exercício do direito de voto por correspondência, a Sociedade admite expressamente essa modalidade, sem qualquer restrição de temas e adoptando um modelo que respeita integralmente os dispositivos legais sobre esta matéria.

Como tal, os accionistas com direito a voto que pretendam exercê-lo por correspondência, além de cumprirem todas as condições e prazos acima referidos para demonstrar essa sua qualidade, deverão expressar o seu propósito por carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e que seja recebida na sede social, até 48 horas antes da data agendada para a realização da respectiva Assembleia, na qual indicarão também a sua identificação, domicílio e número de acções de que são titulares, o qual será conferido com o entretanto certificado pela instituição financeira onde as mesmas estão inscritas, sendo este o prevalecente. Tal carta deverá ainda conter a assinatura do accionista reconhecida notarialmente ou por meio legalmente considerado como equivalente, autenticada pela Sociedade ou acompanhada de fotocópia legível do seu Bilhete de Identidade ou de documento que o substitua e, juntamente com ela, os accionistas incluirão, em envelopes fechados, as declarações do seu voto quanto a cada um dos pontos da Ordem de Trabalhos, de forma especificada e inequívoca, seguidas da sua assinatura exarada de modo idêntico ao que consta da carta de remessa.

Por se entender que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto são muito elevadas, nomeadamente no que se refere, por um lado, aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto bem como para garantia da integridade e confidencialidade dos respectivos conteúdos e, por outro, ao elevado nível de segurança e fiabilidade operacional na recepção das mencionadas declarações, a Sociedade ainda não implementou a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Independentemente do meio escolhido para esse efeito, em todos os textos das respectivas convocatórias são sempre explicitados claramente os termos e as condições em que o direito de voto pode ser exercido, incluindo o voto por correspondência.

A Convocatória para a realização das Assembleias Gerais é sempre feita com uma antecedência que excede largamente os prazos mínimos legais. A referente prestação de contas do exercício de 2005 foi convocada para 5 de Maio de 2006, mediante anúncio divulgado em 9 de Fevereiro no sítio da Internet criado pelo Ministério da Justiça para efeitos de publicações ([www.publicacoes.mj.pt](http://www.publicacoes.mj.pt)) e publicado no Jornal "Público" de 7 do mesmo mês.

De igual forma, é disponibilizada atempadamente toda a documentação que permite habilitar e informar os accionistas no sentido de poderem, com conhecimento detalhado das matérias que constam da ordem dos trabalhos, exercerem em consciência o seu direito de voto.

## 9. - POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A política da Sociedade, desde sempre adoptada, é a de considerar prioritário o reforço dos capitais próprios, assegurando simultaneamente uma continuada e equilibrada distribuição de dividendos e um complemento de remuneração aos trabalhadores.

Por forma a obter um equilíbrio entre estes objectivos, a Sociedade ponderará sempre os impactos que os eventuais ajustes contabilísticos dos valores das participações financeiras de que é titular venham a ter nos resultados dos exercícios, não os assumindo necessariamente como determinantes no apuramento dos montantes afectos à mencionada distribuição de dividendos e ao complemento de remuneração dos trabalhadores, sobretudo porque esses possíveis ajustes são, em regra, consequência da mera aleatoriedade e volatilidade dos mercados bolsistas.

Nos três últimos exercícios o valor ilíquido do dividendo por acção distribuído foi o seguinte:

2002: 0,0105 Euros

2003: 0,00945 Euros

2004: 0,0116 Euros

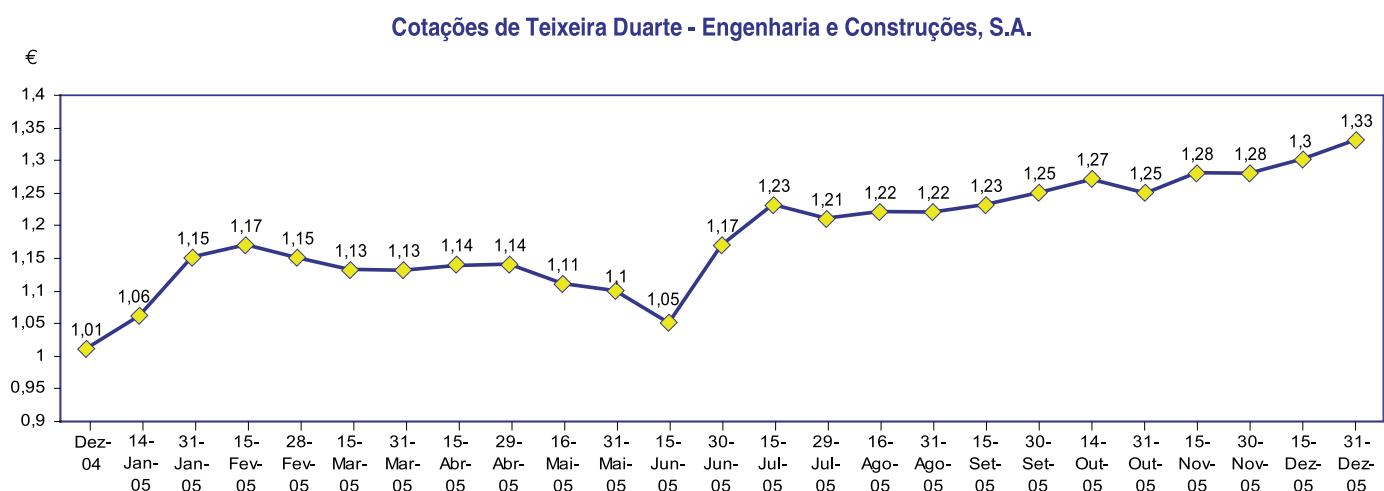
Neste exercício o valor ilíquido do dividendo por acção proposto é 0,015 Euros.

## 10. - PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE OPÇÕES DE AQUISIÇÃO DE ACÇÕES

Não existe nenhum plano deste tipo. Em anos anteriores, dependendo das circunstâncias e da conjuntura económica, houve accionistas de referência que disponibilizaram um determinado número de acções para serem cedidas aos quadros da Empresa em prazos e a preços bem definidos. Porém, no ano em apreço, não ocorreu nenhuma de tais operação.

## 11. - COMPORTAMENTO BOLSISTA DAS ACÇÕES

O título está cotado na Euronext Lisboa e o gráfico seguinte traduz a evolução das cotações ao longo do ano de 2005. A primeira cotação foi de 1,01 €, tendo fechado o ano em 1,33 €, ou seja com uma valorização de 31,68%. O PSI 20 teve uma evolução positiva de 7,5%.



Os resultados do exercício de 2004 foram anunciados em 26 de Março de 2005, tendo os dividendos sido pagos a partir de 27 de Maio de 2005, com um valor ilíquido de 0,0116 Euros por acção.

Quanto à liquidez, durante o ano foram transaccionadas em bolsa 31.590.890 acções, por um montante de 38.754 milhões de Euros.

## 12. - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO

Em conclusão sobre o Governo da Sociedade e para os efeitos das disposições regulamentares aplicáveis, cumpre-nos informar que a Empresa adopta integralmente todas as recomendações emanadas da CMVM, com excepção das que em seguida se referem, pelos motivos que explicitamos:

Recomendação nº 2: “*Não deve ser restringido o exercício activo do direito de voto, quer directamente, nomeadamente por correspondência, quer por representação. Considera-se, para este efeito, como restrição do exercício activo do direito de voto: a) a imposição de uma antecedência do depósito ou bloqueio das acções para a participação em assembleia geral superior a 5 dias úteis; b) qualquer restrição estatutária do voto por correspondência; c) a imposição de um prazo de antecedência superior a 5 dias úteis para a recepção da declaração de voto emitida por correspondência; d) a não existência de boletins de voto à disposição dos accionistas para o exercício do voto por correspondência.*”.

Embora seja nossa plena convicção que, na prática, não existe qualquer restrição ao exercício do direito de voto, quer directamente,

quer por representação, a verdade é que as regras definidas sobre esta matéria nos Estatutos da Sociedade não acatam integralmente duas das alíneas consideradas pela CMVM como exemplos de restrição.

Com efeito, não só a elevada percentagem de capital social que sempre se tem feito representar nas Assembleias Gerais, mas sobretudo a necessidade de compatibilização destas recomendações com as regras de segurança e de garantia operacional inerentes ao processo de voto dos accionistas, levaram a que ainda não se tivesse justificado proceder a uma alteração estatutária no sentido de diminuir o prazo do depósito ou bloqueio das acções de 15 dias de calendário para 5 dias úteis.

A “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.” cumpre totalmente os dispositivos legais aplicáveis ao regime dos votos por correspondência e assimilou as orientações que estiveram na base das recomendações elaboradas pela CMVM especificamente sobre esta matéria, entendendo, no entanto, contraproducente para a efectiva presença na Assembleia Geral, colocar à disposição dos accionistas “boletins de voto” por correspondência, que aliás nunca foram solicitados, assim como, até aqui, nunca tal direito foi exercido.

De resto, aquando da elaboração das convocatórias para todas as Assembleias Gerais, são devida e atempadamente explicados todos os termos e condições que pautam esse procedimento.

Recomendação n.º 6: “*De entre os membros não executivos do órgão de administração deve incluir-se um número suficiente de membros independentes. Quando apenas existe um administrador não executivo este deve ser igualmente independente. Titulares independentes de outros órgãos sociais podem desempenhar um papel complementar ou sucedâneo, se as respectivas competências de fiscalização forem equivalentes e exercidas de facto.*”

Entendemos que através dos demais mecanismos de organização societária e do fiel cumprimento das múltiplas e cada vez mais abrangentes obrigações a que, enquanto sociedade cotada, estamos sujeitos, respeitamos de forma cabal os objectivos subjacentes a esta recomendação. Se atentarmos, em particular, às regulares presenças nas reuniões do Conselho de Administração e das constantes intervenções de fiscalização executadas no âmbito das auditorias elaboradas ao longo do exercício pelo Revisor Oficial de Contas e Auditor externo registado na CMVM, bem como aos deveres de informação sucessivamente prestados pelo Conselho de Administração ao mercado e em particular aos seus accionistas, não podemos deixar de entender desadequada à nossa organização a criação de novos meios específicos de supervisão.

Recomendação nº 7: “*O Órgão de Administração deve criar comissões de controlo internas com atribuição de competências na avaliação da estrutura e governo societários.*”

Do nosso ponto de vista, uma regra elementar que devemos ter sempre presente consiste em verificar se os custos do controlo são inferiores aos custos do que se quer controlar. Ora, pela avaliação que fazemos da nossa Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos seus quadros e gestores e dos princípios e conceitos fundamentais que aplicamos, concluímos que os custos de criar comissões de controlo seriam largamente superiores aos custos do que se iria controlar. Efectivamente, criar comissões é algo que só por si não tem eficácia; os erros enredam-se, acumulam-se e ampliam-se. O melhor que há para combater os erros é sentir na pele as suas verdadeiras consequências, assumindo-os frontal e honestamente e corrigindo-os para que não se repitam. É o que fazemos na nossa organização, desde sempre e a todos os níveis, do Conselho de Administração até à mais pequena célula operacional. Temo-nos dado bem com esta filosofia e prática e é com ela que pretendemos continuar.

Recomendação nº 8: “*A remuneração dos membros do Órgão de Administração deve ser estruturada por forma a permitir o alinhamento dos interesses daqueles com os interesses da Sociedade e deve ser objecto de divulgação anual em termos individuais*”.

A única parte da recomendação que não adoptámos é a final (que sublinhamos) e que se refere à divulgação das remunerações em termos individuais, tendo antes optado por seguir os termos do ponto 5 do capítulo IV. da alínea B) “Informação a Prestar” constantes do “Esquema de Relatório Sobre Governo da Sociedade” anexo ao Regulamento n.º 7/2001 da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

De resto, a previsão de uma possível divulgação dos valores em causa em termos colectivos e não necessariamente individualizados, vai ao encontro do nosso entendimento sobre o teor desta recomendação e é, aliás, o que recolhe a maioria das opiniões dos diferentes sectores empresariais do País.

Com efeito, ponderámos aquilo que nos pareceram ser os fundamentos que estiveram na origem desta recomendação, bem como dos demais documentos nacionais e comunitários que a antecederam, aferindo que, conforme de resto resulta do seu próprio teor, se pretende, essencialmente, que as remunerações dos administradores sejam “(...) estruturadas por forma a permitirem o alinhamento dos seus interesses com os da sociedade”.

A este propósito, recordamos que os administradores da “Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.”, são “gente da casa” há dezenas de anos, tendo as suas remunerações inseridas num plano geral que abrange todos os colaboradores. Não são gestores de ofício que por lá passam por razões circunstanciais ou interesses próprios de accionistas.

Na verdade e ao invés do que se lê no texto desta recomendação, não cremos que a revelação da repartição interna das remunerações permita “(...) verificar os incentivos existentes para premiar o empenhamento dos membros do órgão de administração na prossecução dos objectivos comuns.”

Efectivamente, discriminar nominal e individualmente as remunerações dos administradores não nos parece que tenha qualquer relevância nem que acrescente nada de importante que o accionista ou investidor necessite para ajuizar das suas decisões. Tem um cunho marcadamente demagógico e especulativo, incitando aos “fait-divers”, aos quais a nossa Empresa é visceralmente adversa.

Face a todo o exposto e ponderados os múltiplos aspectos mencionados, concluímos que não só não seria vantajoso para a Sociedade, como se poderia mesmo revelar divisionista e contraproducente aos fins propostos, a adopção da parte final desta recomendação.

Recomendação nº 9: “Os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros do Órgão de Administração.”

Embora apenas um dos membros da Comissão de Remunerações não tenha o estatuto de independente nos termos em que este está legalmente definido, a verdade é que sendo a Sociedade desde sempre controlada pela família Teixeira Duarte, é natural que esta tenha representantes tanto na Comissão de Remunerações como no Conselho de Administração. Tradicionalmente e durante décadas, tem sido esta a prática seguida e não se vê motivos para a alterar, na medida em que até agora tem funcionado bem e em consonância com as actuais regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, conforme atrás esclarecemos. Reiteramos que se trata de uma Sociedade com a sua peculiar forma de actuação, o seu distinto cunho empresarial, que ao longo de muitos anos formou uma muito própria forma de estar, uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, tem sido reconhecida como honesta e competente e, por conseguinte, como tal irá continuar.



## Demonstrações Financeiras

	Notas	Exercícios			2004	
		2005				
		Activo bruto	Amortizações e ajustamentos	Activo líquido		
<b>ACTIVO</b>						
<b>IMOBILIZADO:</b>						
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Trespasses	10	254.446	(63.612)	190.834	250.004	
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Edifícios e outras construções	10	4.304	(3.735)	569	883	
Equipamento básico	10 e 15	47.359	(44.991)	2.368	3.078	
Equipamento de transporte	10	4.729	(4.555)	174	154	
Ferramentas e utensílios	10	22.079	(20.882)	1.197	1.143	
Equipamento administrativo	10	15.508	(13.187)	2.321	1.837	
Outras imobilizações corpóreas	10	164	(164)	-	-	
Imobilizações em curso	10	-	-	-	399	
		94.143	(87.514)	6.629	7.494	
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital em empresas do grupo	10 e 16	160.930	-	160.930	91.351	
Partes de capital em empresas associadas	10 e 16	12.327	-	12.327	10.546	
Empréstimos a empresas associadas	10 e 16	20.955	-	20.955	23.467	
Títulos e outras aplicações financeiras	10 e 16	102.734	(5)	102.729	105.401	
Outros empréstimos concedidos	10 e 16	2.118	-	2.118	2.619	
		299.064	(5)	299.059	233.384	
<b>CIRCULANTE:</b>						
<b>Existências:</b>						
Matérias - primas, subsidiárias e de consumo	41	2.003	-	2.003	1.727	
Produtos e trabalhos em curso	42	12.967	-	12.967	11.015	
Produtos acabados e intermédios	42	1.975	-	1.975	2.333	
		16.945	-	16.945	15.075	
<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:</b>						
Empresas do grupo	16	132.156	-	132.156	30.903	
Empresas participadas e participantes	16	6.276	-	6.276	6.819	
Outros devedores		763	-	763	661	
		139.195	-	139.195	38.383	
<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo:</b>						
Cientes, conta corrente		179.085	-	179.085	146.412	
Cientes, títulos a receber		350	-	350	98	
Cientes de cobrança duvidosa	21 e 23	35.541	(34.693)	848	408	
Empresas do grupo	16	27.302	-	27.302	299	
Empresas participadas e participantes	16	-	-	-	5	
Adiantamentos a fornecedores		895	-	895	444	
Estado e outros entes públicos	49	2.627	-	2.627	5.991	
Outros devedores	21 e 23	4.974	(2.216)	2.758	9.236	
		250.774	(36.909)	213.865	162.893	
<b>Títulos negociáveis:</b>						
Outros títulos negociáveis	17	54.370	-	54.370	54.245	
<b>Depósitos bancários e caixa:</b>						
Depósitos bancários	51	5.749	-	5.749	1.191	
Caixa	51	499	-	499	395	
		6.248	-	6.248	1.586	
<b>Acréscimos e Diferimentos:</b>						
Acréscimos de proveitos	50	294	-	294	467	
Custos diferidos	50	8.549	-	8.549	7.193	
Activos por impostos diferidos	6	1.291	-	1.291	-	
		10.134	-	10.134	7.660	
<b>Total de amortizações</b>			(151.131)			
<b>Total de ajustamentos</b>			(36.909)			
<b>Total do activo</b>		<b>1.125.319</b>	<b>(188.040)</b>	<b>937.279</b>	<b>770.724</b>	

(milhares de Euros)

	Notas	Exercícios	
		2005	2004
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital	36 e 40	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	45.684	21.634
Reservas de reavaliação	40	-	1
Reserva legal	40	9.200	7.700
Outras reservas	40	68.353	48.665
Resultados transitados	40	(87.686)	(66.565)
Resultado líquido do exercício	40	66.357	29.860
<b>Total do capital próprio</b>		<b>311.908</b>	<b>251.295</b>
<b>PASSIVO:</b>			
Provisões	34	<b>1.440</b>	<b>787</b>
<b>Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo:</b>			
Empréstimos por obrigações:			
Não convertíveis	48	200.000	200.000
Dívidas a instituições de crédito	48	207.800	130.000
Adiantamentos de clientes		19.624	19.624
Empresas do grupo	16	269	217
Empresas participadas e participantes	16	-	456
Outros credores		-	1.027
		<b>427.693</b>	<b>351.324</b>
<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
Dívidas a instituições de crédito	48	2.100	2.073
Fornecedores, conta corrente		95.615	71.217
Empresas do grupo	16	1.709	4.222
Adiantamentos de clientes		15.798	7.717
Fornecedores de imobilizado, conta corrente	15	113	1.118
Estado e outros entes públicos	49	4.363	8.818
Outros credores		2.515	2.517
		<b>122.213</b>	<b>97.682</b>
<b>Acréscimos e Diferimentos:</b>			
Acréscimos de custos	50	9.858	10.048
Proveitos diferidos	50	64.062	59.424
Passivos por impostos diferidos	6	105	164
		<b>74.025</b>	<b>69.636</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>625.371</b>	<b>519.429</b>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<b>937.279</b>	<b>770.724</b>
(milhares de Euros)			

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2005.

	Notas	Exercícios	
		2005	2004
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Custo das matérias consumidas	41	40.900	41.588
Fornecimentos e serviços externos		214.449	233.784
<b>Custos com o pessoal:</b>			
Remunerações		49.181	49.323
Encargos sociais		16.222	14.881
		65.403	64.204
Amortizações do imobilizado corpóreo	10	4.861	5.649
Ajustamentos	21	340	-
Provisões	34	476	733
		5.677	6.382
Impostos		2.094	2.427
Outros custos e perdas operacionais		518	519
(A) .....		329.041	348.904
Custos e perdas financeiros	45	50.937	48.826
(C) .....		379.978	397.730
Custos e perdas extraordinários	46	5.473	382
(E) .....		385.451	398.112
Impostos sobre o rendimento do exercício	6 e 49	(926)	3.659
(G) .....		384.525	401.771
Resultado líquido do exercício		66.357	29.860
		450.882	431.631
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Vendas	44	260.006	338.718
Prestações de serviços	44	79.121	51.639
		339.127	390.357
Variação da produção	42	1.674	(28.994)
Trabalhos para a própria empresa		35	9
Proveitos suplementares		3.152	5.966
Reversões de ajustamentos	2	-	5.830
(B) .....		343.988	373.168
Proveitos e ganhos financeiros	45	103.054	52.229
(D) .....		447.042	425.397
Proveitos e ganhos extraordinários	46	3.840	6.234
(F) .....		450.882	431.631
(milhares de Euros)			

Resultados operacionais: (B) - (A) = .....	14.947	24.264
Resultados financeiros: (D-B) - (C-A) = .....	52.117	3.403
Resultados correntes: (D) - (C) = .....	67.064	27.667
Resultados antes de impostos: (F) - (E) = .....	65.431	33.519
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) = .....	66.357	29.860

(milhares de Euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

	Notas	Exercícios	
		2005	2004
Vendas e prestações de serviços	44	339.127	390.357
Custo das vendas e prestações de serviços	52	(293.338)	(346.265)
<b>Resultados brutos</b>		<b>45.789</b>	<b>44.092</b>
Outros proveitos e ganhos operacionais		7.022	12.156
Custos de distribuição		(3.566)	(3.908)
Custos administrativos		(27.622)	(24.672)
Outros custos e perdas operacionais		(8.968)	(2.480)
<b>Resultados operacionais</b>		<b>12.655</b>	<b>25.188</b>
Custo líquido de financiamento	52	(7.660)	(10.825)
Ganhos em filiais e associadas, líquidos	52	63.338	17.055
Ganhos em outros investimentos, líquidos		(2.902)	2.101
<b>Resultados correntes</b>		<b>65.431</b>	<b>33.519</b>
Impostos sobre os resultados correntes	6	926	(3.659)
<b>Resultados líquidos</b>		<b>66.357</b>	<b>29.860</b>
(milhares de Euros)			
<b>Resultados por acção (Euros)</b>		<b>0,158</b>	<b>0,071</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por funções para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

	Notas	Exercícios	
		2005	2004
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		320.945	400.066
Pagamentos a fornecedores		(223.025)	(292.145)
Pagamentos ao pessoal		(69.914)	(68.607)
<b>Fluxos gerados pelas operações</b>		<b>28.006</b>	<b>39.314</b>
Pagamento de imposto sobre o rendimento		3.994	(8.298)
Outros pagamentos relativos à actividade operacional		(11.865)	(15.808)
<b>Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias</b>		<b>20.135</b>	<b>15.208</b>
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		102	3
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(354)	(178)
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>19.883</b>	<b>15.033</b>
 <b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros	51	56.720	20.098
Imobilizações corpóreas		753	1.391
Juros e proveitos similares		8.937	8.642
Dividendos	51	18.328	16.392
		<b>84.738</b>	<b>46.523</b>
 <b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Investimentos financeiros		(518)	(12.758)
Imobilizações corpóreas		(5.401)	(2.403)
		<b>(5.919)</b>	<b>(15.161)</b>
<b>Fluxos das actividades de investimento (2)</b>		<b>78.819</b>	<b>31.362</b>
 <b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Empréstimos obtidos		249.564	599.106
Associadas		1.822	201.764
		<b>251.386</b>	<b>800.870</b>
 <b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Empréstimos obtidos		(171.737)	(809.944)
Juros e custos similares		(18.326)	(27.028)
Associadas		(150.493)	(7.464)
Dividendos		(4.870)	(3.967)
		<b>(345.426)</b>	<b>(848.403)</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>(94.040)</b>	<b>(47.533)</b>
 <b>Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)</b>			
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>		<b>4.662</b>	<b>(1.138)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>		<b>1.586</b>	<b>2.724</b>
		<b>6.248</b>	<b>1.586</b>

(milhares de Euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

**TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.****ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005  
(MONTANTES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)****1 - NOTA INTRODUTÓRIA**

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. ("Teixeira Duarte" ou "Empresa") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 4 de Janeiro de 1934 e tem como actividade principal a Construção Civil e Obras Públicas.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na nota 3 c), infra.

A Empresa irá preparar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas nas quais vão ser incluídas demonstrações financeiras das empresas em que exerce o domínio da gestão.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade para a apresentação de demonstrações financeiras individuais. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

**2 - COMPARABILIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2004**

As quantias relativas ao exercício de 2004 (comparativo) incluídas nas presentes demonstrações financeiras, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas ao POC pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

A reexpressão considerada nas demonstrações financeiras de 2004, foi de 5.830 milhares de Euros, os quais haviam sido considerados na rubrica de "Proveitos extraordinários" e que, face às alterações atrás referidas, passaram a ser considerados na rubrica "Reversões de ajustamentos", resultando num acréscimo dos resultados operacionais e numa redução dos resultados extraordinários no mesmo montante.

**3 - BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Estas demonstrações financeiras reflectem as contas individuais da Empresa, preparadas nos termos legais para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, o que está de acordo com os princípios da contabilidade geralmente aceites, estas demonstrações financeiras somente incluem o efeito da consolidação dos resultados e capitais próprios das empresas participadas, mas não incluem o efeito da consolidação integral ao nível dos activos, passivos, proveitos e custos.

Na Nota 16 é apresentada informação financeira relativa às empresas do grupo e associadas.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

**a) Imobilizações incorpóreas**

As imobilizações incorpóreas são referentes a trespasses correspondentes às diferenças apuradas na compra de participações financeiras, as quais são amortizadas no período expectável de recuperação dos investimentos.

**b) Imobilizações corpóreas**

As amortizações são calculadas, sobre o custo histórico ou reavaliado, a partir do ano de entrada em funcionamento ou início de utilização dos bens, de acordo com o método das quotas constantes. As taxas de amortização praticadas correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 8
Equipamento de transporte	4 a 7
Ferramentas e utensílios	4 a 7
Equipamento administrativo	3 a 10
Outras imobilizações corpóreas	1

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido pela diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial. As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos nessas empresas e o valor proporcional à participação da Empresa nos capitais próprios, à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método, foram registadas na rubrica "Ajustamentos de partes de capital", incluída nos capitais próprios, com excepção das diferenças apuradas na aquisição destas empresas, as quais foram registadas na rubrica "Trespasses".

De acordo com o método da equivalência patrimonial as participações financeiras são ajustadas pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas do grupo e associadas, por contrapartida de ganhos ou perdas financeiros do exercício, e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos de partes de capital". Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os investimentos financeiros em outras empresas participadas, outras aplicações financeiras e os empréstimos concedidos a empresas participadas encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao valor nominal, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado ou de recuperação.

Os rendimentos resultantes de investimentos financeiros em outras empresas participadas e em títulos e aplicações financeiras (dividendos) são registados na demonstração de resultados do exercício em que é decidida e anunciada a sua distribuição.

d) Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

e) Títulos negociáveis

Na sequência do processo de reorganização das participações financeiras do grupo, iniciado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a participação no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF, anteriormente registada em "Investimentos financeiros", foi reclassificada em "Títulos negociáveis" (Nota 17), visto que se aguarda a conclusão do seu processo de alienação para dentro do grupo. Deste modo, entendeu-se por mais adequado manter o método de contabilização aplicado às empresas do grupo e associadas mencionado na alínea c).

f) Reconhecimento dos proveitos e custos relativos a obras em curso

Para o reconhecimento dos proveitos e custos das obras em curso, foi adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, no final de cada exercício, os custos e proveitos relacionados com obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício em função do critério da percentagem de acabamento das obras, o qual é determinado pela comparação e aplicação do menor dos rácios obtido entre os custos incorridos até à data e os custos totais estimados e os proveitos incorridos até à data e os proveitos totais estimados.

São diferidos proveitos de obras de acordo com a legislação aplicável, que se destinam a cobrir eventuais custos a incorrer no período de garantia das obras, bem como eventuais perdas estimadas em obras em curso.

g) Ajustamentos de dívidas a receber

O ajustamento para dívidas a receber foi calculado com base na avaliação das perdas estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores (Notas 21 e 23).

h) Provisões

As provisões destinam-se a cobrir responsabilidades decorrentes da actividade da Empresa e perdas em empresas participadas com capitais próprios negativos (Nota 34).

i) Trabalhos para a própria empresa

Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente aos custos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem custos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

j) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Acréscimos e diferimentos" (Nota 50).

## k) Resultados em Agrupamentos Complementares de Empresas

Conforme disposto na Directriz Contabilística nº24, a Empresa não integrou nas suas demonstrações financeiras a proporção dos activos, passivos, proveitos e custos relativos aos Agrupamentos Complementares de Empresas ("ACE") em que participa, reconhecendo contudo, através do método da equivalência patrimonial a sua proporção nos capitais próprios e resultados desses ACE.

## l) Saldos e transacções expressas em moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros às taxas de câmbio vigentes em 31 de Dezembro de 2005 (Nota 4). As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

## m) Impostos diferidos

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar, em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

**4 - COTAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA**

Em 31 de dezembro de 2005 foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio, para converter para Euros os principais activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

Dólar Americano (USD)	1,1797
Bolívar Venezuelano (VEB)	2.533,1700
Pataca Macaense (MOP)	9,4218
Kwanza Angolano (AON)	95,8524
Metical Moçambicano (MZM)	28.024,4000

**6 - IMPOSTOS**

A Empresa encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 25%, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 10%, resultando uma taxa de imposto agregada de 27,5%.

A Empresa (enquanto sociedade dominante) e algumas das suas participadas (localizadas em Portugal e onde a percentagem de participação é igual ou superior a 90%) encontra-se sujeita, por opção, ao Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, previsto no artigo 63º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2002 a 2005 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões e inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O encargo de imposto registado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 corresponde essencialmente a:

	Base Fiscal	Imposto
Resultado antes de imposto	65.431	
Diferenças permanentes	(71.094)	
Diferenças temporárias	217	
	<u><u>(5.446)</u></u>	
Tributações autónomas		631
<b>Imposto corrente (Nota 49)</b>		<u><u>631</u></u>
Imposto corrente		631
Imposto diferido		(1.557)
<b>Encargo do Exercício</b>		<u><u>(926)</u></u>

As diferenças permanentes incluem, essencialmente, a anulação dos efeitos da equivalência patrimonial e a amortização dos trespasses.

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação dos normativos dos impostos diferidos.

Os movimentos ocorridos no exercício, em resultado da adopção deste normativo, quanto à sua natureza e impacto são como se segue:

	Saldo inicial	Efeito no exercício	Ajustamento	Saldo final
<b>Activos por impostos diferidos:</b>				
Prejuízos fiscais reportáveis	<u><u>-</u></u>	1.498	<u><u>(207)</u></u>	1.291
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>				
Mais-valias fiscais com tributação diferida	<u><u>164</u></u>	<u><u>(59)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>105</u></u>

O movimento ocorrido na coluna de ajustamentos é referente à utilização de prejuízos fiscais no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades.

## 7 - NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 1.684 pessoas.

## 9 - AMORTIZAÇÃO DE "TRESPASSES" PARA ALÉM DE CINCO ANOS

O trespasso apurado na aquisição de uma participação financeira na Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. está a ser amortizado, conforme previsto na Directriz Contabilística nº 1/91, durante um período de 20 anos tendo em conta a expectativa de retorno do referido investimento (nota 10).

## 10 - MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

### Activo bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Equivalência patrimonial	Transferências/abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>						
Trespasse	<u>313.783</u>	<u>-</u>	<u>(52.377)</u>	<u>-</u>	<u>(6.960)</u>	<u>254.446</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>						
Edifícios e outras construções	4.440	5	(134)	-	(7)	4.304
Equipamento básico	47.926	1.339	(1.606)	-	(300)	47.359
Equipamento de transporte	5.130	146	(488)	-	(59)	4.729
Ferramentas e utensílios	21.753	831	(1)	-	(504)	22.079
Equipamento administrativo	14.406	584	(4)	-	522	15.508
Outras imobilizações corpóreas	164	-	-	-	-	164
Imobilizações em curso	399	1.207	-	-	(1.606)	-
	<u>94.218</u>	<u>4.112</u>	<u>(2.233)</u>	<u>-</u>	<u>(1.954)</u>	<u>94.143</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>						
Partes de capital em empresas do grupo	91.351	18.067	-	51.512	-	160.930
Partes de capital em empresas associadas	10.546	-	-	1.781	-	12.327
Empréstimos a empresas associadas	23.467	-	-	-	(2.512)	20.955
Títulos e outras aplicações financeiras	105.404	-	(15.418)	12.748	-	102.734
Outros empréstimos concedidos	2.619	187	-	-	(688)	2.118
	<u>233.387</u>	<u>18.254</u>	<u>(15.418)</u>	<u>66.041</u>	<u>(3.200)</u>	<u>299.064</u>

### Amortizações

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transferências/abates	Saldo final
<b>Imobilizações incorpóreas:</b>					
Trespasse (Nota 45)	<u>63.779</u>	<u>12.722</u>	<u>(10.475)</u>	<u>(2.414)</u>	<u>63.612</u>
<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
Edifícios e outras construções	3.557	270	(86)	(6)	3.735
Equipamento básico	44.848	2.018	(1.586)	(289)	44.991
Equipamento de transporte	4.976	100	(480)	(41)	4.555
Ferramentas e utensílios	20.610	769	(1)	(496)	20.882
Equipamento administrativo	12.569	1.704	(2)	(1.084)	13.187
Outras imobilizações corpóreas	164	-	-	-	164
	<u>86.724</u>	<u>4.861</u>	<u>(2.155)</u>	<u>(1.916)</u>	<u>87.514</u>
<b>Investimentos financeiros:</b>					
Títulos e outras aplicações financeiras	<u>3</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5</u>

A diminuição ocorrida durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, na rubrica de "Trespasse" resulta da regularização dos trespasses contabilizados aquando da aquisição de participação na Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A. e G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A., por se entender que, face aos elementos de informação financeira prospectiva disponível, o valor líquido escriturado dos trespasses não reflectia uma antecipação de benefícios económicos futuros.

O aumento ocorrido durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, na rubrica de "Investimentos financeiros" resulta de:

**- Partes de capital em empresas do grupo:**

Cobertura de resultados transitados negativos na Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	18.031
Constituição da sociedade Lagoasfut - Equipamento Desportivo e Recreativo, S.A.	24
Aumento de capital na Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	12
	<u><b>18.067</b></u>

**- Outros empréstimos concedidos:**

Constituição de prestações acessórias na MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.	<u><b>187</b></u>
--	-------------------

A diminuição verificada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, na rubrica "Investimentos financeiros" resulta de:

**- Títulos e outras aplicações financeiras:**

Alienação de parte da participação na Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	14.912
Alienação de participação na Indáqua Feira - Indústria de Águas de Santa Maria da Feira, S.A.	24
Alienação de participação na Seir - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	442
Alienação de participação na Engenharia Hidráulica de Macau, Lda..	40
	<u><b>15.418</b></u>

As transferências verificadas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, na rubrica "Investimentos financeiros" resultam de:

**- Empréstimos a empresas associadas:**

Reembolso de prestações acessórias na SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.	<u><b>2.512</b></u>
---	---------------------

**- Outros empréstimos concedidos:**

Reembolso de prestações acessórias na Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	<u><b>688</b></u>
---	-------------------

As amortizações dos "Trespasses" encontram-se registadas na demonstração dos resultados na rubrica "Outros custos e perdas financeiros" (Nota 45).

Os ajustamentos registados nas rubricas de investimentos financeiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, em consequência da aplicação do método da equivalência patrimonial, resultam das seguintes situações:

	Ganhos/ perdas	Dividendos recebidos	Ajustamentos partes capital	Total
<b>Partes de capital em empresas do grupo:</b>				
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimento Imobiliários, S.A.	38.583	-	211	38.794
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	12	-	7	19
Epos - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	232	(75)	(75)	82
Tegaven - Teixeira Duarte y Associados, C.A.	(46)	-	38	(8)
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	595	(192)	(72)	331
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	250	(102)	(20)	128
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	1.608	-	322	1.930
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	10.843	-	(1.620)	9.223
Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	63	-	63	126
G.S.C. Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.	521	-	-	521
BEL-ere - Engenharia Reabilitação Estruturas, S.A.	473	-	(96)	377
LagoasFut - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.	(11)	-	-	(11)
	<b>53.123</b>	<b>(369)</b>	<b>(1.242)</b>	<b>51.512</b>
<b>Partes de capital em empresas associadas:</b>				
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	2.499	-	-	2.499
Satu Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.	(718)	-	-	(718)
	<b>1.781</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.781</b>
<b>Partes de capital em outras empresas:</b>				
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	15.000	(12.155)	8.900	11.745
TDO - Investimento e Gestão, Lda.	21	-	2	23
Ferponte - Agrupamento para a Execução de Obras na Ponte sobre o Tejo em Lisboa, ACE	(5)	-	-	(5)
Teisomar - Obras Marítimas, ACE	(1)	-	-	(1)
Accestra - Construção de Estradas, ACE	1.092	-	-	1.092
Três Ponto Dois - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Mod. da Linha do Norte, ACE	848	(501)	-	347
Metrotúnel - Trabalhos de Constr. em Túnel dos 52º e 53º Troços Parciais da Linha Amarela, ACE	(3)	-	54	51
Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE	(23)	(180)	(301)	(504)
	<b>16.929</b>	<b>(12.836)</b>	<b>8.655</b>	<b>12.748</b>
	<b>71.833</b>	<b>(13.205)</b>	<b>7.413</b>	<b>66.041</b>

## 15 - IMOBILIZADO EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a empresa utilizava os seguintes bens em regime de locação financeira:

Rubricas	Valor de aquisição	Amortização acumulada	Valor líquido	Capital em dívida
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
Equipamento básico	<b>144</b>	<b>29</b>	<b>115</b>	<b>113</b>

## 16 - EMPRESAS DO GRUPO, ASSOCIADAS E PARTICIPADAS

Em 31 de Dezembro de 2005, os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas, bem como a principal informação financeira respeitante às mesmas era como segue:

Firma/Sede	Capital próprio	Resultados líquidos	Percentagem participação	Valor da participação
<b>Partes de capital em empresas do grupo:</b>				
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	109.374	38.583	100,00%	109.374
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda. Av. Praia Grande , 693 - Edifício Tai Wha, 8º A - B - Macau	77	15	80,00%	62
E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda. Edifício 1, Lagoas Park - Porto Salvo	6.750	464	50,00%	3.375
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, C.A. Av. Este, 6 - Edif. Centro Parque Carabobo,Piso 6, Of. 601 - Caracas - Venezuela	1.338	(268)	17,04%	228
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A. Edifício 1, Lagoas Park - Porto Salvo	25.740	992	60,00%	15.444
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A. Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	2.516	626	40,00%	1.006
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda. Av. Vinte e Quatro de Julho, nº 141 - Maputo - Moçambique	7.936	3.739	43,00%	3.412
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda. R. Amílcar Cabral, nº 27 C - Luanda - Angola	21.817	13.554	80,00%	17.454
Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda. Av. Vinte e Quatro de Julho, nº 141 - Maputo - Moçambique	641	78	80,00%	513
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A. Rua Pintor Juan Gris, 5 - Madrid - Espanha	6.465	521	100,00%	6.465
BEL -ere - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A. Edifício 1, Lagoas Park - Porto Salvo	3.585	473	100,00%	3.585
LagoasFut - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A. Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	26	(24)	47,00%	12
				<b>160.930</b>
<b>Partes de capital em empresas associadas:</b>				
Scutivas - Autoestradas da Beira Interior, S.A. Rua da Senhora do Porto, nº 930 - Porto	61.637	12.497	20,00%	12.327
SATU-Oeiras - Sistema Automático Transporte Urbano, E.M. (a) Edifício Paço de Arcos E.N. 249/3 Paço de Arcos - Oeiras	(1.755)	(3.221)	49,00%	-
				<b>12.327</b>

(a) Na aplicação do método da equivalência patrimonial, ao valor do capital próprio foi deduzido o valor das prestações acessórias no montante de 20.955 milhares de Euros.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica "Títulos e outras aplicações financeiras" tinha a seguinte composição:

**Outras participações financeiras:**

Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	96.339
Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	1.875
Longapar - SGPS, S.A.	1.006
Imocipar - Imobiliária, S.A.	670
MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.	455
TDO- Investimento e Gestão, Lda.	191
	<b>100.536</b>

**Agrupamentos Complementares de Empresas (a):**

Acestrada - Construção de Estradas, ACE	1.140
Três Ponto Dois - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	848
Metrotúnel - Trabalhos de Construção em Túnel dos 52º e 53º Troços Parciais da Linha Amarela, ACE	51
Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE	50
Teisomar - Obras Marítimas, ACE	1
	<b>2.090</b>

Investimentos financeiros em imóveis	108
	<b>102.734</b>

(a) A participação da Empresa nos Agrupamentos Complementares de Empresas supra indicados resultou da apropriação, na proporção da sua participação, dos resultados acumulados dessas entidades reportados a 31 de Dezembro de 2005, tal como indicado na Nota 3 k).

Em 31 de Dezembro de 2005 os empréstimos concedidos a empresas do grupo e outras empresas participadas, correspondiam a prestações acessórias concedidas às seguintes entidades:

Satu-Oeiras - Sistema Automático Transporte Urbano, E.M.	<b>20.955</b>
Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	1.931
MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.	187
	<b>2.118</b>

As prestações acessórias, conforme disposto na legislação comercial, só poderão ser reembolsadas pelas empresas a quem foram concedidas quando, após o seu pagamento, os respectivos capitais próprios não forem inferiores à soma do capital com a reserva legal.

**Saldos e transacções com empresas do grupo**

Os saldos em 31 de Dezembro de 2005 com empresas do grupo e relacionadas eram como segue:

Empresas do grupo	Clientes, conta corrente	Dívidas de empresas do grupo	Outros devedores	Fornecedores, conta corrente	Dívidas a empresas do grupo	Outros credores
Alvalade, Lda.	5.817	-	-	-	-	-
Angoímo, Lda.	42.614	-	763	7.370	-	-
Avenida, Lda.	1.646	104	-	2	-	-
BEL-ere, S.A.	365	172	-	2.300	5	-
CPE, S.A.	4.147	-	-	1	-	-
LagoasFut, S.A.	295	-	-	-	-	-
E.P.O.S., Lda.	822	-	-	11.203	-	-
Eurogtd, S.A.	50	-	-	2.115	-	-
Fundo Inv.Imob.Fechado TDF	1.070	-	-	-	-	-
GSC, S.A.	-	1.850	-	2	-	-
Máxi, Lda.	1.263	-	-	-	-	-
Metroligeiro, ACE	1.097	-	-	-	-	-
Metropação, ACE	2.000	-	-	801	-	-
MTS, S.A.	-	456	-	12	-	-
OFM, S.A.	121	-	-	462	-	-
Petrin, S.A.	386	-	-	1.252	45	-
SATU-Oeiras, E.M.	14	1.050	-	8	-	-
Scutvias, S.A.	2.430	4.736	-	-	-	-
Serafim L.Andrade, S.A.R.L.	440	-	-	2	-	-
Somafel, S.A.	607	-	-	1.992	-	-
T.D. (Moçambique), Lda.	2.133	32	-	2	-	-
T.D. (Sucursal Angola), S.A.	-	20.581	-	-	-	-
T.D.-G.P.I.I., S.A.	13.427	135.475	-	(52)	1.440	-
TD Via, S.A.	2.667	-	-	-	-	-
TDA - Com. Indústria, Lda.	1.937	-	-	-	-	-
Tegaven, CA	22	280	-	-	-	-
Três Ponto Dois, ACE	75	-	-	3.551	-	-
V8, S.A.	5.872	-	-	-	1	-
Vauco, Lda.	1.441	-	-	-	-	-
Outros	2.442	997	6	801	486	13
	<b>95.200</b>	<b>165.733</b>	<b>769</b>	<b>31.824</b>	<b>1.977</b>	<b>13</b>

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, as transacções com empresas do grupo foram como segue:

Empresas do grupo	Compras imobilizado	Custo das mercadorias	Forn. serv. externos	Custos e perdas financeiros	Vendas	Prestação serviços	Proveitos suplementares	Prov. e ganhos financeiros	Prov. e ganhos extraordinários
Alvalade, Lda.	-	-	-	-	206	395	-	3	-
Angoímo, Lda.	-	-	4.021	-	7.954	4.692	-	6.084	-
Avenida, Lda.	-	-	-	-	37	611	-	-	-
BEL-ere, S.A.	-	-	1.215	-	84	528	295	-	-
CPE, S.A.	-	-	3	-	6.824	52	-	440	-
E.P.O.S., Lda.	-	-	10.503	605	-	229	8	705	-
Eurogtd, S.A.	467	-	1.034	-	-	50	44	-	-
Fundo Inv.Imob.Fechado TDF	-	-	16	-	3.076	-	-	-	-
Máxi, Lda.	-	-	-	-	338	430	-	-	-
Metro de Superfície, ACE	-	-	4.672	(38)	144	402	44	-	-
Metroligeiro, ACE	-	-	2.913	81	10.675	319	592	241	-
Metropação, ACE	-	-	1	3.940	5	4.774	279	70	6
OFM, S.A.	-	-	580	-	480	20	15	-	238
Petrin, S.A.	-	264	1.940	-	431	268	2	-	-
SATU-Oeiras, E.M.	-	-	9	-	-	-	-	1.442	-
Scutvias, S.A.	-	-	-	-	-	205	-	704	-
Serafim L.Andrade, S.A.R.L.	-	-	-	-	349	603	-	-	-
Somafel, S.A.	-	-	4.064	-	58	239	897	-	-
T.D.(Moçambique), Lda.	-	-	-	-	308	1.107	-	-	-
T.D.-G.P.I.I., S.A.	-	-	1.745	-	20.034	537	-	1.117	-
TD Via, S.A.	-	-	-	-	5.502	72	-	-	-
TDA - Com.Indústria, Lda.	-	-	-	-	96	570	-	-	-
TDF - S.G.F.I.I. , S.A.	-	-	18	-	-	397	17	-	-
TDGI, Lda.	-	-	-	-	-	388	-	-	-
TDGI, S.A.	3	-	800	-	-	304	15	-	-
Tivoli Beira, Lda.	-	-	-	-	-	159	-	-	-
Três Ponto Dois, ACE	-	14	6.005	-	31	265	321	-	-
V8, S.A.	-	-	-	-	9.656	135	-	-	-
Vauco, Lda.	-	-	-	-	189	235	-	-	-
Outros	21	12	369	28	(16)	849	199	27	-
	<b>491</b>	<b>291</b>	<b>43.847</b>	<b>681</b>	<b>71.230</b>	<b>14.340</b>	<b>2.519</b>	<b>10.769</b>	<b>245</b>

Os valores de contas a receber de empresas participadas sediadas em Angola, bem como o investimento financeiro nessas empresas, ascendem em 31 de Dezembro de 2005 a, aproximadamente, 168.000 milhares de Euros. Os valores a receber de terceiros sediados nesse país estão adequadamente cobertos por provisões constituídas.

Nas operações comerciais bem como nas operações financeiras, efectuadas entre a Empresa e qualquer outra entidade, sujeita ou não a IRC, com a qual esteja em situação de relações especiais, são contratados, aceites e praticados termos ou condições substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Para atestar o mais elevado grau de comparabilidade entre as referidas operações e as que são praticadas em situações normais de mercado ou de ausência de relações especiais, a Empresa adopta os seguintes métodos:

- Partilha de custos;
- Preço comparável de mercado; e
- Custo majorado.

## 17 - PARTICIPAÇÃO INCLUÍDA NA RUBRICA "TÍTULOS NEGOCIÁVEIS"

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica "Outros títulos negociáveis" tinha a seguinte composição:

Participação	Quantidade títulos detidos	% Participação	Valor nominal	Valor balanço/mercado
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	<u>3.622.800</u>	<u>60,38%</u>	<u>18.070</u>	<u>54.370</u>

## 21 - AJUSTAMENTOS A RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, ocorreram os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de ajustamentos:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Reversão	Abate	Saldo final
Dívidas de terceiros					
Clientes de cobrança duvidosa	35.564	341	-	(1.212)	34.693
Outros devedores	2.217	-	(1)	-	2.216
	<u>37.781</u>	<u>341</u>	<u>(1)</u>	<u>(1.212)</u>	<u>36.909</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa procedeu ao abate de créditos por utilização do ajustamento que se encontrava constituído.

## 23 - DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Em 31 de Dezembro de 2005, existiam dívidas classificadas como de cobrança duvidosa nos montantes de 35.541 milhares de Euros em clientes de cobrança duvidosa e 2.216 milhares de Euros em outros devedores. Estas dívidas encontram-se ajustadas com base nas expectativas de perda pela não cobrança dessas contas a receber, tendo sido registados ajustamentos para essas dívidas de 34.693 milhares de Euros e 2.216 milhares de Euros, respectivamente (Nota 21).

## 31 - COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2005, estavam vigentes contratos de factoring sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 106.597 milhares de Euros. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade da Empresa restringe-se, essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das facturas objecto de factoring.

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa possuía responsabilidades por letras descontadas e não vencidas no montante de 805 milhares de Euros.

## 32 - GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2005, a Empresa tinha prestado garantias bancárias e seguros caução a clientes para efeito de concursos, adiantamentos já recebidos e como garantia de boa execução de obras no montante de, respectivamente 124.774 milhares de Euros e 37.795 milhares de Euros.

Para garantia de contrato mútuo, no valor de 200.000 milhares de Euros, outorgado pela participada Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Empresa deu em penhor à Caixa Geral de Depósitos, 55.000.000 acções da Cimpor - Cimentos de Portugal. SGPS, S.A..

Adicionalmente, a Empresa tem garantias prestadas a empresas do grupo, sob a forma de avales bancários, nos seguintes montantes:

Beneficiário	Divisa	Valor em divisa	Milhares de Euros
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.			48.423
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.			43.538
Tedal - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.			32.422
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.			29.930
TDO - Investimento e Gestão, Lda.	USD	25.000.000	21.192
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.			11.300
TD Via - Sociedade Imobiliária, S.A.			8.996
Avenida - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	USD	9.000.000	7.629
VTD - Veículos Automóveis, S.A.			6.266
Rochaoriental - Sociedade Hoteleira, S.A.			6.070
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	USD	6.550.000	5.552
Metroligeiro - Construção de Infraestruturas, ACE			5.000
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	USD	5.330.000	4.518
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A. / PTG - SGPS, S.A.			3.492
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A. / Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.			2.494
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A. / Sinerama - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.			2.494
Petrin - Petróleos e Investimentos, S.A.			1.748
Recolha - Recolha, Tratamento, Eliminação de Resíduos, S.A.			1.515
BEL-ere, Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.			1.500
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF			1.247
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.			1.199
Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.			1.000
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.			1.000
Quinta do Cravel - Imobiliária, S.A.			1.000
Esta - Gestão de Hoteis, S.A.			998
Angoímo - Empreendimentos e Construções, Lda.	USD	1.000.000	848
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	USD	1.000.000	848
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.			503
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	USD	300.000	254
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.			150
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.			150
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	MZM	3.000.000.000	107
Mercapetro - Produtos Petrolíferos, S.A.			100
Parcauto - Sociedade Imobiliária, S.A.			100
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.			50
			<b>253.633</b>

#### 34 - MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, ocorreram os seguintes movimentos nos saldos das rubricas de provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
Provisões para impostos	<u>733</u>	<u>-</u>	<u>(733)</u>	<u>-</u>
Outras provisões	<u>54</u>	<u>1.386</u>	<u>-</u>	<u>1.440</u>

O aumento de outras provisões inclui os montantes de 860 milhares de Euros e 476 milhares de Euros correspondentes, respectivamente à participação em perdas de empresas participadas (Nota 45) e à cobertura de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.

### 36 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420.000.000 acções com o valor nominal de cinquenta céntimos de Euro cada.

### 37 - PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLECTIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%

Em 31 de Dezembro de 2005, as participações no capital da Empresa acima dos 20% eram como segue:

Accionista	Nº Acções	percentagem de participação
TDG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	161.000.000	38,33%

### 40 - VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas rubricas de capital próprio durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Transferências	Saldo final
Capital	210.000	-	-	-	210.000
<b>Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas:</b>					
Ajustamentos de transição	12.092	-	-	-	12.092
Lucros não atribuídos	72.685	-	-	21.122	93.807
Outras variações nos capitais próprios	(63.143)	9.709	(6.781)	-	(60.215)
Reservas de reavaliação	1	-	-	(1)	-
Reserva legal	7.700	-	-	1.500	9.200
Reservas livres	48.665	-	-	19.688	68.353
<b>Resultados transitados:</b>					
Resultados transitados	6.120	-	-	1	6.121
Lucros não atribuídos	(72.685)	-	-	(21.122)	(93.807)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>29.860</b>	<b>66.357</b>	<b>-</b>	<b>(29.860)</b>	<b>66.357</b>
	<b>251.295</b>	<b>76.066</b>	<b>(6.781)</b>	<b>(8.672)</b>	<b>311.908</b>

#### Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas

A variação verificada nesta rubrica resulta: (i) de variações nos capitais próprios das empresas do grupo e associadas, que não são motivadas pelo resultado do exercício; (ii) da regularização dos montantes contabilizados como trespasso, líquido de amortizações, sobre as participações na Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A. e G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.; e (iii) da diferença no valor de 21.122 milhares de Euros entre os resultados de 2004 das empresas do grupo e associadas, considerados na aplicação do método da equivalência patrimonial, e os resultados distribuídos por essas empresas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, registada por contrapartida de resultados transitados;

#### Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### Aplicação de resultados de 2004

Em reunião de Assembleia Geral de Accionistas realizada em 29 de Abril de 2005 foram aprovadas as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, tendo sido deliberada a seguinte aplicação de resultados:

	Exercício 2004
Dividendos	4.872
Distribuição aos trabalhadores	3.800
Reserva legal	1.500
Reservas livres	19.688
	<u><b>29.860</b></u>

### 41 - CUSTO DAS MATERIAS CONSUMIDAS

O custo das matérias consumidas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foi determinado como segue:

Existências iniciais	1.727
Compras	41.096
Regularização de existências	80
Existências finais	(2.003)
	<u><b>40.900</b></u>

### 42 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, é como segue:

	Produtos acabados e intermédios	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	1.975	12.967
Regularização de existências	80	-
Existências iniciais	(2.333)	(11.015)
Diminuição / Aumento no exercício	<u>(278)</u>	<u>1.952</u>

### 43 - REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram respectivamente:

	Fixas	Variáveis	Totais
Conselho de Administração			
Membros Executivos	870	601	1.471
Membros não Executivos	133	144	277
Fiscal Único	41	-	41
	<u>1.044</u>	<u>745</u>	<u>1.789</u>

### 44 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ACTIVIDADE E MERCADOS GEOGRÁFICOS

As vendas e prestações de serviços no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, distribuem-se da seguinte forma:

	Mercados		Total
	Interno	Externo	
Construção civil e obras públicas	244.131	15.875	260.006
Prestações de serviços	5.841	73.280	79.121
	<u>249.972</u>	<u>89.155</u>	<u>339.127</u>

#### 45 - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
Juros suportados	14.509	19.373	Juros obtidos	15.205	11.210
Perdas em empresas do grupo e associadas	806	1.274	Ganhos em empresas do grupo e associadas	77.726	34.329
Amortizações de investimentos em Imóveis (Nota 10)	2	2	Rendimentos de participação de capital	1.026	120
Provisões para aplicações financeiras (Nota 34)	860	-	Diferenças de câmbio favoráveis	7.790	4.632
Diferenças de câmbio desfavoráveis	12.136	8.556	Descontos de pronto pagamento obtidos	831	1.100
Custos com emissão de obrigações	1.415	988	Rendimentos de Imóveis	33	24
Outros custos e perdas financeiros (a)	21.209	18.633	Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	443	814
	<b>50.937</b>	<b>48.826</b>			
Resultados financeiros	52.117	3.403			
	<b>103.054</b>	<b>52.299</b>			
				<b>103.054</b>	<b>52.229</b>

(a) Esta rubrica inclui o montante de 12.722 milhares de Euros relativos à amortização dos trespasses (Nota 10).

#### 46 - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, têm a seguinte composição:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2005	2004		2005	2004
Donativos	20	47	Ganhos em existências	17	9
Perdas em existências	6	3	Ganhos em imobilizações	696	3.079
Perdas em imobilizações	4.018	64	Benefícios de penalidades contratuais	258	292
Multas e penalidades	2	7	Reduções de provisões (Nota 2 e 34)	733	1.217
Correcções relativas a exercícios anteriores	957	-	Indemnizações	2.022	-
Insuficiência da estimativa para impostos	8	22	Outros proveitos e ganhos extraordinários	114	1.637
Outros custos e perdas extraordinários	462	239			
	<b>5.473</b>	<b>382</b>			
Resultados extraordinários	(1.633)	5.852			
	<b>3.840</b>	<b>6.234</b>			
				<b>3.840</b>	<b>6.234</b>

#### 48 - EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica "Empréstimos por obrigações - não convertíveis" respeita aos seguintes empréstimos por obrigações:

- Um empréstimo obrigacionista no montante de 120.000 milhares de Euros, com emissão em 29 de Março de 2004, por um período de 5 anos, correspondentes a 2.400.000 obrigações, não convertíveis, ao valor nominal de 50 Euros cada, remunerando juros semestral e postecipadamente, a uma taxa indexada à Euribor a seis meses acrescida de 0,875%. O reembolso é efectuado numa única prestação, em 29 de Março de 2009.

- Um empréstimo obrigacionista no montante de 80.000 milhares de Euros, com emissão em 12 de Maio de 2004, por um período de 5 anos, correspondentes a 1.600.000 de obrigações, não convertíveis, ao valor nominal de 50 Euros cada, remunerando juros semestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a seis meses acrescida de 0,875%. O reembolso é efectuado numa única prestação, em 12 de Maio de 2009.

Em 31 de Dezembro de 2005, a rubrica "Dívidas a instituições de crédito", a médio/longo prazo, respeita aos seguintes empréstimos:

- Um empréstimo no montante de 130.000 milhares de Euros, contratado junto do Banco Comercial Português, vencendo juros à taxa Euribor a noventa dias acrescidos de 1%. O capital será amortizado em oito prestações semestrais, iguais e sucessivas, no valor de 16.250 milhares de Euros cada, vencendo-se a primeira em 30 Junho de 2007 e a última em 31 de Dezembro de 2010.

- Um programa grupado de emissões de papel comercial, por subscrição particular contratado em 14 de Outubro de 2005 com o Banco Comercial Português, no montante global de 150.000 milhares de Euros, no qual tomam parte a Empresa e a sua associada Teixeira Duarte - Gestão de Participações de Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 27.800 milhares de Euros e 122.200 milhares de Euros, respectivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações do programa, tendo a Empresa que participar, no mínimo, com 10% do valor total. Estão contratadas dezasseis emissões semestrais e sucessivas pelo valor nominal total do programa, vencendo juros semestral e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a seis meses acrescida de 0,875%, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 14 de Outubro de 2013.

- Um programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 16 de Dezembro de 2005 com o Banco Espírito Santo, no montante global de 50.000 milhares de Euros, no qual tomam parte a Empresa e a sua associada Teixeira Duarte - Gestão de Participações de Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela Empresa. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipada e semestralmente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor de um a seis meses acrescidos de 0,25% e determinada em função da data de realização de cada leilão.

As "Dívidas a instituições de crédito", a curto prazo, vencem juros a taxas normais de mercado.

**49 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos com estas entidades tinham a seguinte composição:

**Saldos devedores:**

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC:

Imposto estimado	(480)
Pagamentos por conta	3
Retenções na fonte	2.169
	1.692
Imposto sobre o Valor Acrescentado	935
	<b>2.627</b>

**Saldos credores:**

Imposto sobre o Valor Acrescentado	2.827
Imposto sobre o Rendimento - retenção na fonte	563
Contribuição para a Segurança Social	970
Restantes impostos	3
	<b>4.363</b>

Os montantes referidos nas rubricas "Imposto estimado", "Pagamento por conta" e "Retenções na fonte" dizem respeito ao apuramento do imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRC) no âmbito do Regime Especial de Tributação dos Grupos de sociedades, conforme mencionado na Nota 6.

Os montantes individuais da Empresa, para as rubricas de "Imposto estimado" e "Retenções na fonte" são, respectivamente 631 milhares de Euros e 1.182 milhares de Euros.

## 50 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2005, os saldos destas rubricas tinham a seguinte composição:

### Acréscimos de proveitos:

Juros a receber	177
Outros	117
	<b>294</b>

### Custos diferidos:

Gastos com emissão de obrigações	4.670
Gastos com emissão de papel comercial	2.550
Juros	645
Seguros pagos antecipadamente	482
Rendas	190
Outros	12
	<b>8.549</b>

### Acréscimos de custos:

Encargos com pessoal	6.320
Encargos financeiros vencidos e não pagos	1.613
Contencioso	271
Seguros a liquidar	5
Outros	1.649
	<b>9.858</b>

### Proveitos diferidos:

Proveitos diferidos em obras ( Nota 3 f )	46.393
Trabalhos facturados e não executados	16.322
Juros de letras a receber diferidos	688
Outros	659
	<b>64.062</b>

Os proveitos diferidos em obras correspondem a valores não reconhecidos como resultados e que se destinam a fazer face a custos a incorrer no período de garantia das obras, tal como indicado na Nota 3 f). Os trabalhos facturados e não executados resultam da aplicação do método da percentagem de acabamento, tal como indicado na Nota 3 f).

## 51 - DISCRIMINAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2005 e de 2004 é como segue:

	2005	2004
Numerário	499	395
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	5.749	1.191
	<b>6.248</b>	<b>1.586</b>

Os dividendos recebidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, líquidos de retenções, foram como se segue:

Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	12.155
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado - TDF	5.072
Três Ponto Dois Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	502
Outros	599
	<b>18.328</b>

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram como segue:

**Alienações de partes de capital:**

Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	52.941
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	352
Engenharia Hidráulica de Macau, Lda.	42
	<b>53.335</b>

**Reembolso de prestações acessórias concedidas:**

SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.	2.697
Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, Lda.	688
	<b>3.385</b>
	<b>56.720</b>

## 52 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Na elaboração desta demonstração foram seguidos os seguintes critérios:

- A rubrica "Custo das vendas e das prestações de serviços" da demonstração dos resultados por funções ("DRF") inclui várias rubricas da demonstração dos resultados por naturezas ("DRN"), nomeadamente fornecimentos e serviços externos, remunerações, amortizações e impostos.
- A rubrica "Custo líquido de financiamento" inclui, essencialmente, o valor líquido dos juros obtidos e suportados e o imposto de selo suportado com os empréstimos obtidos.
- A rubrica "Ganhos em filiais e associadas, líquidos" inclui os ganhos/perdas em empresas do grupo e a amortização dos trespasses.



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas:

### 1. RELATÓRIO

Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório, Balanço, Demonstrações dos Resultados e dos Fluxos de Caixa e respectivos anexos, apresentados pela Administração da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Acompanhámos com regularidade a actividade da empresa, tendo recebido da Administração e dos Serviços todos os elementos e esclarecimentos que entendemos necessários para o desempenho das nossas funções.

No cumprimento da nossa acção fiscalizadora procedemos às verificações que julgámos necessárias, dos livros, registos contabilísticos e documentos de suporte, tendo recebido dos Serviços toda a colaboração solicitada.

As contas foram examinadas por nós na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, tendo emitido a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Revisão.

### 2. PARECER

Considerando que o Relatório do Conselho de Administração descreve com clareza a evolução dos negócios sociais e tendo em consideração a Certificação Legal das Contas, somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Balanço, Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e Demonstração dos fluxos de caixa apresentados pelo Conselho de Administração e referentes ao exercício de 2005;
- b) Sejam aprovados o Relatório de Gestão e a proposta de aplicação de resultados.

Linda-a-Pastora, 19 de Abril de 2006

**O Fiscal Único**

**MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC.**

Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA (Contas individuais)

### INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de 937.279 milhares de euros e um total de capital próprio de 311.908 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 66.357 milhares de euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
  - b) informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e appropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Linda-a-Pastora, 19 de Abril de 2006

**MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC**

Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC



## Demonstrações Financeiras Consolidadas



	Notas	2005	2004
<b>Activos não correntes:</b>			
Goodwill	18	2.753	-
Outros activos intangíveis	19	5.202	4.289
Activos fixos tangíveis	20 e 36	354.520	277.100
Propriedades de investimento	21	309.601	262.248
Investimentos em associadas	22	915.211	696.819
Activos financeiros disponíveis para venda	23	200.430	204.444
Outros investimentos	24	11.519	13.454
Activos por impostos diferidos	25	28.986	30.805
Outros activos não correntes		9.825	8.735
<b>Total de activos não correntes</b>		<b>1.838.047</b>	<b>1.497.894</b>
<b>Activos correntes:</b>			
Existências	9 e 10	177.057	147.587
Clientes	26	241.999	207.820
Outros devedores	26	35.566	29.092
Caixa e equivalentes a caixa	28	76.153	59.034
Outros activos correntes	29	26.694	41.992
<b>Total de activos correntes</b>		<b>557.469</b>	<b>485.525</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	7	<b>2.395.516</b>	<b>1.983.419</b>
<b>Capital próprio:</b>			
Capital	30	210.000	210.000
Ajustamentos de partes capital em associadas		(24.532)	(64.070)
Ajustamentos de conversão cambial		455	(8.279)
Reservas e resultados transitados	31	224.696	146.057
Resultado líquido consolidado		108.283	61.355
<b>Capital próprio atribuível a accionistas</b>		<b>518.902</b>	<b>345.063</b>
Interesses minoritários	32	25.230	21.811
<b>Total capital próprio</b>		<b>544.132</b>	<b>366.874</b>
<b>Passivos não correntes:</b>			
Empréstimos	33	1.056.960	932.876
Provisões	34	5.951	5.843
Fornecedores		-	2.212
Locações financeiras	36	18.075	11.406
Passivos por impostos diferidos	25	35.159	26.854
Outros passivos não correntes	35	93.818	65.001
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>1.209.963</b>	<b>1.044.192</b>
<b>Passivos correntes:</b>			
Empréstimos	33	328.766	295.936
Fornecedores		135.477	115.343
Locações financeiras	36	3.111	2.728
Outros credores		52.265	44.127
Outros passivos correntes	37	121.802	114.219
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>641.421</b>	<b>572.353</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	7	<b>1.851.384</b>	<b>1.616.545</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>2.395.516</b>	<b>1.983.419</b>

(milhares de Euros)

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2005.

	Notas	2005	2004
<b>Proveitos operacionais:</b>			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	629.457	627.588
Outros proveitos operacionais	8	67.080	43.889
<b>Total de proveitos operacionais</b>		<b>696.537</b>	<b>671.477</b>
<b>Custos operacionais:</b>			
Custo das vendas	9	198.105	167.818
Variação produção	10	(12.159)	17.512
Fornecimentos e serviços externos		259.580	253.345
Custos com pessoal	11	131.615	122.848
Amortizações e depreciações	7, 19 e 20	31.434	25.594
Provisões e perdas de imparidade	7 e 34	(446)	959
Outros custos operacionais	13	28.179	34.295
<b>Total de custos operacionais</b>		<b>636.308</b>	<b>622.371</b>
<b>Resultados operacionais</b>		<b>60.229</b>	<b>49.106</b>
Custos e perdas financeiros	7 e 14	57.638	60.590
Proveitos e ganhos financeiros	7 e 14	29.997	12.746
Resultados relativos a actividades de investimento	7 e 14	76.274	60.267
<b>Resultados financeiros</b>		<b>48.633</b>	<b>12.423</b>
<b>Resultados antes de impostos</b>	7	<b>108.862</b>	<b>61.529</b>
Impostos sobre o rendimento	7 e 15	331	(1.237)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>108.531</b>	<b>62.766</b>
(Milhares de Euros)			
Atribuível a:			
Detentores de capital		108.283	61.355
Interesses minoritários	7 e 32	248	1.411
Resultado por acção:			
Básico	16	0,26	0,15
Diluído	16	0,26	0,15

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

Notas	Reservas e resultados transitados										Total
	Capital	Ajustamentos partes de capital em associadas	Ajustamentos de conversão cambial	Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Outras reservas transitados	Resultados transitados	Resultado líquido	Interesses minoritários	
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	210.000	(64.070)	(8.279)	7.700	48.665	(19.326)	1	109.017	61.355	21.811	366.874
<b>Aplicação do resultado consolidado de 2004:</b>											
Transferência para reserva legal e livre	-	-	-	1.500	19.688	-	-	-	(21.188)	-	-
Dividendos distribuídos	17	-	-	-	-	-	-	-	(4.872)	-	(4.872)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	35.295	(35.295)	-	-
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	-	-	8.734	-	-	-	-	-	-	-	8.734
Variação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	23 e 31	-	-	-	-	30.231	-	-	-	-	30.231
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	108.283	248	108.531
Outros	22	-	39.538	-	-	-	(1)	(8.074)	-	3.171	34.634
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>210.000</b>	<b>(24.532)</b>	<b>455</b>	<b>9.200</b>	<b>68.353</b>	<b>10.905</b>	<b>-</b>	<b>136.238</b>	<b>108.283</b>	<b>25.230</b>	<b>544.132</b>
 <b>Saldo em 1 de Janeiro de 2004</b>											
210.000	(74.851)	(11.335)	7.100	45.510	-	245	50.618	10.874	23.326	261.487	
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS	-	19.865	11.335	-	(36.175)	(242)	50.193	-	(630)	44.346	
<b>Saldo inicial reexpresso</b>	<b>210.000</b>	<b>(54.986)</b>	<b>-</b>	<b>7.100</b>	<b>45.510</b>	<b>(36.175)</b>	<b>3</b>	<b>100.811</b>	<b>10.874</b>	<b>22.696</b>	<b>305.833</b>
 <b>Aplicação do resultado consolidado de 2003:</b>											
Transferência para reserva legal e livre	-	-	-	600	3.155	-	-	-	(3.755)	-	-
Dividendos distribuídos	17	-	-	-	-	-	-	-	(3.969)	-	(3.969)
Transferência para resultados transitados	-	-	-	-	-	-	-	3.150	(3.150)	-	-
Variação nos ajustamentos de conversão cambial	-	-	(8.279)	-	-	-	-	-	-	-	(8.279)
Variação do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda	23 e 31	-	-	-	-	16.849	-	-	-	-	16.849
Resultado consolidado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	61.355	1.411	62.766
Outros	22	-	(9.084)	-	-	-	(2)	5.056	-	(2.296)	(6.326)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2004</b>	<b>210.000</b>	<b>(64.070)</b>	<b>(8.279)</b>	<b>7.700</b>	<b>48.665</b>	<b>(19.326)</b>	<b>1</b>	<b>109.017</b>	<b>61.355</b>	<b>21.811</b>	<b>366.874</b>

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

	Notas	2005	2004
<b>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		640.747	719.559
Pagamento a fornecedores		(534.584)	(532.266)
Pagamento ao pessoal		(127.502)	(122.010)
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>		<b>(21.339)</b>	<b>65.283</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		666	(15.522)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional		35.059	(10.140)
<b>Fluxos das actividades operacionais (1)</b>		<b>14.386</b>	<b>39.621</b>
<b>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Investimentos financeiros	28	122.281	27.828
Imobilizações corpóreas		16.877	5.598
Juros e proveitos similares		7.664	5.153
Dividendos	28	33.149	30.229
		<b>179.971</b>	<b>68.808</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Investimentos financeiros	28	(190.080)	(62.879)
Imobilizações corpóreas		(51.103)	(64.200)
Imobilizações incorpóreas		(109)	(2.741)
		<b>(241.292)</b>	<b>(129.820)</b>
<b>Fluxos das actividades de investimentos (2)</b>		<b>(61.321)</b>	<b>(61.012)</b>
<b>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Empréstimos obtidos		<b>1.509.940</b>	<b>1.922.699</b>
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Empréstimos obtidos		(1.395.227)	(1.846.964)
Juros e custos similares		(46.301)	(42.469)
Dividendos		(4.870)	(3.967)
		<b>(1.446.398)</b>	<b>(1.893.400)</b>
<b>Fluxos das actividades de financiamento (3)</b>		<b>63.542</b>	<b>29.299</b>
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)</b>		<b>16.607</b>	<b>7.908</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>2.110</b>	<b>(978)</b>
<b>Caixa e seus equivalentes alteração perímetro</b>		<b>(1.598)</b>	<b>1</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	28	<b>59.034</b>	<b>52.103</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	28	<b>76.153</b>	<b>59.034</b>

(milhares de Euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005**

(VALORES EXPRESSOS EM MILHARES DE EUROS)

## **1 - NOTA INTRODUTÓRIA**

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. ("Teixeira Duarte" ou "Empresa") tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 4 de Janeiro de 1934 e tem como actividade principal a Construção Civil e Obras Públicas.

O universo empresarial da Teixeira Duarte ("Grupo") é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais actividades do Grupo são as seguintes: Construção Civil e Obras Públicas; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Comércio Alimentar; Comércio Automóvel e Distribuição de Combustíveis.

## **2 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

### **2.1 - Bases de apresentação**

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação, ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, efectivas para os exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2005.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo International Accounting Standards Committee ("IASC") e respectivas interpretações, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"), respectivamente, cuja adopção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

Até 31 de Dezembro de 2004, o Grupo elaborou, aprovou e publicou, para efeito do cumprimento da legislação comercial vigente, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

O balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 e as demonstrações financeiras consolidadas dos resultados, dos fluxos de caixa e das variações do capital próprio em 31 de Dezembro de 2004, apresentadas para efeitos comparativos, foram ajustadas por forma a estarem de acordo com os IFRS. Os ajustamentos efectuados com efeito a 1 de Janeiro de 2004, data da transição, foram efectuados de acordo com as disposições do IFRS 1 - Primeira Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro. As divulgações definidas pelo IFRS 1, relativas à transição do normativo contabilístico em vigor em Portugal para os IFRS, são apresentadas na Nota 40. O efeito dos ajustamentos relacionados com a adopção dos IFRS, reportados a 1 de Janeiro de 2004, foram registados em resultados transitados, conforme estabelecido pelo IFRS 1.

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, excepto no que respeita às propriedades de investimento e aos activos financeiros disponíveis para venda.

### **2.2 - Princípios de consolidação**

#### **a) Empresas controladas**

A consolidação das empresas controladas em cada período contabilístico efectuou-se pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, directa ou indirectamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente no balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidada, nas respectivas rubricas de Interesses minoritários (Nota 32).

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição e até à data da sua alienação.

As empresas controladas em 31 de Dezembro de 2005 são apresentadas na Nota 4.1. As transacções e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efectuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respectivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

#### **b) Empresas controladas conjuntamente**

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo é adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas são eliminados na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na Nota 4.3.

#### **c) Concentração de actividades empresariais**

A concentração de actividades empresariais, nomeadamente a aquisição de subsidiárias é registada pelo método de compra. O custo de aquisição corresponde ao agregado dos justos valores, à data da transação, dos activos cedidos, dos passivos incorridos ou assumidos e dos instrumentos de capital próprio emitidos, em troca do controlo da adquirida.

Os activos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

#### **d) Investimentos em associadas**

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas (Nota 4.2) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, excepto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas por contrapartida de Resultados relativos a empresas associadas (Nota 14), e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de Ajustamentos de partes de capital em associadas, bem como pelo reconhecimento de perdas de imparidade.

As perdas em associadas que excedam o investimento efectuado nessas entidades não são reconhecidas, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com essa associada.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

#### e) Goodwill

O *goodwill* representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, na respectiva data de aquisição.

O *goodwill* é registado como activo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente no balanço (Nota 18) ou na rubrica de Investimentos em associadas (Nota 22). Periodicamente e sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração dos resultados do período e não pode ser susceptível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou entidade conjuntamente controlada, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos activos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração de resultados do período em que ocorre a aquisição.

Os *goodwill* relativos a investimentos em filiais sedeadas no estrangeiro encontram-se registados na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertidos para a moeda de reporte do Grupo (Euros) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Ajustamentos de conversão cambial.

#### 2.3 - Activos intangíveis

Os activos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projectos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os activos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advinham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo quando incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como activos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os activos em causa.

Os activos intangíveis para os quais não seja previsível a existência de um período limitado de geração de benefícios económicos futuros são designados activos intangíveis de vida útil indefinida. Estes activos não são amortizados e estão sujeitos a testes de imparidade anuais.

#### 2.4 - Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas de imparidade, quando aplicáveis.

Alguns edifícios foram reavaliados ao respectivo valor de mercado em 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas disposições transitórias do IFRS 1, assumindo-se o valor por essa fórmula apurado, como novo valor de custo.

Os activos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

A quantia depreciável dos activos fixos tangíveis não inclui o valor residual que se estima no final das respectivas vidas úteis. Adicionalmente, a depreciação cessa quando os activos passam a ser classificados como detidos para venda.

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como activo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes activos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados.

## 2.5 - Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

## 2.6 - Imparidade de activos não correntes, excluindo *goodwill*

É efectuada uma avaliação de imparidade à data do balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a extensão da eventual perda de imparidade.

Nas situações em que o activo individualmente não gera cash-flows de forma independente de outros activos, a estimativa do valor recuperável é efectuada para a unidade geradora de caixa a que o activo pertence.

Activos intangíveis de vida útil indefinida são sujeitos a testes de imparidade anuais ou sempre que se verifica existirem indícios de que a mesma exista.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica Provisões e perdas de imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como uma redução na quantia de perdas de imparidade reconhecidas como um gasto do período em que a reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

## **2.7 - Propriedades de investimento**

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo à data de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio directamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial todas as propriedades de investimento são mensuradas pelo respectivo valor que reflecte as condições de mercado à data do balanço. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidas nos resultados do período em que ocorrem e registados na rubrica Variação no justo valor de propriedades de investimento, incluída em outros proveitos operacionais (Nota 8) ou Outros custos operacionais (Nota 13), consoante se tratem de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é determinado através de avaliações reportadas às datas dos balanços, efectuadas, em alguns casos, por uma entidade especializada independente e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado é efectuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos, atendendo aos fluxos de caixa descontados expectáveis.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (IMI) são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do período a que se referem.

## **2.8 - Activos, passivos e transacções em moeda estrangeira**

As transacções em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do período, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio na rubrica de Ajustamentos de conversão cambial.

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira é efectuada considerando a taxa de câmbio vigente à data do balanço, para conversão de activos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas dos demonstrações dos resultados e dos fluxos de caixa.

Os efeitos cambiais dessa conversão, posteriores a 1 de Janeiro de 2004, são registados no capital próprio, na rubrica de Ajustamentos de conversão cambial, sendo transferidos para resultados financeiros aquando da alienação dos correspondentes investimentos.

De acordo com o IAS 21, o *goodwill* e as correcções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para Euros à taxa de câmbio na data de balanço. As diferenças cambiais assim geradas são registadas na rubrica de Ajustamentos de conversão cambial.

## **2.9 - Custos de financiamento**

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados com a aquisição, construção, produção de activos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

## **2.10 - Subsídios**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de activos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas Outros passivos não correntes e correntes e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações dos activos a cuja aquisição se destinaram.

## **2.11 - Existências**

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e semi-acabados, os subprodutos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registados ajustamentos por depreciação de existências pela diferença entre o valor de custo e o respectivo valor de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo.

## **2.12 - Provisões**

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

## **2.13 - Resultados operacionais**

Os resultados operacionais incluem custos com reestruturações e excluem resultados das operações de investimento e de financiamento.

## **2.14 - Instrumentos financeiros**

Activos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo se torna parte na respectiva relação contratual.

### **Caixa e equivalentes a caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes a caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

### **Contas a receber**

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas.

## **Investimentos**

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até à maturidade;
- Activos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até à sua maturidade são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os activos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os activos financeiros disponíveis para venda são classificados como activos não correntes.

Estes investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes.

Os activos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os activos mensurados ao justo valor através de resultados e os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente em capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor até o activo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda de imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos activos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração dos resultados do período na rubrica de Resultados relativos a actividades de investimento (Nota 14).

## **Passivos financeiros e instrumentos de capital**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela Empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

## **Contas a pagar**

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal.

## **Empréstimos bancários**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

## **2.15 - Responsabilidade com pensões**

Durante o exercício em análise, foi possível em empresas do Grupo proceder ao reforço do seguro de reforma dos trabalhadores.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa dessas empresas. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respectivas administrações que se efectuam as contribuições que, em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a sua situação económica e financeira.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efectuadas pelas empresas são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

Assim, as contribuições efectuadas pelas empresas são registadas como custo na data em que são entregues.

## 2.16 - Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual de recuperação futura.

## 2.17 - Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## 2.18 - Contratos de construção

Sempre que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado razoavelmente, a receita e os custos correspondentes são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento do contrato à data do balanço, a qual corresponde à proporção dos custos incorridos face aos custos totais estimados.

As variações nos trabalhos contratados, reclamações e prémios são considerados à medida que vão sendo acordadas.

Quando se torna provável que os custos totais excedam a receita do contrato, a perda prevista é reconhecida como custo de imediato.

## 2.19 - Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no período em que são atribuídos aos sócios ou accionistas.

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual, estes são reconhecidos à medida em que são gerados. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de Outros activos (correntes e não correntes) e Outros passivos (correntes e não correntes).

## 2.20 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

### 3 - ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício de 2004, apresentada em anexo, nem foram registados erros materiais relativos a exercícios anteriores.

### 4 - EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

#### 4.1 EMPRESAS CONTROLADAS

Em 31 de Dezembro de 2005 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, a Empresa-mãe, Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., e as seguintes empresas controladas:

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação efectiva
<b>MERCADO INTERNO</b>		
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS</b>		
BEL-ere - Engenharia e Reabilitação de Estruturas, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, Lda.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%
OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
<b>CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>		
CPE - Companhia de Parques de Estacionamento, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
EUROGTD - Sistemas de Informação, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	75,00%
RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SATU Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.	Edifício Paço de Arcos, E.N. 249/3 Paço de Arcos	49,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
<b>IMOBILIÁRIA</b>		
ALTO DA PEÇA - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
CERRADO DOS OUTEIROS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
CRAVELGEST - Gestão Imobiliária, Lda.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	82,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
GFF - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Av. Infante Santo, nº 64 C, 1º Esq. Lisboa	100,00%

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação efectiva
IMOTD - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
MARTINS & ESTEVES, S.A.	Av. Infante Santo, nº 64 C, 1º Esq. Lisboa	100,00%
PARCAUTO - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	99,80%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	99,81%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEJO VILLAGE - Promoção Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TRANSBRITAL - Transportes e Britas Pio Monteiro & Filhos, S.A.	Pedreira das Perdigueiras - Laveiras Paço de Arcos	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	99,90%

**HOTELARIA**

ALPINUS - Sociedade Hotelaria, S.A.	Pinhal do Conselho - Aldeia das Açoteias Albufeira	50,33%
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	Av. República , nº 1 Faro	100,00%
ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	99,32%
TDH - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%

**DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS**

E.C.T. - Empresa de Comércio de Tabacos, Lda.	Rua Elias Garcia, 410 Amadora	98,58%
LUBRILAMEIRÃO, Lda.	Av. da Liberdade, nº 666 Fafe	95,82%
MERCAPETRO - Produtos Petrolíferos, S.A.	Rua Óscar da Silva, 2243 Leça da Palmeira	55,93%
PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	94,26%
PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	98,58%
PTG - SGPS, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	98,58%
Transportes Centrais de Matosinhos, Lda.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	98,58%

**COMÉRCIO AUTOMÓVEL**

TDO - Investimento e Gestão, Lda.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D Funchal	100,00%
VTD - Veículos Automóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação efectiva
<b>OUTRAS</b>		
TDO - SGPS, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fracção 4 D Funchal	100,00%
Tedal - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDCIM - SGPS, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
<b>MERCADO EXTERNO</b>		
<b>ANGOLA</b>		
<b>CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>		
ANGOCIME - Cimentos de Angola, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 - 1º D Luanda	100,00%
BETANGOLA - Betões e Pré-Fabricados de Angola, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 - 1º D Luanda	100,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 - 1º D Luanda	100,00%
<b>IMOBIILIÁRIA</b>		
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	51,00%
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
CASANGOL - Gestão Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
IMOAFRO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
URBÁFRICA - Sociedade Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 35 - 5º C Luanda	51,00%
URBANGO - Gestão Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C D Luanda	100,00%
<b>HOTELARIA</b>		
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Rua Comandante Che Guevara, 67 - 1º D Luanda	100,00%
Serafim L. Andrade, S.A.R.L.	Rua da Missão, 103 Luanda	80,00%
<b>COMÉRCIO ALIMENTAR</b>		
MAXI - Comércio Geral, Importação e Exportação, Lda.	Rua João Rodrigues, 30 Luanda	80,00%
<b>COMÉRCIO AUTOMÓVEL</b>		
Auto Competição Angola, Lda.	Rua Eugénio de Castro, Instalações do Cine Atlântico - Luanda	70,00%
Comércio de Automóveis, Lda.	Rua Frederich Engels, 9 Luanda	100,00%
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	Rua Francisco das Necessidades Castelo Branco, 39 a 45 - Luanda	100,00%
VAUCO - Automóveis e Equipamentos, Lda.	Rua Ho Chi Min (Largo 1º de Maio) Luanda	51,00%

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação efectiva
<b>ESPAÑA</b>		
<b>CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>		
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
<b>GIBRALTAR</b>		
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS</b>		
Teixeira Duarte International, LTD.	23, Portland House - Glacis Road Gibraltar	100,00%
<b>MACAU E VENEZUELA</b>		
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS</b>		
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Rua de Xangai, 175 Edifício Assoc. Comercial de Macau, 10 A Macau	100,00%
TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, CA.	Av. Este, 6 - Edif. Centro Parque Carabobo, Piso 6, Of. 601 - Caracas - Venezuela	31,71%
<b>MOÇAMBIQUE</b>		
<b>CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS</b>		
Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	72,66%
<b>CONCESSÕES E SERVIÇOS</b>		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	67,41%
<b>IMOBILIÁRIA</b>		
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.R.L.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	100,00%
<b>HOTELARIA</b>		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	100,00%
TIVOLI BEIRA - Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. de Bagamoio, 363 Beira	98,63%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	65,00%

#### 4.2 - EMPRESAS ASSOCIADAS

As empresas associadas que, em 31 de Dezembro de 2005, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação efectiva
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Av. Engº Duarte Pacheco, Torre 1 - 15º Lisboa	48,00%
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	Rua Alexandre Herculano, 35 Lisboa	21,21%
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	Rua das Lagoas, Campo Raso Sintra	40,00%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	Av. 24 de Julho, 141 Maputo	46,40%
SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	20,00%
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	49,75%

#### 4.3 - EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

Em 31 de Dezembro de 2005, as seguintes empresas participadas foram consolidadas pelo método proporcional, dado que a gestão e controlo das mesmas são exercidos conjuntamente com os outros sócios/accionistas:

Denominação Social	Sede	Percentagem de participação efectiva
ACESTRADA - Construção de Estradas, ACE	Praça de Alvalade, 6 - 7º Lisboa	20,00%
ENGIL/MOTA/TEIXEIRA DUARTE - Requalificações Urbanas, ACE	Av. Fabril do Norte, 1601 Matosinhos	33,33%
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	Rua Senhora do Porto, 930 Porto	25,00%
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	Qta. das Beirolas, Estaleiro Moscavide (Parque Expo) - Lisboa	25,00%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	Estrada da Luz, 90 - 6º E Lisboa	26,80%
METROPAÇO - Trabalhos de Construção da Estação do Metropolitano do Terreiro do Paço, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º D Lisboa	33,33%
SOMAFEL E OFM - Obras do Metro, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 93 - 7º Lisboa	36,00%
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
TEIXEIRA DUARTE/SOPOL - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	57,30%
TEISOMAR - Obras Marítimas, ACE	Av. da República, 42 - 2º Lisboa	50,00%
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C Lisboa	50,00%

## 5 - ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais alterações ocorridas no perímetro de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, foram as seguintes:

### Entradas

Firma	Sede social	Percentagem do capital detido	
		Directo	Total
ALPINUS - Sociedade Hotelaria, S.A. (a)	Pinhal do Conselho - Aldeia das Açoteias - Albufeira	-	50,33%
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A. (a)	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	-	100,00%
GFF - Empreendimentos Imobiliários, Lda. (b)	Av. Infante Santo, nº 64 C, 1º Esq. - Lisboa	-	100,00%
LUBRILAMEIRÃO, Lda. (b)	Av. da Liberdade, nº 666 - Fafe	-	95,82%
MARTINS & ESTEVES, S.A. (b)	Av. Infante Santo, nº 64 C, 1º Esq. - Lisboa	-	100,00%
TEJO VILLAGE - Promoção Imobiliária, S.A. (b)	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	-	100,00%
TRANSBRITAL - Transportes e Britas Pio Monteiro & Filhos, S.A. (b)	Pedreira das Perdigueiras - Laveiras - Paço de Arcos	-	100,00%

### Saídas

Firma	Sede social	Percentagem do capital detido	
		Directo	Total
GEDOISIS - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	-	100,00%
MOLINORTE - Linha do Norte - Construção Civil, ACE	Rua Senhora do Porto, 930 - Porto	23,50%	23,50%
S.LUIS DE MARANHÃO - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo	-	100,00%

a) Empresas nas quais passou a ser detida posição de controlo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, anteriormente valorizadas pelo método de equivalência patrimonial.

b) Empresas adquiridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.

### Efeito das entradas e saídas no perímetro de consolidação:

As entradas das empresas acima mencionadas, com efeitos a partir da respectiva data, tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005:

	ALPINUS	BONAPARTE	GFF	LUBRILAMEIRÃO	MARTINS & ESTEVES	TEJO VILLAGE	TRANSBRITAL	TOTAL
<b>Activos e passivos líquidos adquiridos:</b>								
Activos fixos tangíveis (Nota 20)	21.548	208	-	211	-	102	34	22.103
Propriedade de investimento (Nota 21)	-	36.205	-	-	-	-	-	36.205
Investimentos em associadas (Nota 22)	-	-	125	-	115	-	-	240
Existências	36	771	-	-	-	21	700	1.528
Clientes e outros devedores	1.180	4.446	-	39	32	-	37	5.734
Caixa e equivalentes a caixa	24	26	-	13	-	-	81	144
Outros activos correntes	55	408	-	8	-	-	12	483
Impostos diferidos	796	(1.627)	-	-	-	-	-	(831)
Empréstimos	(19.833)	(24.657)	-	-	-	-	(100)	(44.590)
Fornecedores e outros credores	(239)	(1.134)	-	(241)	(95)	(120)	(12)	(1.841)
Provisões	(14)	-	-	-	-	-	-	(14)
Outros passivos correntes	(171)	(825)	(43)	(69)	-	-	(275)	(1.383)
	<u>3.382</u>	<u>13.821</u>	<u>82</u>	<u>(39)</u>	<u>52</u>	<u>3</u>	<u>477</u>	<u>17.778</u>
Goodwill (Nota 18)	-	1.979	-	-	775	-	-	2.754
Preço de aquisição	<u>3.382</u>	<u>15.800</u>	<u>82</u>	<u>(39)</u>	<u>827</u>	<u>3</u>	<u>477</u>	<u>20.532</u>

Os impactos das saídas do perímetro de consolidação, acima mencionadas, foram como segue:

Activos tangíveis	11.249
Existências	1.117
Clientes e outros devedores	117
Caixa e equivalentes a caixa	1.743
Impostos diferidos	60
Empréstimos	(2.383)
Fornecedores e outros credores	(771)
Outros passivos correntes	(15)
	<u><u>11.117</u></u>

## 6 - COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para Euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, bem como os resultados dos segmentos geográficos, que não Portugal, dos exercícios findos naquelas datas, foram os seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho		Câmbio médio	
	2005	2004	2005	2004
Dólar Americano	1,1797	1,3621	1,24753	1,24745
Pataca Macaense	9,4218	10,9057	9,99359	10,0053
Metical Moçambicano	28.024,4	25.314,4	28.150,25385	27.352,53077
Bolívar Venezuelano	2.533,17	2.611,96	2.608,30077	2.330,60692
Kwanza Angolano	95,8524	117,2373	109,06795	103,79392

## 7 - SEGMENTOS DE NEGÓCIO E GEOGRÁFICOS

As principais actividades desenvolvidas pelo Grupo são agrupadas nos seguintes segmentos de negócio:

- Construção civil e obras públicas
- Concessões e serviços
- Imobiliária
- Hotelaria
- Comércio alimentar
- Comércio automóvel
- Distribuição de combustíveis

Os resultados de cada um dos segmentos de negócio acima mencionados, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram os seguintes:

**2005**

	Construção civil e obras públicas	Concessões e serviços	Imobiliária	Hotelaria	Comércio alimentar	Comércio automóvel	Distribuição de combustíveis	Não afectos a segmentos	Eliminações Consolidado
<b>Vendas e prestações de serviços</b>									
Vendas - clientes externos	310.353	31.184	50.040	49.046	54.487	63.071	71.276	-	629.457
Vendas - intragrupo	84.682	6.640	3.974	9.798	3.828	5.446	2.194	-	(116.562)
<b>Total de vendas e prestações serviços</b>	<b>395.035</b>	<b>37.824</b>	<b>54.014</b>	<b>58.844</b>	<b>58.315</b>	<b>68.517</b>	<b>73.470</b>	<b>-</b>	<b>(116.562)</b>
<b>Resultado das operações</b>	<b>31.606</b>	<b>893</b>	<b>28.514</b>	<b>14.247</b>	<b>3.691</b>	<b>8.529</b>	<b>(593)</b>	<b>(26.478)</b>	<b>(180)</b>
Custos e perdas financeiras									57.638
Proveitos e ganhos financeiros									29.997
Resultados relativos a actividades de investimento									76.274
<b>Resultados financeiros</b>									<b>48.633</b>
Resultados antes de impostos									108.862
Imposto sobre o rendimento									331
<b>Resultado líquido do exercício</b>									<b>108.531</b>

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual ascende aos seguintes valores:

	Construção civil e obras públicas	Concessões e serviços	Imobiliária	Hotelaria	Comércio alimentar	Comércio automóvel	Distribuição de combustíveis	Não afectos a segmentos	Consolidado
<b>Resultado imputável aos minoritários do segmento</b>									
	2.306	(2.309)	(419)	(42)	247	812	(347)	-	248

**2004**

	Construção civil e obras públicas	Concessões e serviços	Imobiliária	Hotelaria	Comércio alimentar	Comércio automóvel	Distribuição de combustíveis	Não afectos a segmentos	Eliminações Consolidado
<b>Vendas e prestações de serviços</b>									
Vendas - clientes externos	389.885	17.352	19.522	41.548	43.832	45.622	69.827	-	627.588
Vendas - intragrupo	96.066	4.981	2.987	5.390	3.558	2.929	1.152	-	(117.063)
<b>Total de vendas e prestações de serviços</b>	<b>485.951</b>	<b>22.333</b>	<b>22.509</b>	<b>46.938</b>	<b>47.390</b>	<b>48.551</b>	<b>70.979</b>	<b>-</b>	<b>(117.063)</b>
<b>Resultado das operações</b>	<b>46.032</b>	<b>(1.894)</b>	<b>12.996</b>	<b>11.304</b>	<b>3.686</b>	<b>2.325</b>	<b>(4.180)</b>	<b>(21.002)</b>	<b>(161)</b>
Custos e perdas financeiras									60.590
Proveitos e ganhos financeiros									12.746
Resultados relativos a actividades de investimento									60.267
<b>Resultados financeiros</b>									<b>12.423</b>
Resultados antes de impostos									61.529
Imposto sobre o rendimento									(1.237)
<b>Resultado líquido do exercício</b>									<b>62.766</b>

As transacções inter-segmento são realizadas a preços de mercado.

O resultado líquido evidenciado corresponde à totalidade do resultado do segmento, sem consideração da parte imputável a accionistas minoritários, a qual ascende aos seguintes valores:

	Construção civil e obras públicas	Concessões e serviços	Imobiliária	Hotelaria	Comércio alimentar	Comércio automóvel	Distribuição de combustíveis	Não afectos a segmentos	Consolidado
<b>Resultado imputável aos minoritários do segmento</b>									
1.208		(449)	90	247	366	129	(180)	-	1.411

Outras informações:

**2005**

	Construção civil e obras públicas	Concessões e serviços	Imobiliária	Hotelaria	Comércio alimentar	Comércio automóvel	Distribuição de combustíveis	Não afectos a segmentos	Eliminações Consolidado
<b>Dispêndios de capital fixo</b>									
17.089		24.409	44.423	3.105	3.664	1.007	1.579	59.048	-
Depreciações e amortizações em resultados	15.721	3.627	2.853	6.365	497	974	1.388	9	-
Provisões reconhecidas em resultados	(262)	(170)	-	(21)	-	-	7	-	(446)

Os itens do activo e passivo por segmento, em 31 de Dezembro de 2005, e a respectiva reconciliação com o total consolidado são como segue:

	Construção civil e obras públicas	Concessões e serviços	Imobiliária	Hotelaria	Comércio alimentar	Comércio automóvel	Distribuição de combustíveis	Não afectos a segmentos	Eliminações Consolidado
<b>Activos relativos aos segmentos</b>									
Activos relativos aos segmentos	828.391	123.634	1.481.483	249.974	33.391	82.004	57.949	285.161	(1.661.682)
Investimentos em associadas									915.211
<b>Total do activo consolidado</b>									<b>2.395.516</b>

**Passivo**

Passivos relativos aos segmentos	802.281	94.148	1.156.585	174.516	25.767	38.123	50.457	37.741	(528.234)	1.851.384
<b>Total do passivo consolidado</b>										

**2004**

	Construção civil e obras públicas	Concessões e serviços públicas	Imobiliária	Hotelaria	Comércio alimentar	Comércio automóvel	Distribuição de combustíveis	Não afectos a segmentos	Eliminações	Consolidado
Dispêndios de capital fixo	11.209	42.320	13.148	1.135	593	1.770	1.610	1.377	-	73.162
Depreciações e amortizações em resultados	14.408	2.198	1.772	4.638	210	992	1.374	2	-	25.594
Provisões reconhecidas em resultados	952	-	-	-	-	-	7	-	-	959

Os itens do activo e passivo por segmento, em 31 de Dezembro de 2004, e a respectiva reconciliação com o total consolidado são como segue:

	Construção civil e obras públicas	Concessões e serviços públicas	Imobiliária	Hotelaria	Comércio alimentar	Comércio automóvel	Distribuição de combustíveis	Não afectos a segmentos	Eliminações	Consolidado
<b>Activos relativos aos segmentos</b>										
Activos relativos aos segmentos	<u>598.091</u>	<u>93.990</u>	<u>1.098.059</u>	<u>164.263</u>	<u>20.324</u>	<u>62.263</u>	<u>57.154</u>	<u>241.763</u>	<u>(1.049.307)</u>	<u>1.286.600</u>
Investimentos em associadas										696.819
Total do activo consolidado										<u>1.983.419</u>
<b>Passivo</b>										
Passivos relativos aos segmentos	<u>655.115</u>	<u>59.190</u>	<u>847.365</u>	<u>123.139</u>	<u>16.388</u>	<u>30.006</u>	<u>53.870</u>	<u>93.214</u>	<u>(261.742)</u>	<u>1.616.545</u>
Total do passivo consolidado										<u>1.616.545</u>

As vendas e prestações de serviços por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004:

	2005	2004
Portugal	397.973	462.245
Angola	196.009	138.501
Espanha	20.856	14.924
Moçambique	13.484	11.668
Marrocos	695	-
Macau e Venezuela	263	250
França	166	-
Outros	11	-
	<u>629.457</u>	<u>627.588</u>

## 8 - PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os proveitos operacionais distribuíram-se como segue:

	2005	2004
<b>Vendas e prestações de serviços:</b>		
Vendas	445.147	448.682
Prestações de serviços	<u>184.310</u>	<u>178.906</u>
	<u>629.457</u>	<u>627.588</u>
<b>Outros proveitos operacionais:</b>		
Trabalhos para a própria empresa (a)	26.568	4.837
Alienação de activos (b)	14.887	2.267
Proveitos suplementares	12.679	7.607
Benefícios de penalidades contratuais	906	303
Subsídios para investimento	617	1.636
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 21)	588	7.419
Correcções exercícios anteriores	533	110
Reversão de ajustamentos de contas a receber	453	5.905
Reversão de ajustamentos de existências	262	266
Subsídios à exploração	57	114
Reversão de ajustamentos de outros investimentos	-	2.927
Outros proveitos operacionais	<u>9.530</u>	<u>10.498</u>
	<u>67.080</u>	<u>43.889</u>
	<u>696.537</u>	<u>671.477</u>

(a) - Os trabalhos para a própria empresa correspondem essencialmente à construção de imóveis no Empreendimento Lagoas Park.

(b) - Os ganhos indicados foram obtidos, essencialmente, com a alienação de activos fixos tangíveis no montante de 10.551 milhares de Euros e com a alienação de activos e passivos de empresas que saíram de perímetro de consolidação no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, no montante de 4.336 milhares de Euros.

## 9 - CUSTOS DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o custo das vendas foi como segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
<b>Activo bruto:</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	8.533	48.943	57.476
Alteração de perímetro (Nota 5)	36	5	41
Regularização de existências	(231)	45	(186)
Compras	31.069	186.993	218.062
Custo do exercício	(28.689)	(169.416)	(198.105)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<b>10.718</b>	<b>66.570</b>	<b>77.288</b>

### Ajustamentos acumulados a existências:

Saldo em 1 de Janeiro de 2005	47	2.994	3.041
Reforços	-	216	216
Reduções e utilizações	-	(1.112)	(1.112)
Ajustamentos	459	224	683
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<b>506</b>	<b>2.322</b>	<b>2.828</b>

### Valor líquido

<b>10.212</b>	<b>64.248</b>	<b>74.460</b>
---------------	---------------	---------------

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
<b>Activo bruto:</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	7.168	48.323	55.491
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	2.343	66	2.409
Saldo inicial reexpresso	9.511	48.389	57.900
Regularização de existências	(88)	(29)	(117)
Compras	75.394	92.117	167.511
Custo do exercício	(76.284)	(91.534)	(167.818)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	<b>8.533</b>	<b>48.943</b>	<b>57.476</b>

### Ajustamentos acumulados a existências:

Saldo em 1 de Janeiro de 2004	53	1.120	1.173
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	-	2.506	2.506
Saldo inicial reexpresso	53	3.626	3.679
Reforços	-	429	429
Reduções e utilizações	(6)	(930)	(936)
Ajustamentos	-	(131)	(131)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	<b>47</b>	<b>2.994</b>	<b>3.041</b>

### Valor líquido

<b>8.486</b>	<b>45.949</b>	<b>54.435</b>
--------------	---------------	---------------

## 10 - DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 é como segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
<b>Activo bruto:</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	90.835	2.529	93.364
Alteração de perímetro (Nota 5)	(1.096)	1.986	890
Regularização de existências	263	(913)	(650)
Transferências	1.890	(7)	1.883
Aumento / redução do exercício	5.691	6.468	12.159
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<b>97.583</b>	<b>10.063</b>	<b>107.646</b>

### Ajustamentos acumulados a existências:

Saldo em 1 de Janeiro de 2005	212	-	212
Alteração de perímetro (Nota 5)	-	520	520
Reforços	4.529	-	4.529
Reduções e utilizações	(212)	-	(212)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<b>4.529</b>	<b>520</b>	<b>5.049</b>

### Valor líquido

<b>93.054</b>	<b>9.543</b>	<b>102.597</b>
---------------	--------------	----------------

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
<b>Activo bruto:</b>			
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	97.712	8.842	106.554
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	2.264	10	2.274
Saldo inicial reexpresso	99.976	8.852	108.828
Regularização de existências	798	(162)	636
Transferências	1.412	-	1.412
Aumento / redução do exercício	(11.351)	(6.161)	(17.512)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	<b>90.835</b>	<b>2.529</b>	<b>93.364</b>

### Ajustamentos acumulados a existências:

Saldo em 1 de Janeiro de 2004	260	-	260
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	-	-	-
Saldo inicial reexpresso	260	-	260
Reforços	212	-	212
Reduções e utilizações	(260)	-	(260)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	<b>212</b>	<b>-</b>	<b>212</b>

### Valor líquido

<b>90.623</b>	<b>2.529</b>	<b>93.152</b>
---------------	--------------	---------------

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 os produtos e trabalhos em curso respeitam ao seguinte:

	2005	2004
Obras em curso - diferença entre custos incorridos e valores facturados	14.564	15.785
Empreendimentos imobiliários	83.019	75.050
	<b>97.583</b>	<b>90.835</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os empreendimentos imobiliários encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	29.059	21.460
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	28.670	15.640
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	20.008	27.289
PARCAUTO - Sociedade Imobiliária, S.A.	4.156	3.862
ALTO DA PEÇA - Imobiliária, S.A.	695	695
ANGOIMO - Empreendimentos e construções, Lda.	410	355
TEJO VILLAGE - Promoção Imobiliária, S.A.	21	-
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	4.632
S. Luis de Maranhão - Gestão Imobiliária, S.A.	-	1.117
	<b>83.019</b>	<b>75.050</b>
	<b>83.019</b>	<b>75.050</b>

## 11 - CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, por segmento de negócio, foi o seguinte:

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Construção civil e obras públicas	3.857	3.856
Concessões e serviços	641	527
Imobiliário	53	32
Hotelaria	1.092	1.041
Comércio alimentar	267	187
Comércio automóvel	321	297
Distribuição de combustíveis	131	140
	<b>6.362</b>	<b>6.080</b>
	<b>6.362</b>	<b>6.080</b>

Os custos com o pessoal nos exercícios findos naquelas datas foram como segue:

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Salários	66.821	61.497
Outras remunerações	36.895	35.751
Encargos com remunerações	16.458	15.523
Seguros	4.512	4.313
Benefícios de reforma (a)	2.713	2.107
Outros custos com o pessoal	4.216	3.657
	<b>131.615</b>	<b>122.848</b>
	<b>131.615</b>	<b>122.848</b>

(a) - Os encargos com benefícios de reforma resultam de contribuições efectuadas para o seguro de reforma (Nota 2.15)

## 12 - LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram reconhecidos custos de 760 milhares de Euros e 810 milhares de Euros, respectivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional.

As rendas de contratos de locação operacional mantidos pelo Grupo em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, apresentam os seguintes vencimentos:

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Vencimento:		
2005	-	797
2006	645	448
2007	275	112
2008	95	4
2009 e seguintes	40	-
	<b>1.055</b>	<b>1.361</b>
	<b>1.055</b>	<b>1.361</b>

### 13 - OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram como segue:

	2005	2004
Impostos	11.986	16.744
Ajustamentos às existências (Nota 9 e 10)	4.745	641
Ajustamentos às dívidas a receber (Nota 26)	2.509	4.462
Perdas incorridas na alienação de activos (a)	2.089	577
Ofertas e amostras de existências	1.676	2.344
Correcções exercícios anteriores	1.630	1.918
Dívidas incobráveis	617	8
Quotizações	145	156
Multas e penalidades	115	649
Donativos	55	59
Despesas com propriedade industrial	14	293
Outros custos operacionais	2.598	6.444
	<b><u>28.179</u></b>	<b><u>34.295</u></b>

a) - As perdas indicadas foram incorridas, essencialmente, com a alienação de activos fixos tangíveis no montante de 610 milhares de Euros e com a alienação de activos e passivos de empresas que saíram de perímetro de consolidação no exercício de fendo em 31 de Dezembro de 2005, no montante de 1.479 milhares de Euros.

### 14 - RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 foram os seguintes:

	2005	2004
<b>Custos e perdas financeiras</b>		
Juros suportados	45.607	40.669
Diferenças de câmbio desfavoráveis	6.308	10.267
Descontos de pronto pagamento concedidos	7	-
Outros custos e perdas financeiros	5.716	9.654
	<b><u>57.638</u></b>	<b><u>60.590</u></b>
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>		
Juros obtidos	8.554	5.241
Rendimentos de imóveis	53	207
Diferenças de câmbio favoráveis	20.140	3.509
Descontos de pronto pagamento obtidos	901	1.310
Outros proveitos e ganhos financeiros	349	2.479
	<b><u>29.997</u></b>	<b><u>12.746</u></b>
<b>Resultados relativos a actividades de investimento</b>		
Resultados relativos a empresas associadas (a)	67.858	50.806
Dividendos (b)	8.591	7.264
Outros investimentos	(28)	(4)
Ganhos / perdas em activos disponíveis para venda (Nota 23)	(147)	2.201
	<b><u>76.274</u></b>	<b><u>60.267</u></b>

(a) - Os resultados relativos a empresas associadas do exercício fendo em 31 de Dezembro de 2005, incluem o efeito da aplicação da equivalência patrimonial aos investimentos em associadas no montante de 71.730 milhares de Euros (Nota 22), bem como a menos valia apurada na alienação de um lote de acções da CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A., no montante de 3.872 milhares de Euros.

(b) - Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os valores apresentados correspondem essencialmente a dividendos recebidos de activos financeiros disponíveis para venda, de 6.482 milhares de Euros e 7.141 milhares de Euros, respectivamente.

## 15 - IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas ("IRC"), actualmente à taxa de 25%, acrescida de Derrama até à taxa máxima de 10%, atingindo uma taxa agregada de 27,5%. No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

A Empresa e as participadas detidas em pelo menos 90%, localizadas em Portugal, encontram-se sujeitas ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades (a partir do exercício de 2003). Este regime consiste na agregação dos resultados tributáveis de todas as sociedades incluídas no perímetro de tributação, conforme estabelecido no artigo 63º do Código do IRC, deduzidos dos dividendos distribuídos, aplicando-se ao resultado global assim obtido a taxa de IRC, acrescida da respectiva derrama.

No apuramento da matéria colectável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre os resultados contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive e cinco anos após 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2002 a 2005 ainda poderão estar sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspecções fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2005.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos activos e passivos e a correspondente base fiscal (Nota 25).

O encargo de imposto registado nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 pode ser apresentado do seguinte modo:

	2005	2004
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	2.559	5.061
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	2.211	865
	<hr/> 4.770	<hr/> 5.926
Imposto diferido (Nota 25):	(4.439)	(7.163)
	<hr/> <b>331</b>	<hr/> <b>(1.237)</b>

Para além dos montantes de impostos diferidos registados directamente na demonstração dos resultados, foram registados impostos diferidos no montante de 11.801 milhares de Euros (5.651 milhares de Euros em 2004) directamente como redução dos capitais próprios relativos, essencialmente, à variação na valorização dos activos financeiros disponíveis para venda (Nota 23).

## 16 - RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2005	2004
<b>Resultado básico por acção</b>		
Resultado para efeito de cálculo dos resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	108.283	61.355
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por acção básico	<hr/> 0,26	<hr/> 0,15

Pelo facto de, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 não existirem efeitos diluidores do resultado por acção, o resultado diluído por acção é igual ao resultado básico por acção.

## 17 - DIVIDENDOS

Conforme deliberação da Assembleia Geral de Accionistas realizada em 29 de Abril de 2005, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram pagos dividendos de 0,0116 Euros por acção (0,00945 Euros por acção em 2004), no valor global de 4.872 milhares de Euros (3.969 milhares de Euros em 31 de Dezembro de 2004).

Relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Conselho de Administração propõe um dividendo de 0,015 Euros por acção, o qual deverá ser pago em Maio de 2006.

## 18 - GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o movimento ocorrido nos valores do *goodwill* apurados na aquisição de empresas subsidiárias ou controladas conjuntamente, bem como nas respectivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2005	2004
<b>Valor bruto:</b>		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	2.753	-
Saldo final	<b>2.753</b>	-
<b>Perdas de imparidade acumuladas:</b>	-	-
<b>Valor líquido:</b>	<b>2.753</b>	-

Os valores do *goodwill* apurados nas aquisições ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 respeitam às seguintes entidades (Nota 5):

BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	1.979
MARTINS & ESTEVES, S.A.	774
	<b>2.753</b>

Os *goodwill* relativos a empresas associadas encontram-se evidenciados na Nota 22.

Os valores do *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

As análises de imparidade são efectuadas atendendo aos fluxos de caixa descontados de cada uma das unidades geradoras de caixa a que se encontram afectos, tendo por base as projecções financeiras mais recentes aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração.

## 19 - OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos nos activos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2005			
	Propriedade industrial	Outros	Imobilizado em curso	Total
<b>Activo bruto:</b>				
Saldo inicial	8.149	152	-	8.301
Efeito da conversão cambial	474	-	-	474
Adições	1.386	97	-	1.483
Transferências	457	-	-	457
Saldo final	<b>10.466</b>	<b>249</b>	-	<b>10.715</b>
<b>Amortizações e perdas de imparidades acumuladas:</b>				
Saldo inicial	3.883	129	-	4.012
Efeito da conversão cambial	35	1	-	36
Transferências	13	-	-	13
Reforços	1.397	55	-	1.452
Saldo final	<b>5.328</b>	<b>185</b>	-	<b>5.513</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>5.138</b>	<b>64</b>	-	<b>5.202</b>

	2004			
	Propriedade industrial	Outros	Imobilizado em curso	Total
<b>Activo bruto:</b>				
Saldo inicial	4.739	3.915	3.486	12.140
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	3.320	(3.820)	-	(500)
Saldo inicial reexpresso	8.059	95	3.486	11.640
Adições	627	55	-	682
Alienações	(82)	-	-	(82)
Transferências	(214)	2	(3.486)	(3.698)
Efeito da conversão câmbial	(241)	-	-	(241)
Saldo final	8.149	152	-	8.301
<b>Amortizações e perdas de imparidades acumuladas:</b>				
Saldo inicial	834	3.707	-	4.541
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	2.416	(3.641)	-	(1.225)
Saldo inicial reexpresso	3.250	66	-	3.316
Alienações	(7)	-	-	(7)
Transferências	(188)	(1)	-	(189)
Efeito da conversão câmbial	(12)	-	-	(12)
Reforços	840	64	-	904
Saldo final	3.883	129	-	4.012
<b>Valor líquido:</b>	<b>4.266</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>4.289</b>

## 20 - ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2005, os movimentos ocorridos nos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2005									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Adiantam. por conta activos fixos tangíveis	Total
<b>Activo bruto:</b>										
Saldo inicial	34.085	178.238	153.107	20.140	23.697	29.998	2.831	43.271	1.465	486.832
Alteração de perímetro (Nota 5)	8.113	4.413	6.681	422	35	265	(3)	-	-	19.926
Efeito de conversão cambial	49	16.925	5.564	3.428	9	2.420	211	789	1	29.396
Adições	1.458	6.283	16.040	3.779	1.103	1.591	241	51.539	-	82.034
Transferências e abates	6.916	28.618	(4.364)	(3.063)	(503)	(391)	(146)	(36.849)	(1.458)	(11.240)
Alienações	(31)	(3.424)	(4.359)	(1.680)	(58)	(123)	(161)	-	-	(9.836)
Saldo final	<b>50.590</b>	<b>231.053</b>	<b>172.669</b>	<b>23.026</b>	<b>24.283</b>	<b>33.760</b>	<b>2.973</b>	<b>58.750</b>	<b>8</b>	<b>597.112</b>
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>										
Saldo inicial	-	34.054	115.518	15.359	22.184	20.773	1.844	-	-	209.732
Alteração de perímetro (Nota 5)	164	3.148	5.117	413	29	192	9	-	-	9.072
Efeito de conversão cambial	-	5.235	4.157	2.846	5	1.357	190	-	-	13.790
Reforços	-	9.485	14.050	2.351	988	2.857	251	-	-	29.982
Transferências e abates	-	(2.969)	(3.978)	(4.162)	(503)	(1.571)	(101)	-	-	(13.284)
Alienações	-	(1.162)	(3.964)	(1.347)	(52)	(84)	(91)	-	-	(6.700)
Saldo final	164	47.791	130.900	15.460	22.651	23.524	2.102	-	-	242.592
	<b>50.426</b>	<b>183.262</b>	<b>41.769</b>	<b>7.566</b>	<b>1.632</b>	<b>10.236</b>	<b>871</b>	<b>58.750</b>	<b>8</b>	<b>354.520</b>

	2004									
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Adiantam. por conta activos fixos tangíveis	Total
<b>Activo bruto:</b>										
Saldo inicial	31.742	144.578	146.353	17.667	23.834	34.063	3.787	28.440	7	430.471
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	-	14.844	858	2.134	-	(3.215)	100	(21)	-	14.700
Saldo inicial reexpresso	31.742	159.422	147.211	19.801	23.834	30.848	3.887	28.419	7	445.171
Efeito de conversão cambial	36	(3.974)	(1.351)	(493)	(36)	(1.155)	(231)	(883)	(1)	(8.088)
Adições	662	11.488	8.224	2.914	478	1.181	373	44.660	53	70.033
Transferências e abates	1.990	13.610	4.759	(702)	(549)	(687)	(1.160)	(28.920)	1.406	(10.253)
Alienações	(345)	(2.308)	(5.736)	(1.380)	(30)	(189)	(38)	(5)		(10.031)
<b>Saldo final</b>	<b>34.085</b>	<b>178.238</b>	<b>153.107</b>	<b>20.140</b>	<b>23.697</b>	<b>29.998</b>	<b>2.831</b>	<b>43.271</b>	<b>1.465</b>	<b>486.832</b>
<b>Depreciações e perdas de imparidade acumuladas</b>										
Saldo inicial	-	26.854	111.851	13.665	21.422	21.389	1.945	-	-	197.126
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	-	2.172	223	1.847	-	(2.307)	98	-	-	2.033
Saldo inicial reexpresso	-	29.026	112.074	15.512	21.422	19.082	2.043	-	-	199.159
Efeito de conversão cambial	-	(985)	(1.113)	(467)	(30)	(798)	(65)	-	-	(3.458)
Reforços	-	6.534	11.524	1.990	1.368	2.882	392	-	-	24.690
Transferências e abates	-	25	(1.782)	(454)	(547)	(259)	(489)	-	-	(3.506)
Alienações	-	(546)	(5.185)	(1.222)	(29)	(134)	(37)	-	-	(7.153)
<b>Saldo final</b>	<b>-</b>	<b>34.054</b>	<b>115.518</b>	<b>15.359</b>	<b>22.184</b>	<b>20.773</b>	<b>1.844</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>209.732</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>34.085</b>	<b>144.184</b>	<b>37.589</b>	<b>4.781</b>	<b>1.513</b>	<b>9.225</b>	<b>987</b>	<b>43.271</b>	<b>1.465</b>	<b>277.100</b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o valor líquido dos bens adquiridos com recurso a locação financeira totalizava:

	2005	2004
Terrenos e recursos naturais	4.774	1.159
Edifícios e outras construções	10.613	6.380
Equipamento básico	6.851	7.922
Equipamento de transporte	375	1.065
Ferramentas e utensílios	81	18
Outros activos fixos tangíveis	23	-
	<b>22.717</b>	<b>16.544</b>

## 21 - PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Conforme referido na Nota 2.7, o Grupo regista as propriedades de investimento ao seu valor de mercado.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

Saldo em 1 de Janeiro de 2005	262.248
Alteração de perímetro (Nota 5)	36.205
Efeito de conversão cambial	348
Aumentos / Alienações	10.499
Variação no justo valor (Nota 8)	588
Transferências para activos tangíveis	(287)
<b>Saldo em 31 de Dezembro de 2005</b>	<b>309.601</b>

Saldo em 1 de Janeiro de 2004	177.696
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	<u>63.900</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	241.596
Efeito de conversão cambial	(458)
Aumentos / Alienações	13.691
Variação no justo valor (Nota 8)	7.419
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	<u><b>262.248</b></u>

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração foi determinado através de avaliações reportadas às datas dos balanços, efectuadas em alguns casos por uma entidade especializada independente e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado foi efectuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos, atendendo aos fluxos de caixa descontados expectáveis.

## 22 - INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As partes de capital detidas em empresas associadas referidas na Nota 4.2, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004:

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	243.862	452.957	696.819
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 14)	71.730	-	71.730
- Efeito em capitais próprios	39.538	-	39.538
- Dividendos recebidos	(24.378)	-	(24.378)
Aumentos	130.380	59.040	189.420
Alienações	(15.354)	(41.901)	(57.255)
Transferências	(663)	-	(663)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<u><b>445.115</b></u>	<u><b>470.096</b></u>	<u><b>915.211</b></u>

Saldo em 1 de Janeiro de 2004	204.653	462.323	666.976
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	<u>19.865</u>	(10.657)	9.208
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	224.518	451.666	676.184
Efeitos da aplicação do método de equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 14)	50.806	-	50.806
- Efeito em capitais próprios	(9.084)	-	(9.084)
- Dividendos recebidos	(22.966)	-	(22.966)
Aumentos	722	1.377	2.099
Alienações	(17)	-	(17)
Transferências	(122)	-	(122)
Outros	5	(86)	(81)
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	<u><b>243.862</b></u>	<u><b>452.957</b></u>	<u><b>696.819</b></u>

As aquisições e aumentos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 respeitam à aquisição pelo Grupo de uma participação de 48% no capital da C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A., cujo valor de aquisição ascendeu a 101.880 milhares de Euros e ao reforço da participação na CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A., cujo valor de aquisição ascendeu a 87.540 milhares de Euros.

O detalhe dos investimentos em associadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 é como se segue:

Associadas	2005		2004	
	Partes de capital	Goodwill	Valor de balanço	Valor de Balanço
Cimpor - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.	322.216	465.246	787.462	685.377
C+P.A.- Cimento e Produtos Associados, S.A.	108.528	4.850	113.378	-
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	52	-	52	40
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	1.783	-	1.783	724
SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	10.978	-	10.978	8.417
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	1.252	-	1.252	1.067
Outros	306	-	306	1.194
<b>Total</b>	<b>445.115</b>	<b>470.096</b>	<b>915.211</b>	<b>696.819</b>

As referidas participações estão relevadas pelo método de equivalência patrimonial, que, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, teve os seguintes impactos:

**2005**

<b>Associadas</b>	<b>Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 14)</b>	<b>Ajustamentos de partes capital</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Total</b>
Cimpor - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.	56.464	39.146	(24.252)	71.358
C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	11.498	-	-	11.498
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	12	-	-	12
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	887	172	-	1.059
SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	2.561	-	-	2.561
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	311	-	(126)	185
Outros	(3)	220	-	217
<b>Total</b>	<b>71.730</b>	<b>39.538</b>	<b>(24.378)</b>	<b>86.890</b>

**2004**

<b>Associadas</b>	<b>Ganhos e perdas em empresas associadas (Nota 14)</b>	<b>Ajustamentos de partes capital</b>	<b>Dividendos</b>	<b>Total</b>
Cimpor - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.	51.105	(9.624)	(22.819)	18.662
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	7	-	-	7
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	244	475	-	719
SCUTVIAS - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	(557)	1	-	(556)
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	145	-	(147)	(2)
Outros	(138)	64	-	(74)
<b>Total</b>	<b>50.806</b>	<b>(9.084)</b>	<b>(22.966)</b>	<b>18.756</b>

**23 - ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA**

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os movimentos ocorridos na valorização dos activos financeiros disponíveis para venda, valorizados pelo respectivo justo valor, foram como segue:

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Justo valor em 1 de Janeiro	204.444	146.582
Aquisições durante o exercício	6.593	64.564
Alienações durante o exercício	(51.953)	(6.484)
Aumento no justo valor	42.320	7.730
Diminuição no justo valor	(974)	(7.948)
<b>Justo valor em 31 de Dezembro</b>	<b>200.430</b>	<b>204.444</b>

Os activos financeiros disponíveis para venda, e os respectivos valores de custo e de mercado, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, são como seguem:

	<b>2005</b>		<b>2004</b>	
	<b>V. custo</b>	<b>V. mercado</b>	<b>V. custo</b>	<b>V. mercado</b>
Banco Comercial Português, S.A.	179.843	198.050	218.337	198.528
Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A.	5.546	2.380	12.764	5.916
	<b>185.389</b>	<b>200.430</b>	<b>231.101</b>	<b>204.444</b>

A diferença entre o valor de custo e o valor de mercado encontra-se registado em Reservas de justo valor.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, e através de diversas operações de bolsa, o Grupo alienou um total de 1.770.000 acções que detinha no Grupo Soares da Costa, S.G.P.S., S.A., pelo valor global de 2.618 milhares de Euros, tendo reduzido a sua participação no capital daquela sociedade para 4,25%. Decorrente dessa alienação foi apurada uma menos valia de 4.599 milhares de Euros.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo alienou acções detidas no Banco Comercial Português, S.A., correspondentes a 23.046.492 acções da qual resultou uma mais valia de 4.452 milhares de Euros.

## 24 - OUTROS INVESTIMENTOS

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos financeiros em entidades nas quais não existe influência significativa, e que se encontram valorizados ao custo, deduzido de perdas de imparidade estimadas.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

	2005	2004
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	3.806	4.494
ETERGEST - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	2.080	2.080
LONGAPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	1.006	1.006
COBA - Consultores para Obras, Barragens e Planeamento, S.A.	980	980
JÚPITER - Indústria Hoteleira, S.A.	784	785
IMOCIPAR - Imobiliária, S.A.	670	670
MTS - Metro Transporte do Sul, S.A.	643	456
Matadouro de Macau, S.A.R.L.	317	317
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	300	300
VSL Sistemas Portugal - Pré-Esforço, Equipamento e Montagens, S.A.	258	258
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205	205
NOVAPONTE - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE	49	553
TRANSBRITAL - Transportes e Britas Pio Monteiro & Filhos, S.A.	-	1.104
Outros	421	246
	<u>11.519</u>	<u>13.454</u>
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 34)	<u>11.519</u>	<u>13.454</u>

## 25 - IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afectar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	2005						
	Saldo inicial	Constituição		Reversão			Saldo final
		Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Ajustamento	
<b>Activos por impostos diferidos:</b>							
Ajustes de existências	491	1.187	-	(292)	-	-	1.386
Ajustes de clientes cobrança duvidosa	1.714	-	-	(281)	(1)	-	1.432
Activos financeiros disponíveis para venda	7.331	-	-	-	(6.460)	-	871
Prejuizos fiscais reportáveis	17.130	7.461	430	(1.091)	(139)	283	24.074
Propriedades de Investimento	1.587	-	-	(189)	-	-	1.398
Outros	2.552	2	-	(2.729)	-	-	(175)
	<u>30.805</u>	<u>8.650</u>	<u>430</u>	<u>(4.582)</u>	<u>(6.600)</u>	<u>283</u>	<u>28.986</u>
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>							
Ganhos tributados em períodos futuros	268	-	-	(66)	-	-	202
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	5.571	-	-	(531)	-	-	5.040
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	5.007	-	-	-	5.007
Propriedades de investimento	16.924	703	625	-	-	-	18.252
Reavaliações de activos fixos tangíveis	3.537	-	-	(494)	(1)	3.045	6.087
Outros	554	55	-	(38)	-	-	571
	<u>26.854</u>	<u>758</u>	<u>5.632</u>	<u>(1.129)</u>	<u>(1)</u>	<u>3.045</u>	<u>35.159</u>

	2004								
	Saldo inicial	Ajust. efectuados conversão IFRS	Saldo inicial reexpresso	Constituição			Reversão		
				Resultado líquido	Capitais próprios	Resultado líquido	Capitais próprios	Outros	Saldo final
<b>Activos por impostos diferidos:</b>									
Ajustamentos de existências	71	689	760	29	-	(298)	-	-	491
Ajustamentos de clientes cobrança duvidosa	-	1.688	1.688	-	3	-	-	-	1.714
Activos financeiros disponíveis para venda	-	13.722	13.722	-	-	-	(6.391)	-	7.331
Prejuízos fiscais reportáveis	17.011	(2.583)	14.428	7.032	34	(740)	-	(4)	17.130
Propriedades de investimento	-	498	498	1.089	-	-	-	-	1.587
Outros	62	1.920	1.982	633	-	(63)	-	-	2.552
	<b>17.144</b>	<b>15.934</b>	<b>33.078</b>	<b>8.783</b>	<b>37</b>	<b>(1.101)</b>	<b>(6.391)</b>	<b>(4)</b>	<b>30.805</b>
<b>Passivos por impostos diferidos:</b>									
Ganhos tributados em períodos futuros	278	-	278	-	-	(10)	-	-	268
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	6.320	-	6.320	-	-	(749)	-	-	5.571
Propriedades de investimento	-	15.370	15.370	1.554	-	-	-	-	16.924
Reavaliações de activos fixos tangíveis	1.705	2.719	4.424	-	-	(405)	(482)	-	3.537
Outros	287	359	646	72	-	57	(221)	-	554
	<b>8.590</b>	<b>18.448</b>	<b>27.038</b>	<b>1.626</b>	<b>-</b>	<b>(1.107)</b>	<b>(703)</b>	<b>-</b>	<b>26.854</b>

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os mesmos eram reportáveis como segue:

	2005			2004		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 1999	-	-	2005	114	31	2005
Gerados em 2000	6.662	1.832	2006	6.663	1.833	2006
Gerados em 2001	23.630	6.498	2007	23.870	6.566	2007
Gerados em 2002	18.045	4.962	2008	18.168	5.003	2008
Gerados em 2003	535	152	2009	927	278	2009
Gerados em 2004	15.098	4.122	2010	12.201	3.419	2010
Gerados em 2005	23.663	6.508	2011	-	-	2011
	<b>87.633</b>	<b>24.074</b>		<b>61.943</b>	<b>17.130</b>	

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 os prejuízos e créditos fiscais para os quais não foram registados activos por impostos diferidos por prudência podem ser detalhados como segue:

	2005			2004		
	Prejuízo fiscal	Crédito do Imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito do Imposto	Data limite de utilização
Gerados em 1999	-	-	2005	4.057	1.116	2005
Gerados em 2000	5.713	1.571	2006	12.716	3.497	2006
Gerados em 2001	256	70	2007	1.381	380	2007
Gerados em 2002	998	275	2008	998	275	2008
Gerados em 2003	1.346	370	2009	1.348	371	2009
Gerados em 2004	1.032	299	2010	1.032	284	2010
Gerados em 2005	1.359	340	2011	-	-	2011
	<b>10.704</b>	<b>2.925</b>		<b>21.532</b>	<b>5.923</b>	

Foram avaliados os impostos diferidos a reconhecer em resultado dos ajustamentos de conversão para IFRS. Nos casos em que esses ajustamentos originaram impostos diferidos activos, os mesmos só foram registados na medida em que se considera provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

## 26 - CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Clientes:</b>		
Clientes, conta corrente	230.018	199.628
Clientes - títulos a receber	46.693	43.756
Clientes de cobrança duvidosa	58.041	58.458
	<u>334.752</u>	<u>301.842</u>
<b>Outros devedores:</b>		
Pessoal	510	446
Outros devedores	37.744	31.028
	<u>38.254</u>	<u>31.474</u>
	<u>373.006</u>	<u>333.316</u>
Ajustamentos a contas a receber	(95.441)	(96.404)
	<u><b>277.565</b></u>	<u><b>236.912</b></u>

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os saldos apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes, outros devedores e Estado.

## 27 - PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. ("Empresa-mãe") e empresas do Grupo, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transacções entre o Grupo e as empresas associadas, relacionadas, controladas conjuntamente e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhadas abaixo.

Os termos ou condições praticados entre a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 podem ser detalhados como segue:

	2005				
	Saldos a receber	Saldos a pagar	Empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos	Outras dívidas
<b>Empresas associadas e controladas conjuntamente:</b>					
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	3	-	-	-	-
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	53	-	-	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	-	-	-	1	(224)
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	3.210	12	-	4.736	-
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	104	82	-	-	-
	<u><b>3.370</b></u>	<u><b>94</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>4.737</b></u>	<u><b>(224)</b></u>

Empresas associadas e controladas conjuntamente:

	2004				
	Saldos a receber	Saldos a pagar	Empréstimos obtidos	Empréstimos concedidos	Outras dívidas
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.	62	1	-	-	-
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	-	47	-	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	-	1	-	1	(187)
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	3.465	-	-	4.736	6
Seiur - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários e Urbanísticos, S.A.	5	-	-	333	-
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	115	114	-	-	-
	<b>3.647</b>	<b>163</b>	<b>-</b>	<b>5.070</b>	<b>(181)</b>

As principais transacções realizadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 com entidades relacionadas foram como segue:

	2005		
	Vendas e prestações de serviços	Compras e serviços obtidos	Juros debitados
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	3	-	-
DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, Lda.	59	-	-
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	1.295	-	704
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	422	346	-
	<b>1.779</b>	<b>346</b>	<b>704</b>

Empresas associadas e controladas conjuntamente:

	2004		
	Vendas e prestações de serviços	Compras e serviços obtidos	Juros debitados
Alpinus - Sociedade Hoteleira, S.A.	42	-	-
Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	4	40	-
Cimpor - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	-	13	-
Scutvias - Autoestradas da Beira Interior, S.A.	1.153	-	626
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	410	323	-
	<b>1.609</b>	<b>376</b>	<b>626</b>

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram as seguintes:

	2005			2004		
	Fixas	Variáveis	Totais	Fixas	Variáveis	Totais
Conselho de Administração						
Membros executivos	870	601	1.471	427	456	883
Membros não executivos	133	144	277	112	8	120
Fiscal Único	41	-	41	41	-	41
	<b>1.044</b>	<b>745</b>	<b>1.789</b>	<b>580</b>	<b>464</b>	<b>1.044</b>

## 28 - NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADAS

### Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2005	2004
Depósitos à ordem	42.588	33.665
Depósitos a prazo	29.376	22.152
Outros depósitos bancários	484	420
Numerário	3.705	2.797
	<b>76.153</b>	<b>59.034</b>
Descobertos bancários (Nota 33)	(51.758)	(41.950)
	<b>24.395</b>	<b>17.084</b>

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

### Investimentos financeiros

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros no exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2005	2004
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	52.941	-
Banco Comercial Português, S.A.	49.553	3.789
S. Luis de Maranhão - Gestão Imobiliária, S.A.	16.044	-
Grupo Soares da Costa, SGPS, S.A.	2.619	20.093
INDÁQUA - Indústria e Gestão de Águas, S.A.	-	3.358
Outros	1.124	588
	<b>122.281</b>	<b>27.828</b>

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros no exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2005	2004
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	87.540	722
C+PA. - Cemento e Produtos Associados, S.A.	73.000	-
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	15.800	-
Banco Comercial Português, S.A.	6.607	56.317
TRANSBRITAL - Transportes e Britas Pio Monteiro & Filhos, S.A.	3.272	-
TEJO VILLAGE - Promoção Imobiliária, S.A.	1.212	-
MARTINS & ESTEVES, S.A.	827	-
ALPINUS - Sociedade Hoteleira, S.A.	775	-
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	575	-
TRANSBRITAL - Transportes e Britas Pio Monteiro & Filhos, S.A.	-	1.104
G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A.	-	4.623
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	-	27
Outros	472	86
	<b>190.080</b>	<b>62.879</b>

### Dividendos

Os dividendos recebidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram como segue:

	2005	2004
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	24.252	22.819
Banco Comercial Português, S.A.	6.482	7.141
Outros	2.415	269
	<b>33.149</b>	<b>30.229</b>

## 29 - OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Estado e outros entes públicos:</b>		
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.154	17.557
Outros	-	281
	<u>4.154</u>	<u>17.838</u>
<b>Empresas associadas, participadas e outros accionistas:</b>		
Empresas associadas	55	59
Empresas participadas	301	-
Outros accionistas	723	176
	<u>1.079</u>	<u>235</u>
<b>Acréscimos de proveitos:</b>		
Juros a receber	52	88
Valores a facturar	1.059	1.615
Outros acréscimos de proveitos	3.418	1.927
	<u>4.529</u>	<u>3.630</u>
<b>Custos diferidos:</b>		
Seguros pagos antecipadamente	1.133	1.501
Juros a pagar	73	32
Outros custos diferidos	2.298	1.130
	<u>3.504</u>	<u>2.663</u>
<b>Outros activos correntes:</b>		
Adiantamentos a fornecedores	13.428	12.737
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	-	3.245
Outros	-	1.644
	<u>13.428</u>	<u>17.626</u>
	<u><b>26.694</b></u>	<u><b>41.992</b></u>

## 30 - CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2005, o capital totalmente subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 acções com o valor nominal de cinquenta cêntimos de Euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2005, a TDG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha directamente, 161.000.000 acções representativas da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., correspondentes a 38,33% do respectivo capital social.

## 31 - RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos accionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor: A reserva de justo valor resulta da diferença entre o valor de custo e o valor de mercado dos activos financeiros disponíveis para venda (Nota 23).

## 32 - INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foram os seguintes:

	2005	2004
Saldo inicial	21.811	22.696
Variações de capitais próprios das empresas filiais	3.171	(2.296)
Resultado do período atribuível aos interesses minoritários	248	1.411
	<u><b>25.230</b></u>	<u><b>21.811</b></u>

### 33 - EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os empréstimos obtidos eram como segue:

	2005	2004
<b>Passivos não correntes:</b>		
Empréstimos por obrigações	195.330	193.915
Papel comercial	192.184	-
Empréstimos bancários	668.463	737.719
Outros empréstimos obtidos	983	1.242
	<u>1.056.960</u>	<u>932.876</u>
<b>Passivos correntes:</b>		
Empréstimos bancários	251.584	228.977
Papel comercial	24.940	24.940
Outros empréstimos obtidos	484	69
Descobertos bancários (Nota 28)	51.758	41.950
	<u>328.766</u>	<u>295.936</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.385.726</u></b>	<b><u>1.228.812</u></b>

#### Empréstimos por obrigações

Em 29 de Março de 2004 o Grupo emitiu um empréstimo obrigacionista de 120.000 milhares de Euros por um período de 5 anos, correspondentes a 2.400.000 obrigações não convertíveis ao valor nominal de 50 Euros cada, vencendo juros semestral e posticipadamente a uma taxa indexada à Euribor a seis meses acrescida de 0,875%.

O reembolso é efectuado numa única prestação, no final do prazo de emissão, em 29 de Março de 2009.

Em 12 de Maio de 2004 o Grupo emitiu um empréstimo obrigacionista de 80.000 milhares de Euros por um período de 5 anos, correspondentes a 1.600.000 obrigações não convertíveis ao valor nominal de 50 Euros cada, vencendo juros semestral e posticipadamente a uma taxa indexada à Euribor a seis meses acrescida de 0,875%.

O reembolso é efectuado numa única prestação, no final do prazo de emissão, em 12 de Maio de 2009.

#### Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2005, os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 3,51%.

Os empréstimos bancários contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

- Empréstimo junto do Banco Comercial Português, contratado em 23 de Dezembro de 2003 no montante total de 2.500 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 23 de Dezembro de 2007.
- Empréstimo contratado pelo Grupo em 30 de Dezembro de 2004 junto da Caixa Geral de Depósitos, de 200.000 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de Outubro de 2009.
- Empréstimo contratado pelo Grupo junto do Banco Comercial Português, em 31 de Dezembro de 2004, de 400.000 milhares de Euros, cujo reembolso será em 8 prestações semestrais, com início em 30 de Junho de 2007 e termo em 31 de Dezembro de 2010.
- Empréstimo junto do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, contratado em 31 de Dezembro de 2004 de 50.000 milhares de Euros, cujo reembolso será em 4 prestações semestrais, com início em 30 de Junho de 2006 e termo em 31 de Dezembro de 2007.
- Empréstimo contratado pelo Grupo junto do Banco Comercial Português em 18 de Julho de 2005, de 20.949 milhares de Euros, cujo reembolso será em 3 prestações anuais, com termo em 8 de Abril de 2008.
- Empréstimo junto do Banco Popular Español, contratado em 25 de Novembro de 2005 de 25.000 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de Novembro de 2008.
- Empréstimo contratado pelo Grupo junto do Banco BPI em 6 de Dezembro de 2005, de 12.000 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 5 de Janeiro de 2006.

- Empréstimo contratado pelo Grupo junto do Banco Espírito Santo em 28 de Dezembro de 2005, de 5.000 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de Janeiro de 2006.
- Empréstimo contratado pelo Grupo junto do Banco BPI em 29 de Dezembro de 2005, de 200 milhares de Euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de Janeiro de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2005, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

- Contrato programa válido até 6 de Janeiro de 2006, contratado com sindicatos bancários para a colocação e tomada em firme de emissões particulares de papel comercial até ao limite de 24.940 milhares de Euros, renovável por períodos de um ano. Em 31 de Dezembro de 2005 esta colocação estava a ser utilizada na totalidade.
- Programa grupado de emissões de papel comercial, por subscrição particular contratado junto do Banco Comercial Português em 14 de Outubro de 2005, no montante global de 150.000 milhares de Euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada Teixeira Duarte - Gestão de Participações de Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 27.800 milhares de Euros e 122.200 milhares de Euros, respectivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável, em cada uma das utilizações do programa, tendo a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. que participar, no mínimo, com 10% do valor total. Estão contratadas dezasseis emissões semestrais e sucessivas pelo valor nominal total do programa, vencendo juros semestrais e postecipadamente a uma taxa indexada à Euribor a seis meses acrescida de um spread de 0,875%, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 14 de Outubro de 2013.
- Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Espírito Santo em 16 de Dezembro de 2005 com o Banco Espírito Santo, no montante global de 50.000 milhares de Euros, no qual tomam parte a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e a sua associada Teixeira Duarte - Gestão de Participações de Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. . A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipada e semestralmente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor de um a seis meses acrescidos de 0,25% e determinada em função da data de realização de cada leilão.

Os empréstimos bancários não correntes são reembolsáveis nos seguintes anos:

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
2006	-	69.359
2007	135.583	135.703
2008	133.144	133.207
2009	496.043	594.607
2010 e seguintes	292.190	-
	<b><u>1.056.960</u></b>	<b><u>932.876</u></b>

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2005		2004	
	Divisa	Euros	Divisa	Euros
USD	9.588	8.127	19.136	14.049

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para Euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data de balanço.

#### Outros empréstimos obtidos

Os outros empréstimos obtidos pelo Grupo correspondem, essencialmente a:

- Empréstimo contratado pelo Grupo junto do IAPMEI no montante actual de 643 milhares de Euros, cujo reembolso será em 15 de Fevereiro de 2009.
- Empréstimo contratado pelo Grupo junto do Fundo Turismo no montante actual de 178 milhares de Euros, cujo reembolso será em 31 de Março de 2006.
- Empréstimo contratado pelo Grupo junto do Fundo Turismo no montante actual de 127 milhares de Euros, cujo reembolso será em 9 de Abril de 2006.
- Empréstimo contratado pelo Grupo junto do Fundo Turismo no montante actual de 501 milhares de Euros, cujo reembolso será em 31 de Janeiro de 2009.

#### 34 - PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, foi o seguinte:

	2005				
	Provisões para riscos legais e fiscais	Provisões para benefícios aos empregados	Outras relacionadas com o pessoal	Processos judiciais	Outras provisões para riscos e encargos
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	733	58	4.314	353	385
Alterações de perímetro (Nota 5)	-	-	-	-	14
Efeito cambial	-	-	-	-	-
Reforço	-	8	5.015	-	534
Reduções	(733)	-	-	(115)	(81)
Utilizações	-	(2)	(4.314)	(130)	(88)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	<u><u>733</u></u>	<u><u>64</u></u>	<u><u>5.015</u></u>	<u><u>108</u></u>	<u><u>764</u></u>
					<u><u>5.951</u></u>

	2004				
	Provisões para riscos legais e fiscais	Provisões para benefícios aos empregados	Outras relacionadas com o pessoal	Processos judiciais	Outras provisões para riscos e encargos
Saldo em 1 de Janeiro de 2004	-	50	-	13	334
Ajustamentos efectuados na conversão para IFRS (Nota 40)	-	-	3.559	-	-
Saldo em 1 de Janeiro de 2004 reexpresso	-	50	3.559	13	334
Efeito cambial	-	-	-	-	-
Reforço	733	8	4.314	348	282
Reduções	-	-	-	-	-
Utilizações	-	-	(3.559)	(8)	(231)
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	<u><u>733</u></u>	<u><u>58</u></u>	<u><u>4.314</u></u>	<u><u>353</u></u>	<u><u>385</u></u>
					<u><u>5.843</u></u>

Os reforços foram efectuados por contrapartida de:

	2005	2004
Resultado do exercício:		
Provisões e perdas de imparidade	483	959
Custos com o pessoal	5.023	4.723
Fornecimentos e serviços externos	-	3
Capitais próprios	<u>51</u>	-
	<u><u>5.557</u></u>	<u><u>5.685</u></u>

As reduções ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram efectuadas por contrapartida de provisões e perdas de imparidade.

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 não existem quaisquer perdas de imparidade de activos reconhecidas nos termos definidos na Nota 2.1 e 2.6.

### 35 - OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Empresas associadas, participadas e outros accionistas:</b>		
Empresas associadas	3.694	-
Empresas participadas	-	1.974
Outros accionistas	<u>57</u>	<u>48</u>
	<u><u>3.751</u></u>	<u><u>2.022</u></u>
<b>Proveitos diferidos:</b>		
Proveitos diferidos de obras - período de garantia	37.114	34.885
Outros proveitos diferidos	<u>5.986</u>	<u>688</u>
	<u><u>43.100</u></u>	<u><u>35.573</u></u>
<b>Outros:</b>		
Adiantamentos de clientes	21.475	19.624
Outros credores	<u>25.492</u>	<u>7.782</u>
	<u><u>46.967</u></u>	<u><u>27.406</u></u>
	<u><u>93.818</u></u>	<u><u>65.001</u></u>

### 36 - CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	2005	2004	2005	2004
<b>Montantes a pagar por locações financeiras:</b>				
2005	-	2.802	-	3.184
2006	3.111	2.138	3.750	2.449
2007	2.920	1.913	3.460	2.166
2008	3.001	2.022	3.447	2.216
2009	1.726	757	2.091	906
Após 2009	<u>10.428</u>	<u>4.502</u>	<u>12.252</u>	<u>5.218</u>
	<u><u>21.186</u></u>	<u><u>14.134</u></u>	<u><u>25.000</u></u>	<u><u>16.139</u></u>
Juros futuros	-	-	3.814	2.005
	<u><u>21.186</u></u>	<u><u>14.134</u></u>	<u><u>21.186</u></u>	<u><u>14.134</u></u>
Locações financeiras - corrente			3.111	2.728
Locações financeiras - não corrente			<u><u>18.075</u></u>	<u><u>11.406</u></u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de Dezembro de 2005, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

### 37 - OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2005	2004
<b>Estado e outros entes públicos:</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC	899	(4.605)
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	1.069	964
Imposto sobre o Valor Acrescentado	4.923	10.765
Contribuições para a Segurança Social	1.919	1.681
Outros	<u>35</u>	<u>171</u>
	<u>8.845</u>	<u>8.976</u>
<b>Empresas associadas, participadas e outros accionistas:</b>		
Empresas associadas	703	1.307
Empresas participadas	145	829
Outros accionistas	<u>15</u>	<u>13</u>
	<u>863</u>	<u>2.149</u>
<b>Acréscimos de custos:</b>		
Seguros a liquidar	487	374
Remunerações a liquidar	11.333	8.438
Juros a liquidar	5.063	2.624
Outros custos a pagar	<u>7.130</u>	<u>10.181</u>
	<u>24.013</u>	<u>21.617</u>
<b>Proveitos diferidos:</b>		
Trabalhos facturados não executados	31.443	25.970
Subsídios ao investimento	2.627	2.395
Proveitos diferidos de obras - período de garantia	11.405	14.712
Outros proveitos diferidos	<u>5.971</u>	<u>10.190</u>
	<u>51.446</u>	<u>53.267</u>
<b>Outros:</b>		
Adiantamentos de clientes	28.526	26.458
Adiantamentos por conta de vendas	<u>8.109</u>	<u>1.752</u>
	<u>36.635</u>	<u>28.210</u>
	<u><b>121.802</b></u>	<u><b>114.219</b></u>

### 38 - OUTROS COMPROMISSOS FINANCEIROS

#### Controlo de Empresas Participadas

A maior parte das operações de financiamento tomadas por empresas operacionais ou por sub-holdings não prevê, nos respectivos contratos, a manutenção do controlo da maioria do seu capital por parte da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.. Todavia, as cartas de conforto que são solicitadas à Empresa-mãe para efeitos de contratação destas operações, contêm habitualmente o compromisso de não alienação do controlo (directo e/ou indirecto) dessas associadas.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, as cartas de conforto prestadas pela Empresa-mãe e outras filiais ascendiam a 332.925 e 289.693 milhares de Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o Grupo possuía responsabilidades por letras descontadas não vencidas no montante de 973 e 766 milhares de Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, estavam vigentes contratos de factoring sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 106.597 e 105.044 milhares de Euros, respectivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das facturas objecto de factoring.

### **39 - ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

Em 31 de Dezembro de 2005 e 2004, o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	<b>2005</b>	<b>2004</b>
Garantias prestadas:		
Bancárias	250.508	223.255
Reais	548	3.158
Seguros de caução	<u>42.810</u>	<u>35.823</u>

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A., a SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., a OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A. e a RECOLTE - Recolha, Tratamento e Eliminação de Resíduos, S.A. têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

As garantias reais foram prestadas pelas seguintes empresas do grupo:

TDVIA - Sociedade Imobiliária, S.A. correspondente à reserva de compra de terreno.

EVA - Sociedade Hoteleira, S.A. correspondente à hipoteca sobre um imóvel para garantia de pagamento de empréstimos internos obtidos por esta empresa.

G.S.C. - Compañía General de Servicios y Construcción, S.A. correspondente à hipoteca sobre um edifício para garantia de pagamento de empréstimo obtido por esta empresa.

Além das garantias indicadas anteriormente, foram prestados os penhores seguintes:

Para garantia de contrato de mútuo, no valor de 200.000 milhares de Euros, outorgado pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. deu em penhor 55.000.000 acções da CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A..

Para garantia de contrato de mútuo, no valor de 50.000 milhares de Euros, outorgado pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deram em penhor 15.000.000 e 13.000.000 acções do Banco Comercial Português, S.A., respectivamente.

Para garantia de dívidas a terceiros, no valor de 29.401 milhares de Euros, a IMOTD - SGPS, S.A., deu em penhor 11.950.000 acções da Quinta de Cravel, S.A., 47.870 acções da V8, S.A. e 47.780 acções da Parcauto, S.A..

Foi ainda constituída uma promessa de hipoteca sobre os lotes 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16 e 23, sitos em Lagoas Park, propriedade da Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., para garantia de contratos de mútuo outorgados pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. no valor de 270.000 milhares de Euros e 130.000 milhares de Euros, respectivamente.

Adicionalmente:

A TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. assumiu perante o Banco Comercial Português, S.A. a obrigação de manter depositadas em conta própria nessa instituição, 6.515.520 acções da CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A., comprometendo-se a não onerar as mesmas a favor de outras entidades, autorizando o Banco a transmitir ao mercado por venda em caso de incumprimento do contrato de mútuo celebrado pela Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. no montante de 20.949 milhares de Euros celebrado entre as partes.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo, no valor de 50.000 milhares de Euros, outorgado pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 13.350.000 acções da CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A..

## 40 - PRIMEIRA ADOPÇÃO DOS INTERNATIONAL FINANCIAL REPORTING STANDARDS

O Grupo adoptou as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em 2005, tendo aplicado para o efeito o "IFRS 1 - Primeira adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro", sendo a data de transição para efeitos da apresentação destas demonstrações financeiras 1 de Janeiro de 2004.

O IFRS 1 estabelece, como princípio genérico, que as políticas contabilísticas definidas pela Teixeira Duarte, de acordo com as IFRS em vigor em 1 de Janeiro de 2005, sejam adoptadas retrospectivamente e os correspondentes ajustamentos, à data de transição, registados em Resultados Transitados.

Entre as diversas excepções aquele princípio, previstas no mesmo IFRS 1, as mais significativas adoptadas pela Teixeira Duarte foram as seguintes:

### **Concentração de actividades empresariais e Goodwill**

Foi decidido adoptar o IFRS 3 com efeito na data de transição (1 de Janeiro de 2004), pelo que os *Goodwill* apurados antes daquela data foram mantidos pelo respectivo valor, líquido de amortizações acumuladas, enquanto que as amortizações praticadas posteriormente foram anuladas, passando ainda a estar sujeitos a testes anuais de imparidade, ou sempre que existam indícios da mesma.

### **Efeitos de alterações de taxa de câmbio**

Na data de transição as diferenças de conversão cambial registadas em reservas foram anuladas por contrapartida de Resultados Transitados, sendo que as eventuais diferenças anteriores a essa data serão excluídas no apuramento do ganho ou da perda resultante da eventual alienação posterior das empresas em causa.

### **Activos fixos tangíveis**

Não obstante ter sido adoptado o critério valorimétrico do custo histórico nestes activos, na data de transição procedem-se à reavaliação de alguns terrenos e edifícios para o respectivo valor de mercado, passando a designar esse novo valor como custo ("deemed cost"), de acordo com o estipulado no IFRS 1.

As principais diferenças de políticas contabilísticas são as seguintes:

### **Activos Intangíveis e custos diferidos**

De acordo com o normativo geralmente aceite em Portugal procedem-se ao registo de activos intangíveis e custos diferidos decorrentes de despesas, as quais, em conformidade com os IFRS, devem ser de imediato reconhecidas como custos do exercício. É o caso, nomeadamente, de: despesas de instalação; despesas com aumentos de capital; certas despesas de investigação e desenvolvimento; despesas associadas a estudos e projectos; publicidade institucional. Nos casos em que essas despesas não cumpram os critérios do IAS 38 para o seu reconhecimento como um activo, procedeu-se ao seu desreconhecimento por contrapartida de Resultados Transitados.

### **Propriedades de investimento**

Foram identificados os terrenos e edifícios detidos para apreciação de capital ou arrendamento, os quais foram classificados como Propriedades de Investimento. De acordo com o IAS 40, o Grupo adoptou para este conjunto homogéneo de activos o critério valorimétrico do "justo valor". Nestes termos, passou a efectuar-se uma avaliação daqueles activos à data do balanço. As diferenças apuradas resultaram no acréscimo dos capitais próprios na data de transição e posteriormente foram contabilizadas como resultados do exercício.

### **Instrumentos financeiros**

De acordo com o IAS 39, passaram a classificar-se como Activos financeiros disponíveis para venda os investimentos de carácter estratégico em entidades não controladas e em que não existe influência significativa, os quais passaram a estar mensurados ao respectivo valor de mercado. As variações nestes valores de mercado passaram a ser registadas em reservas até que os mesmos sejam alienados ou exista evidência de que possam estar em imparidade.

### **Interesses minoritários**

De acordo com o IAS 1, os interesses minoritários passam a ser apresentados como uma componente do capital próprio.

### **Gratificações a empregados**

Em conformidade com a prática contabilística em Portugal, as gratificações atribuídas a colaboradores (a título de distribuição de resultados), na sequência de uma decisão tomada em Assembleia Geral da proposta inicialmente formulada pelo Conselho de Administração, são contabilizadas como variação patrimonial negativa no exercício em que efectivamente são pagas. No entanto, de acordo com o IAS 19, estas gratificações terão de passar a ser reconhecidas em resultados do exercício a que respeitam, procedimento este adoptado a partir da data de transição.

**Custos e proveitos extraordinários**

As normas internacionais em vigor não permitem a classificação de custos e proveitos como extraordinários. Consequentemente, procedeu-se à sua reclassificação para outras rubricas das demonstrações dos resultados, o que se traduziu somente numa nova apresentação dos resultados do exercício, sem que isso constituísse, assim, qualquer impacto patrimonial.

**Investimentos em associadas**

A aplicação do normativo internacional às empresas associadas, traduziu-se em alterações no respectivo valor contabilístico a partir da data de transição, decorrente da aplicação do método da equivalência patrimonial.

O efeito nos capitais próprios, em 1 de Janeiro de 2004 da conversão das demonstrações financeiras preparadas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal ("POC") para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com as IFRS pode ser detalhado como segue:

<b>Capital Próprio - POC</b>	<b><u>238.161</u></b>
<hr/>	
Ajustamentos:	
Propriedades de investimento	49.197
Investimentos em associadas	19.865
Goodwill	(10.611)
Reavaliação de activos	7.167
Activos financeiros disponíveis para venda	(3.764)
Gratificações aos empregados	(3.461)
Correcção do efeito cambial	(3.352)
Custos diferidos	(2.539)
Existências	(2.175)
Outros	(5.351)
Interesses minoritários	22.696
<hr/> Total de ajustamentos	<hr/> <b>67.672</b>
<b>Capital Próprio - IFRS</b>	<b><u>305.833</u></b>

Adicionalmente, a reconciliação entre o capital próprio de acordo com o POC e de acordo com os IFRS, em 31 de Dezembro de 2004, bem como as reconciliações dos resultados do exercício findo naquela data, é como segue:

<b>Capital Próprio - POC</b>	<b><u>251.295</u></b>
<hr/>	
Ajustamentos de transição	67.672
<hr/>	
Ajustamentos do exercício por resultados:	
Investimentos em associadas	40.167
Activos financeiros disponíveis para venda	(12.603)
Propriedade de investimento	8.864
Gratificações aos empregados	(4.316)
Goodwill	502
Outros	(1.217)
Interesses minoritários	98
<hr/> 31.495	<hr/>
<hr/>	
Ajustamentos do exercício por reservas e resultados transitados:	
Efeitos de alterações de taxa de câmbio	(454)
Activos financeiros disponíveis para venda	16.849
Gratificações aos empregados	3.461
Investimentos em associadas	(1.181)
Outros	(1.378)
Interesses minoritários	(885)
<hr/> 16.412	<hr/>
Total de ajustamentos do exercício	<hr/> <b>47.907</b>
<b>Capital próprio - IFRS</b>	<b><u>366.874</u></b>

O efeito da reexpressão do Balanço em 1 de Janeiro de 2004 em resultado da conversão para IFRS é como segue:

	Notas	IFRS	Efeito de transição	POC
<b>Activos não correntes:</b>				
Outros activos intangíveis	19	8.324	725	7.599
Activos fixos tangíveis	20	246.012	12.667	233.345
Propriedades de investimento	21	241.596	63.900	177.696
Investimentos em associadas	22	676.184	9.208	666.976
Activos financeiros disponíveis para venda	23	146.582	(17.486)	164.068
Outros investimentos		20.679	-	20.679
Activos por impostos diferidos	25	33.078	15.934	17.144
Outros activos não correntes		14.306	-	14.306
<b>Total de activos não correntes</b>		<b>1.386.761</b>	<b>84.948</b>	<b>1.301.813</b>
<b>Activos correntes:</b>				
Existências	9 e 10	162.789	2.177	160.612
Clientes		226.050	5.606	220.444
Outros devedores		21.251	(17.227)	38.478
Caixas e equivalentes		52.026	(77)	52.103
Outros activos correntes		42.309	(10.318)	52.627
<b>Total de activos correntes</b>		<b>504.425</b>	<b>(19.839)</b>	<b>524.264</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>1.891.186</b>	<b>65.109</b>	<b>1.826.077</b>
<b>Capital próprio:</b>				
Capital		210.000	-	210.000
Ajustamentos de partes capital em associadas		(54.986)	19.865	(74.851)
Ajustamentos de conversão cambial		-	11.335	(11.335)
Reservas e resultados transitados		117.249	13.776	103.473
Resultado líquido consolidado		10.874	-	10.874
<b>Capital próprio atribuível a accionistas</b>		<b>283.137</b>	<b>44.976</b>	<b>238.161</b>
Interesses minoritários	32	22.696	(630)	23.326
<b>Total capital próprio</b>		<b>305.833</b>	<b>44.346</b>	<b>261.487</b>
<b>Passivos não correntes:</b>				
Empréstimos		900.128	-	900.128
Provisões	34	3.956	3.559	397
Locações financeiras		5.834	-	5.834
Passivos por impostos diferidos	25	27.038	18.448	8.590
Outros passivos não correntes		70.505	-	70.505
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>1.007.461</b>	<b>22.007</b>	<b>985.454</b>
<b>Passivos correntes:</b>				
Empréstimos		258.737	(290)	259.027
Fornecedores		167.409	(158)	167.567
Locações financeiras		1.903	-	1.903
Outros credores		30.667	(139)	30.806
Outros passivos correntes		119.176	(657)	119.833
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>577.892</b>	<b>(1.244)</b>	<b>579.136</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.585.353</b>	<b>20.763</b>	<b>1.564.590</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.891.186</b>	<b>65.109</b>	<b>1.826.077</b>

O efeito da reexpressão do Balanço em 31 de Dezembro de 2004 decorrente da conversão para IFRS é como segue:

	Notas	IFRS	Efeito de transição	POC
<b>Activos não correntes:</b>				
Outros activos intangíveis	19	4.289	670	3.619
Activos fixos tangíveis	20 e 36	277.100	11.602	265.498
Propriedades de investimento	21	262.248	72.376	189.872
Investimentos em associadas	22	696.819	48.696	648.123
Activos financeiros disponíveis para venda	23	204.444	(6.849)	211.293
Outros investimentos	24	13.454	-	13.454
Activos por impostos diferidos	25	30.805	10.944	19.861
Outros activos não correntes		8.735	-	8.735
<b>Total de activos não correntes</b>		<b>1.497.894</b>	<b>137.439</b>	<b>1.360.455</b>
<b>Activos correntes:</b>				
Existências	9 e 10	147.587	3.376	144.211
Clientes	26	207.820	8.370	199.450
Outros devedores	26	29.092	(16.789)	45.881
Caixas e equivalentes	28	59.034	6	59.028
Outros activos correntes	29	41.992	(19.225)	61.217
<b>Total de activos correntes</b>		<b>485.525</b>	<b>(24.262)</b>	<b>509.787</b>
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>	7	<b>1.983.419</b>	<b>113.177</b>	<b>1.870.242</b>
<b>Capital próprio:</b>				
Capital		210.000	-	210.000
Ajustamentos de partes capital em associadas		(64.070)	18.684	(82.754)
Ajustamento de conversão cambial		(8.279)	10.881	(19.160)
Reservas e resultados transitados		146.057	32.708	113.349
Resultado líquido consolidado		61.355	31.495	29.860
<b>Capital próprio atribuível a accionistas</b>		<b>345.063</b>	<b>93.768</b>	<b>251.295</b>
Interesses minoritários	32	21.811	(692)	22.503
<b>Total capital próprio</b>		<b>366.874</b>	<b>93.076</b>	<b>273.798</b>
<b>Passivos não correntes:</b>				
Empréstimos	33	932.876	(6.085)	938.961
Provisões	34	5.843	4.316	1.527
Fornecedores		2.212	-	2.212
Locações financeiras	36	11.406	-	11.406
Passivos por impostos diferidos	25	26.854	19.717	7.137
Outros passivos não correntes	35	65.001	-	65.001
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>1.044.192</b>	<b>17.948</b>	<b>1.026.244</b>
<b>Passivos correntes:</b>				
Empréstimos	33	295.936	6	295.930
Fornecedores		115.343	823	114.520
Locações financeiras	36	2.728	-	2.728
Outros credores		44.127	961	43.166
Outros passivos correntes	37	114.219	363	113.856
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>572.353</b>	<b>2.153</b>	<b>570.200</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	7	<b>1.616.545</b>	<b>20.101</b>	<b>1.596.444</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.983.419</b>	<b>113.177</b>	<b>1.870.242</b>

O efeito da reexpressão do Balanço em 31 de Dezembro de 2004 decorrente da conversão para IFRS é como segue:

	<b>IFRS</b>	<b>Ajustamentos</b>	<b>POC</b>
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	627.588	(77.439)	705.027
Outros proveitos operacionais	43.889	24.897	18.992
<b>Total de proveitos operacionais</b>	<b>671.477</b>	<b>(52.542)</b>	<b>724.019</b>
Custos operacionais:			
Custo das vendas	167.818	(77.105)	244.923
Variação produção	17.512	-	17.512
Fornecimentos e serviços externos	253.345	(84)	253.429
Custos com pessoal	122.848	4.142	118.706
Amortizações e depreciações	25.594	(690)	26.284
Provisões e perdas de imparidade	959	(6.059)	7.018
Outros custos operacionais	34.295	14.127	20.168
<b>Total de custos operacionais</b>	<b>622.371</b>	<b>(65.669)</b>	<b>688.040</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>49.106</b>	<b>13.127</b>	<b>35.979</b>
Custos e perdas financeiros	60.590	(29.496)	90.086
Proveitos e ganhos financeiros	12.746	(5.349)	18.095
Resultados relativos a actividades de investimento	60.267	15.730	44.537
<b>Resultados financeiros</b>	<b>12.423</b>	<b>39.877</b>	<b>(27.454)</b>
Resultados extraordinários	-	(21.518)	21.518
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>61.529</b>	<b>31.486</b>	<b>30.043</b>
Impostos sobre o rendimento	(1.237)	89	(1.326)
<b>Resultado líquido do período</b>	<b>62.766</b>	<b>31.397</b>	<b>31.369</b>
Atribuível a:			
Detentores de capital	61.355	31.495	29.860
Interesses minoritários	1.411	(98)	1.509

## 41 - APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 10 de Abril de 2006, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Accionistas, já convocada desde Fevereiro para se realizar no proximo dia 5 de Maio de 2006.

## 42 - EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Janeiro de 2006 e através da sociedade nossa participada TEDAL - S.G.P.S., S.A., celebrámos um contrato de opção de compra de 4% do capital da sociedade C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A., da qual a mesma entidade já era detentora de 48%.

Por essa forma passaram a ser imputáveis ao Grupo Teixeira Duarte as 67.930.841 acções do Banco Comercial Português, S.A. de que essa sociedade é titular, correspondentes a 1,89% do respectivo capital social.

Por esta via e mesmo após o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A. efectuado na sequência do vencimento dos valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis "Capital BCP 2005", às empresas do Grupo Teixeira Duarte passaram a ser imputáveis 152.930.841 acções correspondentes a 4,26% do capital social daquela instituição.

Dessa forma, concretizou-se novo incremento da participação do Grupo no Banco Comercial Português, S.A., realizado através de investimentos efectuados no decurso do exercício de 2005.

Vendemos, mediante diversas operações de bolsa, o remanescente das acções que ainda detínhamos na GRUPO SOARES DA COSTA, S.G.P.S., S.A., deixando, desde 7 de Abril de 2006, de ter qualquer participação no capital da mesma.

Em Março de 2006 foi constituída Sucursal da Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. em Espanha.

De assinalar, ainda, a constituição de uma sociedade de direito argelino denominada Teixeira Duarte (Algerie), S.P.A., bem como a adjudicação de novas obras naquele país num valor superior a 150.000 milhares de Euros.

Em 27 de Março de 2006, no âmbito do protocolo celebrado entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola foi pelo Governo Angolano validado o montante de 106.256.505,67 Dólares do total da dívida à "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."



## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas:

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos, cumpre-nos apresentar o nosso Relatório e Parecer sobre o Balanço Consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo, apresentados pela Administração da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2005.
2. Acompanhámos regularmente a evolução da actividade e dos negócios da empresa e suas participadas, verificámos a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento das disposições legais em vigor, tendo recebido da Administração e dos Serviços todas as informações e esclarecimentos que solicitámos.
3. As demonstrações financeiras referidas foram por nós examinadas na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, tendo emitido a respectiva Certificação Legal das Contas.
4. Considerando:
  - a) Que o relatório consolidado de gestão, descreve com clareza e fidelidade a evolução dos negócios do universo das empresas compreendidas na consolidação;
  - b) Que a elaboração das contas consolidadas foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia;

Somos de parecer que os referidos documentos estão em condições de merecer a aprovação da Assembleia Geral.

Linda-a-Pastora, 19 de Abril de 2006

**O Fiscal Único**

**MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC**  
Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

### INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2005, (que evidencia um total de 2.395.516 milhares de euros e um total de capital próprio atribuível ao grupo de 518.902 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 108.283 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
  - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
  - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
  - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
  - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
  - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
  - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
  6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da TEIXEIRA DUARTE – ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A. em 31 de Dezembro de 2005, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

## ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- 8.1 Conforme divulgado na Nota 2.1 do Anexo, a Empresa adoptou pela primeira vez em 2005, na apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IRFS”) tal como adoptadas na União Europeia. No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas (POC) para as IFRS tal como adoptadas na União Europeia, a Empresa seguiu os requisitos previstos na Norma Internacional de Relato Financeiro 1, “Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro”, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2004, pelo que a informação financeira referida àquela data e ao exercício de 2004, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi reexpressa para as IFRS tal como adoptadas na União Europeia, para efeitos de comparabilidade. Na Nota 40 do Anexo, encontram-se divulgadas as informações exigidas relativamente ao processo de transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Linda-a-Pastora, 19 de Abril de 2006

**MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC**  
Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

**EXTRACTO DA ACTA Nº 162**  
**DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL REALIZADA EM**  
**5 DE MAIO DE 2006**

Dando cumprimento ao disposto no artigo 8º, nº 1, alínea d) do Regulamento da CMVM Nº 04/2004 – Deveres de Informação, transcreve-se, da Acta da Assembleia Geral Anual referida em epígrafe, o seguinte extracto, relativo à aprovação das contas e à aplicação de resultados do exercício de 2005:

-----*Aos cinco de Maio de 2006, pelas dezassete horas, nas instalações da sede social sitas no Edifício 2 do "Lagoas Park", em Porto Salvo, concelho de Oeiras, reuniram em Assembleia Geral Anual os accionistas da sociedade anónima e aberta "TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.", com o capital social integralmente realizado de duzentos e dez milhões de Euros, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Cascais (Oeiras) sob o número 15.544, titular do cartão de identificação de pessoa colectiva nº 500.097.488 e do Alvará de Construção nº 24.*-----  
(.../...)

-----*Depois, também o Presidente da Mesa verificou e declarou que, pela Lista de Presenças do mesmo modo arquivada como anexo a esta Acta, organizada nos termos legais e dispondo de fichas anexas devidamente assinadas, neste momento se encontravam presentes ou devidamente representados, em conformidade com as normas e exigências estatutárias, 36 accionistas, possuidores de 324.609.519 acções, no valor nominal de meio Euro cada uma e, portanto, com um valor nominal global de 162.304.759,50 €, todas elas oportunamente inscritas em contas de valores mobiliários escriturais junto de diversas instituições bancárias, conforme certificações que também se arquivaram, correspondendo pois a 77,29 % do capital social e conferindo direito, face às regras estatutárias sobre a matéria, a 162.296 votos.*-----  
(.../...)

-----*Procedendo-se à votação dessa proposta, obteve a mesma 1 voto contra da accionista "CIMINPART – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A" e 162.295 votos a favor de todos os demais accionistas presentes ou representados, consequentemente ficando deliberado pela Assembleia Geral, por maioria, aprovar o Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, as Contas individuais da Sociedade, o Relatório e Parecer do Fiscal*

*Único, relativos ao exercício de 2005, nos termos dos respectivos documentos oportunamente depositados.*

(.../...)

*-----Procedendo-se à votação dessa proposta, obteve a mesma 1 voto contra da accionista "CIMINPART – Investimentos e Participações, S.G.P.S., S.A" e 162.295 votos a favor de todos os demais accionistas presentes ou representados, consequentemente ficando deliberado pela Assembleia Geral, por maioria, aprovar o relatório de Gestão agora no seu âmbito consolidado, o Balanço Consolidado, as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os respectivos Anexos e os Relatórios e Pareceres do Fiscal Único, reportados a tais elementos e relativos ao exercício de 2005, nos termos dos respectivos documentos oportunamente depositados.*

(.../...)

*-----Como ninguém se quisesse pronunciar sobre a matéria, foi essa Proposta de Aplicação de Resultados submetida à votação, tendo sido aprovada pela totalidade dos accionistas presentes ou representados, consequentemente ficando deliberado pela Assembleia Geral, por unanimidade, que os Resultados Líquidos apurados no exercício de 2005, no montante de € 66.356.706,44 (sessenta e seis milhões trezentos e cinquenta e seis mil setecentos e seis Euros e quarenta e quatro cêntimos), tenham a seguinte aplicação:*

- Para Reforço da Reserva Legal: € 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil Euros);-----
- Para Reforço das Reservas Livres: € 52.456.706,44 (cinquenta e dois milhões quatrocentos e cinquenta e seis mil setecentos e seis Euros e quarenta e quatro cêntimos);-----
- Para Dividendos aos Accionistas: € 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil Euros);-
- Para Distribuição pelos Trabalhadores: € 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil Euros).

(.../...)

O SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

---

*José Pedro Poiares Cobra Ferreira*

TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.  
SOCIEDADE ABERTA  
Sede: Lagoas Park, Edifício 2 - 2740-265 Porto Salvo  
Capital Social: € 210.000.000  
N.I.P.C. 500 097 488  
Matriculada na Cons. Reg. Com. de Cascais (Oeiras), sob o nº 15.544

**Sede (Head Office)**  
Lagoas Park, Edifício 2  
2740-265 Porto Salvo - PORTUGAL  
Tel.: 217 912 300  
Fax: 217 941 120/21/26

**Direcção de Equipamento  
(Equipment Department)**  
Quinta das Maroitas  
Vale Figueira  
2695-595 São João da Talha  
Tel.: 219 948 000  
Fax: 219 554 536

**COC - Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço  
(COC - Formwork Operational Center and Pre-stressing)**  
Av. 1º de Dezembro de 1640, EN 10 - km 16  
2840-601 Aldeia de Paio Pires  
Tel.: 210 096 800  
Fax: 210 096 888

**Escritórios (Offices)**  
• **Porto (Oporto)**  
Av. Marechal Gomes da Costa, 1553  
4150-360 PORTO  
Tel.: 226 166 180  
Fax: 226 104 297

• **Madeira (Madeira Island)**  
Rua das Pretas, 4 - 2º Dto.  
9000-049 FUNCHAL  
Tel.: 291 206 930  
Fax: 291 225 331

• **Angola (Angola)**  
Rua Amílcar Cabral, 27 C - R/C  
Caixa Postal 2857 - Luanda  
Tel.: (00 2442) 33 41 38/33 19 76/33 02 36/39 39 27  
Fax: (00 2442) 39 39 33

• **Moçambique (Mozambique)**  
Av. Julius Nyerere, 130 - R/C  
Maputo  
Tel.: (00 2581) 49 14 01/49 72 44/49 69 80  
Fax: (00 2581) 49 14 00

• **Venezuela (Venezuela)**  
Tegaven - Teixeira Duarte y Asociados, CA  
Av. Este 6 - Entre Nô Pastor y Puente Vitoria  
Edificio Centro Parque Carabobo  
Torre A, Piso 6 - Of. 601/602  
La Candelaria - Caracas  
Tel.: (00 58212) 577 04 93/574 76 45  
Fax: (00 58212) 576 39 06

**TEIXEIRA DUARTE**